

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE MESTRADO EM PSICOLOGIA**

GISELE TELES DA CRUZ BANDIERA

O PROCESSO DE PARENTALIZAÇÃO E SEUS ATUAIS IMPASSES

Goiânia
2015

GISELE TELES DA CRUZ BANDIERA

O PROCESSO DE PARENTALIZAÇÃO E SEUS ATUAIS IMPASSES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Clínica e Psicologia da Saúde.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Jesus Miranda

Goiânia

2015

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)
(Sistema de Bibliotecas PUC Goiás)

B214p Bandiera, Gisele Teles da Cruz.
O processo de parentalização e seus atuais impasses /
Gisele Teles da Cruz Bandiera – Goiânia, 2015.
107 f. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica
de Goiás, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em
Psicologia.

“Orientador: Prof. Dr. Fabio Jesus Miranda”.

Bibliografia.

1. Parentesco. 2. Narcisismo em crianças. 3. Família –
Aspectos psíquicos. I. Título.

CDU 159.923.2(043)

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE MESTRADO EM PSICOLOGIA**

FOLHA DE AVALIAÇÃO

Gisele Teles da Cruz Bandiera

O PROCESSO DE PARENTALIZAÇÃO E SEUS ATUAIS IMPASSES

Dissertação apresentada à Banca como exigência parcial para obtenção do título de Mestrado em Psicologia do Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Goiânia, março de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fábio Jesus Miranda / PUC GOIÁS (Membro Presidente)

Prof. Dr. Sebastião Benício da Costa Neto / PUC Goiás (Membro Convidado)

Prof. Dr. Moisés Fernandes Lemos / UFG/ CAC (Membro Convidado Externo)

Prof. Dr. Cristiano Coelho / PUC GOIÁS (Membro Suplente)

AGRADECIMENTO

Agradeço, primeiramente, aos meus pais que sempre apoiaram meus projetos de vida, das formas mais lindas e fundamentais possíveis.

Agradeço à professora Denise e ao professor Fábio pela oportunidade do mestrado.

Agradeço aos professores Cristiano e Sebastião que muito contribuíram para o desenvolvimento desse trabalho. Ao professor Moisés, que foi excepcional.

Aos familiares, em especial à tia Nana (Yanne), minha "fiel escudeira", aos meus irmãos que são inspiração, e ao meu esposo que tem uma incrível habilidade de remover certas pedras do caminho, de um jeito muito especial.

Agradeço por tudo que experimentei nessa trajetória. Agradeço a tudo e a todos.

DEDICATÓRIA

Com amor, dedico esse trabalho aos meus pais, aos pais dos meus pais, aos pais dos pais ...

RESUMO

Este trabalho objetiva compreender, a partir das manifestações e relatos da experiência parental, a complexidade e a riqueza dos elementos que se conjugam para a construção da parentalidade e os atuais impasses envolvidos nesse processo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, composta de um estudo de caso, que adota a entrevista como instrumento para coleta de dados e a Análise Fenomenológica Interpretativa (AFI) como método para descrever e interpretar o fenômeno da parentalidade. Os resultados obtidos ressaltaram a importância do narcisismo primário, das transmissões psíquicas que perpassam as gerações, e da reminiscência da própria história infantil dos pais. Evidenciou impasses em função da quebra dos paradigmas tradicionais – que assombrou contradições e incertezas – e da lógica individualista e hedonista predominante. Esse contexto provocou reviravoltas profundas na estrutura e no funcionamento familiar, marcadas pela mudança no ideário dos pais e da mulher pós-moderna, pela inversão dos papéis e o consequente desequilíbrio do investimento parental. Por fim, a pesquisa destacou que pais suficientemente bons asseguram um espaço de transcrição e transformação ao seu herdeiro, graças aos seus recursos psíquicos capazes de enfrentar adequadamente às exigências do meio e de se desvencilharem, tanto da repetição compulsória dos desígnios transgeracionais, quanto da ilusória tentativa de recusá-los. Para tanto, conta-se com um processo iniciado em sua tenra infância, na qual, certamente, garantiu-se uma assistência materna satisfatória. Caso contrário, ainda lhes resta encontrar, na própria relação vincular com o filho, abrigo para tais reparações.

Palavras-chave: Parentalidade. Narcisismo primário. Transmissões psíquicas. Pós-modernidade.

ABSTRACT

This study aims to understand the complexity and the richness of the elements that come together for the construction of parenthood, from the psychoanalytic theory approach, using the descriptive method of Interpretative Phenomenological Analysis (IPA) and, above all, a case study. The results highlighted the psychic level, the importance of primary narcissism, the psychic transmissions that goes through the generations, and the reminiscence of childhood history of the parents. In a historical, social and cultural level, were evidenced impasses resulting from the breakdown of traditional paradigms – haunting contradictions and uncertainties – and still the individualistic logic and prevailing hedonistic. This context led to profound upheavals in the structure and family functioning, marked by the change in mindset of parents and of the postmodern woman, by the inversion of roles and the consequent imbalance of parental investment. Finally, highlighted that parents sufficiently good ensure a space of transcription and transformation to their heir, thanks to their psychological resources able to face adequately the needs of the environment and pull away themselves both of the compulsory repetition of transgenerational purposes as of the illusory attempt of refuse them. Therefore, it is a process that began in its own early childhood where certainly had been granted a satisfactory maternal care. Otherwise, still remain to parents, to find in the relation with child, a shelter to such repairs.

Keywords: Parenthood. Primary narcissism. Psychic transmissions. Postmodernity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PARENTALIDADE	10
1.1 Para além de fatores biológicos	10
1.2 Sobre o narcisismo primário	16
1.2.1 Sobre as transmissões psíquicas	19
2 OS IMPASSES DA PARENTALIDADE	24
2.1 Como conceber a parentalidade	24
2.2 As transformações na família e o laço parental	28
2.3 O enfraquecimento das funções parentais	30
2.4 “Tudo que era sólido se desmancha no ar...”	34
3 MÉTODO	43
3.1 Delineamento	43
3.2 Participante	43
3.3 Instrumentos	43
3.4 Procedimentos gerais	44
3.5 Procedimentos para análise dos dados	45
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	47
4.1 Influências do Contexto	49
4.1.1 Casamento pós-moderno: “ <i>A gente se curtia</i> ”	49
4.1.2 Mulher pós-moderna: “ <i>Eu queria planejar...</i> ”	49
4.2 Representações do bebê	50
4.2.1 Representação/Inscrição: “ <i>Uma coisa de Deus</i> ”	51
4.2.2 Real <i>versus</i> Imaginário: Contrapartidas entre o bebê real e o “ <i>Eu imaginava...</i> ”	51
4.2.3 Competência e/ou projeções: “ <i>Você já reparou que todo Chico é legal?</i> ”	53
4.3 Transmissão do narcisismo primário	55
4.3.1 Identificação regressiva: “ <i>Eu só chorei</i> ”	55
4.3.2 Preocupações maternas primárias: Nasce um “amor estranho”.....	56
4.4 Reflexos do passado infantil	58
4.4.1 Medos e desejos: “ <i>Alguns medinhos</i> ” e “ <i>Eu sempre quis...</i> ”	58
4.4.2 Norteadoras da função parental: “ <i>Mas tem coisas assim, que eu não quero fazer.</i> ” ..	62
4.5 Parentalidade narrada	65

4.5.1 Histórias repetidas: “ <i>Gente, esse menino é um anjo!</i> ”	65
4.5.2 Histórias associadas: “ <i>Aí eu fiz igual</i> ”	66
4.6 Mãe suficientemente boa	68
4.6.1 Experiência como referência: “ <i>Ela nem imaginava que estava ensinando</i> ”	68
4.6.2 Retificação da história parental: “ <i>Ah, não, minha filha, você tem que alisar...</i> ”	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
BIBLIOGRAFIA	74
APÊNDICES	81
APÊNDICE A – Análise Fenomenológica Interpretativa do Vídeo.....	82
APÊNDICE B – Análise Fenomenológica Interpretativa da Entrevista	83
APÊNDICE C – Notas sobre os comentários informais suscitados	106

INTRODUÇÃO

O atual contexto é marcado pela crise do paradigma dominante em consequência do aprofundamento do conhecimento, que acabou por revelar pilares frágeis e contestáveis em todos os campos dos saberes (SANTOS, 1996). De acordo com Fortes (2004), vivemos um período de hesitações que mudaram a relação do sujeito com as garantias associadas ao seu futuro, despertando sensação de vazio, desproteção, o que conduz à descrença e à fragilidade dos laços sociais, assim como, ao enfraquecimento da figura de alteridade nas nossas vidas, que é um dos pontos-chave para a compreensão dos impasses conferidos à atual parentalidade.

A família era um referencial de valores, mas, ao longo da história, sofre novas configurações. A mulher, que antes se limitava em criar seus filhos, obtém uma definitiva inserção no mercado de trabalho, e o tempo com os eles se torna menor do que nas gerações anteriores. Creches, berçários e escolas infantis se tornam necessárias para compensar a ausência materna. A figura paterna é cada vez mais inexistente e a produção independente parece carregada de fantasias e de destaque na sociedade. Os pais se perdem em meio às indefinições do seu papel e as dúvidas não apenas resvalam as famílias, como também as escolas, que são grandes aliadas no processo de criação e educação (OUTEIRAL, 1994).

Nesse cenário de incertezas nasce a criança de hoje. E antes mesmo de encontrar o mundo assim, ela já sofre as influências decorrentes do processo psíquico que une filhos e pais, ao qual denominamos parentalidade. A parentalidade deve ser entendida como o vínculo de parentesco e dos processos psicológicos envolvidos, nos quais se evidenciam a complexidade e as características paradoxais constituintes no fenômeno natural do parentesco (SOLIS-PONTON, 2004).

Esse processo tem início na gestação, onde as representações do bebê imaginário, fruto dos conflitos, das fantasias e desejos da mãe, traçam um destino que garante a inscrição do novo membro num universo simbólico, assinalando assim as primeiras interações mãe/bebê. Solis-Ponton (2004) pontua que tudo correrá bem se os conflitos não forem tão rígidos e fixos, e as intervenções dos pais não forem exageradas, para assegurar o desenvolvimento mental saudável da criança, sua singularidade e inserção na sociedade.

Na vida intrauterina já é introduzido o próprio conflito edípiano, abrandado pelo narcisismo primário que o filho estimula nos pais, habilitando-os nos cuidados e, até mesmo, no amor para com o bebê. Pois, como disse Freud (1914, p. 108): “O amor dos pais, tão comovedor e no fundo tão infantil, nada mais é senão o narcisismo dos pais renascido.” Um

ajustamento quase perfeito da mãe às necessidades do bebê, libertando-o da condição humana do desamparo e consentindo a continuidade da sua existência (WINNICOTT, 1982).

Tal dinamismo ocorre por meio das transmissões psíquicas entre as gerações ou através dela, onde albergam as heranças psíquicas representáveis ou não, determinadas pela qualidade do vínculo mãe/bebê, pelo respeito aos limites intersubjetivos e pela criação de um espaço de transcrição e elaboração dentro dessa relação (KAËS, 2001).

A parentalidade é um campo novo e importante, merecedor de atenção e maiores estudos, dado ao número crescente de dificuldades e indagações no seu entorno, justo por se tratar de um processo complexo e paradoxal que envereda pelo terreno fértil das representações conscientes e inconscientes. Trata-se de um trabalho profundo, a começar pela aceitação de que, inevitavelmente, herdamos algo de nossos pais, muito além do que fatores biológicos (SOLIS-PONTON, 2004).

Deste modo, o objetivo principal deste trabalho é compreender, a partir das manifestações e relatos acerca da experiência parental, a complexidade e a riqueza dos elementos que se conjugam para a construção da parentalidade, e os impasses atuais envolvido nesse processo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, composta de um estudo de caso, que adota a entrevista como instrumento para coleta de dados e a Análise Fenomenológica Interpretativa (AFI) como método para descrever e interpretar o fenômeno da parentalidade.

Com efeito, a pesquisa aborda, no primeiro capítulo, os elementos psíquicos que se conjugam para a construção da parentalidade; no segundo capítulo, os impasses que esse processo vem sofrendo até chegar aos dias atuais, caracterizados pela transição, contradição e incertezas; no terceiro, está presente todo o percurso da pesquisa, explicitando os procedimentos e o método utilizado; e, finalmente, no quarto capítulo, constam os resultados e a discussão do estudo de caso. Nele, os elementos e os impasses da função parental podem ser identificados, não apenas na história de vida do sujeito em estudo, como também noutras histórias por ele relatadas. Compete à própria narrativa parental abrigar, em seu interior, potenciais relevantes para a constituição da parentalidade (GUTFREIND, 2010).

O decorrer desse estudo revela que o “segredo” para a criação de um filho – contido em manuais/receituários de como educar – nada mais é do que marketing criado pelo capitalismo para atender um ideal societário, consumista, utilitarista, ao qual pais se submetem (LEBRUN, 2004). Eles se iludem em tomar um caminho bem sinalizado, cheio de atalhos “comprovados cientificamente”, que, ali sim, se chega ao lugar almejado.

A contragosto, Freud (apud GUTFREIND, 2010) já dizia que não importa, seja qual for a educação, os pais vão sempre errar. Por outro âmbito, podemos vislumbrar a máxima de Winnicott (1965): “A assistência adequada a um bebê só pode ser feita com o coração; [...] a cabeça, por si só, nada pode fazer, se os sentimentos não estiverem também livres para agir em conjunto com ela” (p. 118).

Não há segredo se o material fundante do processo de se tornar pai ou mãe estão acessíveis dentro de cada ser, de cada história, de cada experiência, basta olhar para ele, reconhecê-lo, incrementá-lo e ajustá-lo a serviço de uma nova relação, que nasce antes mesmo do parto, pois já se faz viva no imaginário dos pais que aguardam seu filho. Deve-se considerar, ainda, uma margem de erro que invariavelmente estará presente, e, contudo, tolerar o brio ofuscante de um Narciso que atualmente persiste em triunfar.

1 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PARENTALIDADE

Quais são as expectativas em relação ao herdeiro? “Eu espero que seja feliz...”, responde a mãe de imediato. Em seguida, o pai se manifesta: “Penso que ele vai ser o que ele quiser: skatista, músico...”. E a mãe completa: “engenheiro...”. O pai continua: “Isso... Vou comprar um skate pra ele... pra vê se ele gosta! Sabe? Pra ele escolher! Pode ser também um jogador de futebol, o que ele quiser ser!”. “Um médico, não é bem? (risos)”, fala a mãe.

(informação verbal)¹

O presente capítulo aborda os elementos fundamentais e a dinâmica da construção da parentalidade. Traz reflexões quanto à complexidade e a riqueza desse processo que prepara os pais no exercício de suas funções. Contou com significativo estímulo, em fase de coleta de dados, o qual os pais ecoavam notas que influenciaram novos olhares sobre o estudo, em especial sobre o desenvolvimento deste capítulo, e que merecem destaque.

O bebê imaginado, sonhado, desejado, esperado pelos pais, tem como função constituir um espaço subjetivo para receber o bebê real. É nele que se desemboca toda a libido, garantindo um importante impacto no vínculo mãe/bebê e a futura interação pais e filhos. Segundo Solis-Ponton (2004), é justamente com a criança imaginária que se inicia o processo de construção da parentalidade.

1.1 Para além de fatores biológicos

O neologismo parentalidade é um termo relativamente recente, que começou a ser usado na literatura psicanalítica francesa nos anos 60, demarcando o estudo dos vínculos de parentesco e dos processos psicológicos desenvolvidos.

Conforme Solis-Ponton (2004), a parentalidade constitui-se de um processo de preparação e até mesmo de aprendizado, que evidencia a complexidade e as características

¹ Relato informal dos pais acerca das expectativas em relação ao filho, registrado pela pesquisadora em Goiânia, em fevereiro de 2014.

paradoxais do fenômeno natural do parentesco. Pois, como assegura Houzel (2004), não basta ser genitor, nem ser designado como pais, é preciso “tornar-se pais”, o que implica no remanejamento psíquico e afetivo, envolvendo aspectos conscientes e inconscientes que possibilitam um adulto atender às necessidades de sua criança.

A noção de parentesco humano (ou parentalidade) é concebida no seio do aparelho intrapsíquico, como produto da intersubjetividade e da transmissão psíquica entre gerações. Ela inaugura as categorias mentais, como a assimetria, a heterogeneidade, a complexidade e todos os demais elementos organizadores das relações pais-filhos. Desta forma, a parentalidade organiza o pensamento dos pais diante de si e de seu filho, como também ao contrário, organizando igualmente o pensamento da criança, que aprende a perceber as distintas atribuições e obrigações entre ela e os pais (SOLIS-PONTON, 2004).

A ordem parental é fecunda do estado do desamparo humano. Nesses termos, Freud (1926) mostrou que o bebê humano nasce num estado de imaturidade neurológica que o deixa totalmente dependente de outro semelhante. O outro, que lhe socorrerá em suas condições de inacabado, é a mãe:

Sua existência intra-uterina parece ser curta em comparação com a da maior parte dos animais, sendo lançado ao mundo num estado menos acabado. Como resultado, a influência do mundo externo real sobre ele é intensificada e uma diferenciação inicial entre o ego e o id é promovida. Além disso, os perigos do mundo externo têm maior importância para ele, de modo que o valor do objeto que pode somente protegê-lo contra eles e tomar o lugar da sua antiga vida intra-uterina é enormemente aumentado. O fator biológico, então, estabelece as primeiras situações de perigo e cria a necessidade de ser amado, que acompanhará a criança durante o resto de sua vida (FREUD, 1926, p. 151).

Dentro da perspectiva freudiana, é a incompletude da criança que possibilita a construção das primeiras representações mentais – como as provenientes dos cuidados maternos. A representação, para Trachtenberg (2005), é o ato pelo qual determinado objeto se faz presente na mente. Em especial, ela pode reproduzir uma percepção anterior, formada por elementos psíquicos simples, como uma imagem acústica, uma imagem visual ou imagem motora, que unidas constituem uma representação complexa que, nesse caso, trata-se da figura materna.

Na ausência da mãe, graças às representações construídas ao longo de seus cuidados corporais, a criança consegue evocar o prazer de ser nutrida por ela e de representar os cuidados recebidos. Essa satisfação estimula o autoerotismo na criança, ao mesmo tempo em que a fantasia da mãe também está veiculada a esses cuidados. Juntas, tecem o vínculo maternal, exercendo influências mútuas. Logo, a criança toma consciência da mãe à medida que progride a maturação (SOLIS-PONTON, 2004).

Solis-Ponton (2004) descreve cinco representações que a mãe tem de seu bebê, antes e depois do nascimento: a do bebê imaginário, produto das fantasias conscientes e pré-conscientes dos pais (traços imaginados, sexo, etc.), e de seus desejos de ter um filho; o bebê fantasmático, fruto das fantasias inconscientes da mãe, herdeiro de seu complexo de Édipo; o bebê narcísico, que é o bebê do narcisismo da mãe, ligado às representações de seus ideais; o bebê cultural, que se relaciona com a cultura da mãe e é frequentemente associado a um bebê mítico; e, finalmente, o bebê real, na sua corporalidade real.

Todas essas representações estão presentes, se alternando e misturando nas trocas com o bebê real. Nelas podem comportar a expressão dos conflitos inconscientes, provocando desarmonia no vínculo mãe/bebê, influenciando, inclusive, as representações do próprio bebê. O que nos leva a compreender que a construção do mundo representacional do bebê depende, grandemente, das representações que a mãe forja dele como bebê imaginário (SOLIS-PONTON, 2004, p. 32).

O processo de construção da parentalidade, de acordo com Solis-Ponton (2004), começa na criança imaginária, composta por representações essenciais na vinculação mãe/bebê. Durante a gestação, especialmente a primeira, os pais são induzidos a sonharem com uma criança ideal. Eles escolhem um nome possuidor de inúmeros significados, que irá se relacionar de maneira inconsciente com seu bebê.

O nome escolhido reflete muito das expectativas depositadas no bebê, que inclusive tem o poder de revelar os significados consciente e/ou inconscientes do filho para os pais. O nome pode ser compreendido como um parâmetro de antecipação do bebê, e é a partir dessa escolha que o bebê se torna mais real e passa a ocupar o seu lugar enquanto um ser autônomo (BRAZELTON; CRAMER, 1992).

Pesquisas como a de Lopes (2005) mostram que o nome influencia na qualidade da interação da mãe com o bebê e na vinculação precoce entre eles. Sua escolha contribui para que as “conversas” da mãe com o bebê fiquem ainda mais íntimas e personificadas. Brazelton e Cramer (1992) afirmam que os pais, ao personificarem o feto, atribuem características e personalidade espelhadas no seu jeito de ser ou de algum parente próximo que ocupa um lugar privilegiado, começando assim a se relacionar com ele. Demonstram com isso uma necessidade de inserir o bebê numa linhagem da qual eles também fazem parte.

A criança imaginária é fruto da história intergeracional (que passa de pais a filhos) e transgeracional (avós aos netos), nas quais se inscreve o mandato do destino da criança. Solis-Ponton (2004) assegura que esse mandato felizmente se modificará ao longo da vida, se os conflitos não forem muito rígidos e fixos, e se não houver tantas intervenções dos pais,

permitindo que a criança se integre à sociedade e ao seu grupo social, estabelecendo laços de parentalização suficientes.

Zornig (2010), em seu artigo “Tornar-se pai, tornar-se mãe”, transcreve a marca dessa transmissão consciente e inconsciente da história dos pais sob seus filhos, através da clínica dos primórdios, testemunho inequívoco da relação entre os fantasmas parentais e os sintomas apresentados pelo bebê. Os conflitos infantis dos pais determinam a natureza das representações das crianças, e os sintomas apresentados do bebê carregam consigo a marca da problemática parental. “Assim, o processo de filiação se inicia antes do nascimento do bebê, a partir da transmissão consciente e inconsciente da história infantil dos pais, de seus conflitos inconscientes, da relação com seus próprios pais, que colorem sua própria representação sobre a parentalidade.” (p. 457).

Essas transmissões são heranças psíquicas que, por um lado, são responsáveis pela conservação das aquisições e potencialidades humanas, como também por se encarregarem das questões que permanecem suspensas ou não elaboradas no inconsciente de pais, avós, ou seja, de gerações antecessoras (TRACHTENBERG et al., 2005).

A transmissão psíquica transgeracional, para Trachtenberg et al. (2005), é um tema relativamente novo na clínica psicanalítica, embora Freud já falasse da transmissão de vida psíquica entre gerações, na qual assinalava a sustentação de valores, crenças e diversos saberes que asseguram a continuidade grupal e cultural. Trata-se de uma herança construída no entrecruzamento de elementos culturais, familiares e individuais que constituem a subjetividade de cada sujeito.

Objetos psíquicos como o desejo e as fantasias, frutos dessa transmissão psíquica, podem ser descritos por meio dos processos de identificação projetiva, nos quais o sujeito introduz suas fantasias no interior de outro objeto (LAPLANCHE; PONTALIS, 1996); pela identificação adesiva, que lança mão da superficialidade e imitação nas relações (MELTZER, 1986); ou pela identificação introjetiva, quando o ego se serve do objeto para seu próprio enriquecimento libidinal (TRACHTENBERG, 2005). Ciccone (1997) pontua que, geralmente, esses processos ocorrem por meio das comunicações não verbais e pelos paradoxos.

Kaës (2001) diz que a criança, à medida que desenvolve sua instância psíquica, se vê capturada em sistemas de dependência dos pais e suas influências tanto podem se constituir como uma potência ou como uma desvantagem. Em Freud (1913), esse sistema de dependência, que ocorre no eixo das relações entre gerações, parece relativizado, como na citação de Goethe: “Aquilo que herdaste de teus pais, conquista-o para fazê-lo teu” (p. 118). Tais operações psíquicas, na maioria das vezes, são inconscientes, podendo abranger tanto

aspecto positivo como negativo, mas jamais se dá de uma forma passiva, pois se constitui efetivamente numa dinâmica relacional entre as impressões dos pais sobre seus filhos e das expressões dos filhos frente aos seus pais.

Desta forma, seria um equívoco acreditar que sob a dependência da mãe, o bebê se torna um receptáculo inerte de seus cuidados. Tão longe de se tratar de uma posição puramente passiva, a criança constrói e parentaliza os pais, ao mesmo tempo em que ela mesma se constrói. “O bebê reconhece a voz da mãe e a distingue das outras vozes, virando a cabeça para ela quando ela a chama. A mãe, gratificada no seu narcisismo, se sente mãe de seu bebê” (SOLIS-PONTON, 2004, p. 32). E como bem diz Lebovici (apud SOLIS-PONTON, 2004, p. 32): “O bebê faz seus pais.”

A dimensão narcísica permite aos pais verem em seu filho a imagem de um bebê amado – a imagem idealizada deles mesmos. Sendo o narcisismo primário dirigido à criança, pode-se dizer que seu corpo é abrigo adequado e os pais se sentem orgulhosos investindo-o de amor. Concomitantemente, as diferenças individuais das crianças vão se moldando junto aos desejos dos pais. Cedo, mais especificamente em torno de três meses, o bebê já possui a capacidade de distinguir os cuidados oferecidos pela mãe e os oferecidos pelo pai, competência essa que se põem em jogo as condições da parentalidade. Solis-Ponton (2004) ressalva que “o equipamento da criança, as suas competências e as circunstâncias que rodeiam o seu nascimento têm uma importância primordial na parentalização dos pais, na sua conversão.” (p. 23).

Gutfreind (2010) argumenta que, por sorte, os bebês parentalizam os pais, pois considera essa conversão uma tarefa difícil. Nesse processo, o autor estima a capacidade dos pais de narrarem sua própria história – seja esta um fato vivido, uma fantasia ou ficção – ao cargo de indispensável e de caráter indissolúvel à parentalidade. Apenas abandonando o lugar de filho é que se tornarão pais:

E como é difícil ser filho: “Treinei para ser pai./Queria ser logo pai/para deixar o encargo/de ser filho” [...]. Tarefa difícil, como já vimos com Freud. Mas é contando que o filho se esvazia do peso de um passado para ficar repleto do pai que pode ser no presente. E salta de filho para pai, nada ligeiro, mas como fruto de um processo lento de elaboração e histórias (p. 157).

Pais suficientemente bons são interpretados por Gutfreind (2010) como “pais suficientemente narrativos”, referindo-se àqueles que fundam no filho uma identidade tecida de palavras e histórias. Diz que é preciso construir a representação de sua história, e ao narrar buscam-se nomes e sentidos. A parentalidade narrada fundamenta-se na necessidade humana

de falar para espantar os fantasmas – que, nesse caso, são os fantasmas dos pais – deixando aos outros (os filhos) um caminho livre das piores projeções.

A partir da adaptação dos pais às necessidades do bebê, e no confronto do bebê imaginário e do bebê real, que a criança encontra o seu lugar na família. Solis-Ponton (2004) adverte que “a vida íntima dos pais faz a mãe deixar seu bebê, à noite, para se juntar ao marido, o que produz no bebê o sentimento de frustração de ser excluído da vida dos pais; seu narcisismo intervém permitindo-lhe consolar-se a si mesmo” (p. 32). Nessa circunstância, o bebê adormecerá e, provavelmente, sonhará com o amor de seus pais – preço a pagar pela construção da cena primária, ou seja, da cena de relação sexual entre os pais, observada ou suposta pela criança a partir das fantasias e, geralmente, interpretada como um ato de violência por parte do pai (LAPLANCHE; PONTALIS, 1996).

Esse movimento revela a dimensão triádica do complexo de Édipo, que é a base para a diferenciação do sujeito enquanto um ser de desejo, capaz de se relacionar com outro sujeito. Cauduro (2008), em sua tese sobre as bases do desenvolvimento emocional, ressalta que a sincronia diádica é o campo para a intimidade e para as interações familiares e sociais, pois fornece ao bebê a primeira oportunidade de participar de uma experiência de grupo, e mais tarde, o prepara para a entrada no meio cultural.

E mais uma vez, a trama edipiana se torna eixo referencial. O sujeito, tencionado na ambivalente relação pai e mãe, compõe sua formação psíquico-familiar, como descreve Menezes (2002):

[...] falar do Édipo é falar de sua mãe, da relação que os caracteriza, dos desejos nutridos, das tensões que nesse entrelaçamento vivem os humanos. Igualmente é falar do pai, do envolvimento necessário com esta figura, representante de uma função importante no Ocidente: proibição e prescrição, papel atribuído no ápice da civilização à Lei. Logo, qualquer que seja a porta de entrada para a análise deste Mito transformado em Complexo, mergulhamos no drama familiar que nos caracteriza enquanto sujeitos (p. 170).

Zornig (2010) explica que, tanto o complexo de Édipo quanto o narcisismo, denunciam um *quantum* de material infantil que ainda persiste no psiquismo adulto, convertendo, significativamente, na relação pais e filhos. E ainda que, o nascimento de um filho provoca mudanças irreversíveis no psiquismo dos pais, dentre elas a possibilidade de repararem a sua história pregressa. Assim, a autora traça a relevância do processo de parentalização na constituição da subjetividade do bebê, e, sobretudo, que esse bebê principia seu trajeto à parentalização, a partir das relações vinculares precoces com seus pais.

O vínculo estabelecido com o filho abriga o importante fenômeno de retificação das experiências parentais. Um alinhamento complexo, haja vista que do outro lado se encontra um ser dependente de uma fonte de afetos e cuidados psicologicamente saudáveis. Winnicott (1965) assegura que, “na medida em que somos razoavelmente maduros ou sadios como adultos, cada um de nós deve reconhecer que um bom princípio de vida nos foi fornecido por alguém” (p. 96). Esse alguém, nomeado mãe, tem grande chance de também ter sido constituído por uma boa assistência materna, garantindo-lhe, assim, esse estimado lugar.

Contudo, no que tange à atitude afetuosa dos pais para com seus filhos, Freud (1914) faz ressalvas, por reconhecer nela a reprodução e a revivência do próprio narcisismo dos pais. Explica que, “o indicador digno de confiança constituído pela supervalorização, que já reconhecemos como um estigma narcisista no caso da escolha objetal, domina, como todos nós sabemos, sua atitude emocional” (p. 107-108). Uma prova viva, passível à observação direta, sobre os postulados de sua teoria da libido, desvelada na relação pais e filhos.

1. 2 Sobre o narcisismo primário

Durante a vida intrauterina, os pais começam a imaginar seu bebê. Eles desenham sua vida futura, seu sexo, suas características, temem as doenças e malformação. Esse estado específico de sensibilidade e devaneios, que a mãe vive durante a gestação e os primeiros anos da criança, faz evocar sua infância e sua relação com sua mãe. Esse movimento conduz à regressão psíquica, condição a qual permite que a mãe se identifique com o filho, encontrando nele o bebê que um dia ela foi (SOLIS-PONTON, 2004).

Na maioria das vezes, a mãe identifica-se com uma imagem idealizada de si mesma, de um tempo em que teria sido objeto de amor total e incondicional de seus pais. Cramer e Palacio-Espasa (1993) descrevem o estado de prazer, junto ao desejo de ter um bebê, como a nostalgia do paraíso perdido e do desejo de reencontro. Assim, a mãe sentirá o desejo de amar e cuidar de sua criança como teria desejado ser amada. E o bebê vai nutrindo o narcisismo da mãe, bem como de toda a família.

Bydlowski (2002) utiliza o termo “estado de transparência psíquica” para traduzir um determinado modo de funcionamento psíquico, definido por conteúdos até então inconscientes, característico do processo gestacional. Solis-Ponton (2004, p. 33) diz: “Quando tudo vai bem, durante a gravidez, a futura mãe vive um estado de graça, um estado de se sentir habitada por essa criança ideal, mas pode viver igualmente a angústia e os medos mais

intensos.” Bydlowski (2002) conta com o conceito de *regressão* de Freud (1939) e a *preocupação materna primária* de Winnicott (1982).

A regressão, na concepção freudiana, é concebida basicamente por um retorno a formas anteriores do desenvolvimento do pensamento, das relações de objeto e da estruturação do comportamento. Laplanche e Pontalis (1996), em Freud, citam: “Os estados primitivos podem sempre ser reiterados. O psiquismo primitivo é, no seu pleno sentido, impercível” (p. 442). Isso se dá em função da compulsão à repetição, que faz ressurgir o passado no presente.

Freud (1939) fala do “impercível sonho de uma Idade de Ouro”, para onde os homens costumam ir sempre que estão insatisfeitos com o presente momento. “Provavelmente, ainda se encontram sob o encanto de sua infância, que lhe é apresentada por sua memória não imparcial como uma época de ininterrupta felicidade” (FREUD, 1939, p. 89).

Soifer (1980) destaca a diferença entre a regressão puerperal e a regressão da gravidez. Se na gravidez a regressão tem origem nas mudanças orgânicas e hormonais, no pós-parto ela tem por finalidade criar e compreender o bebê. Essa ideia permite capacitar a mulher à maternidade e colocá-la a serviço de seu bebê, concepção essa que se aproxima das descrições do estado de preocupação materna primária desenvolvida por Winnicott (1982). Por outro lado, contrapõe-se à luz da abordagem kleiniana, na qual as fantasias predominam sobre a relação do sujeito com a realidade, tornando-se fonte de preocupações, e não facilitadores, no que tange à constituição psíquica das crianças.

A preocupação materna primária de Winnicott (1982) se refere ao estado psicológico da mãe, no qual sua sensibilidade em relação ao filho torna-se exacerbada. É uma “loucura materna” temporária. Graças à adaptação quase perfeita da mãe às necessidades do bebê, ele se safa do próprio desamparo, consentindo a continuidade de sua existência. Uma vez que, a mãe se vê capaz de experimentar, sentir, perceber o momento certo das necessidades vitais do bebê por meio de uma sutil sintonia existente entre eles. Nesse momento, ainda se cria um espaço de ilusão entre a mãe e o bebê, em que, paradoxalmente, o bebê dependendo completamente dos cuidados maternos, sentirá a ilusão de onipotência (SOLIS-PONTON, 2004).

O estado de transparência psíquica foi profundamente estudado pela psicanalista Bydlowski (2002). Ela percebeu que a eficiência habitual do recalçamento se vê reduzida, permitindo a emergência de conteúdos psíquicos recalçados relativos a experiências e fantasias infantis, notadamente em relação à própria mãe. A futura mãe sente uma espécie de “dívida de vida”, pelo fato de ela se tornar mãe e ocupar o lugar de sua mãe; identificando-se

ainda com sua mãe, ela oferece cuidados ao seu bebê. Ao mesmo tempo, por processo regressivo, ela se identifica com o seu bebê. Tais identificações permitem à mãe adaptar-se ao seu bebê, transmitindo seu próprio narcisismo. Contudo, a criança, ao sentir-se amada por sua mãe, constrói seu caminho de narcisismo primário (SOLIS-PONTON, 2004).

Nacht (1965), citado por Solis-Ponton (2004, p. 33,) diz que o narcisismo primário transmitido pela mãe permite ao ego da criança desenvolver-se e aderir-se à vida, o que o leva ao posto de “guardião da vida”. Desse modo, o narcisismo se apresenta como algo ligado à constituição do indivíduo e não como um desvio ocorrido durante um desenvolvimento suposto normal. Ele se instala com uma consequência do desenvolvimento do ego, instância que, diferentemente das pulsões autoeróticas, não está presente desde o início.

O autoerotismo é definido como uma fase anárquica das pulsões sexuais, na qual tão pouco existia uma unidade comparável ao ego. Freud (1914) então explica que algo precisa ser acrescentado ao autoerotismo, uma nova ação psíquica, para que se constitua o narcisismo. Essa nova ação que se une ao autoerotismo será composta de trocas narcísicas entre a mãe e o bebê. Nasce, em contento, o narcisismo primário do bebê, fruto do desejo da mãe por ele.

Freud (1914) definiu como narcisismo primário o estado precoce em que a criança investe toda sua libido em si mesma, antes mesmo de escolher objetos exteriores. É caracterizado pela total ausência de relação com o meio, sem clivagem entre o sujeito e o mundo externo, e por um estado indiferenciado entre o ego e o id. Já a ideia de um narcisismo contemporâneo, da formação do ego por identificação com o outro, é denominado narcisismo secundário, ou seja, seu desígnio está no retorno ao ego, da libido retirada dos seus investimentos objetais (LAPLANCHE; PONTALIS, 1996).

Para maior distinção, Freud (1914) concebe o narcisismo, que aparece por meio da incorporação dos investimentos objetais, como um estado secundário construído com base no narcisismo primário que, por sua vez, fora obscurecido ao longo do tempo por múltiplas influências.

É nesse sentido que, Algarvio e seus colaboradores (2010) adotam, como definição de função parental, o “equilíbrio satisfatório entre o investimento narcísico (o outro enquanto parte de si próprio) e o investimento objectal (o outro enquanto ele próprio) da criança por parte dos pais” (p. 639). Sem pretender eleger o melhor tipo de investimento, defendem o equilíbrio entre o investimento narcísico e objectal, apontando para a impossibilidade de, na prática, separá-los completamente.

Contudo, Veludo (2009) enfatiza o valor inestimável do investimento parental narcisista, por assegurar à criança uma quota de amor que mantém, em maior ou menor grau,

o fluxo de desejo parental em sua direção. Porém, se os pais não conseguirem renunciar à busca pela manutenção de sua revivescência narcísica na relação com os filhos, o amor objetal sucumbirá, deixando a criança à mercê de suas demandas pulsionais que, em dada circunstância, se tornam intoleráveis. Com isso, a passagem do princípio do prazer para o princípio da realidade fica completamente comprometida, pois a criança não aprende a abrir mão do prazer autoerótico, justamente por faltar a ela a tranquilidade para estruturar sua vida psíquica.

Nesse sentido, Hartmann e Shestasky (2011) conclui que a base para o funcionamento intrapsíquico depende de um vínculo emocional e da condição de desamparo da criança frente aos genitores. Dessa relação, surge o processo de identificação, engendrado pelo apoio mútuo entre o narcisismo da criança e o narcisismo parental, do qual emanam as transmissões psíquicas de um indivíduo para outro e de geração para geração.

1.2.1 Sobre as transmissões psíquicas

A transmissão psíquica se constitui de operações inconscientes, podendo abranger tanto aspectos positivos como negativos, pois à medida que uma criança desenvolve sua instância psíquica, se vê capturada em sistemas de dependência dos pais, e suas influências tanto podem se constituir numa potência como em desvantagens (FREUD, 1913). São heranças psíquicas que, conforme Trachtenberg et al. (2005), tendem a garantir a conservação das aquisições e do potencial espiritual da humanidade, porém, transmite também, aos filhos, a árdua responsabilidade de superar as questões, que permaneceram suspensas ou não, elaboradas no inconsciente de seus pais e de seus avós.

Silva (2006) garante que ninguém pode construir completamente a própria história, pois o indivíduo sempre se ancora a uma família que o precede, da qual vai extrair substância de suas fundações narcísicas e tomar um lugar de sujeito. Além de definir a transmissão como inevitável, fala de sua peculiaridade em que verdades e saberes, ódios e amores, dívidas e legados, possíveis e impossíveis, são transmitidos, garantindo que a voz das gerações não se silencie.

Freud (1913) já afirmava que nenhuma geração poderia ocultar seus aspectos psíquicos de maior importância, revelando deste modo que “todos possuem, na atividade mental inconsciente, um *apparatus* que os capacita a interpretar as reações de outras pessoas, isto é, a desfazer as deformações que os outros impuseram à expressão de seus próprios sentimentos” (p. 188).

Esse tipo de transmissão psíquica, de acordo com Kaës (2001), se baseia na realidade intersubjetiva que ocorre entre os sujeitos e pressupõe um espaço de transcrição transformadora e passível à elaboração. Está relacionada à transmissão intergeracional, ou seja, entre duas gerações (pais e filhos), e apresenta três características fundamentais: as formações intersubjetivas primárias, que asseguram as condições para a criação do espaço e dos vínculos subjetivos; o espaço e os vínculos que formam a realidade psíquica, principalmente as referentes às proibições fundamentais; e o complexo de Édipo, que prescreve as proibições e os desejos entre sujeitos, a fim de reconstruir representações quanto às diferenças entre sexos e gerações, com as correspondentes identificações.

De acordo com Trachtenberg et al. (2005), a transmissão intergeracional é um trabalho psíquico de elaboração que diz respeito ao sujeito e ao grupo, numa relação com, e entre, diferentes níveis intrapsíquicos e intersubjetivos. Favorece transformações e conduz à diferenciação, num dinamismo entre o que é transmitido e o que é herdado, logo, adquirido. Permite que o sujeito se inscreva numa cadeia e em grupo, se situe em relação à geração pertencente, percebendo as diferenças e respeitando as demais gerações. Cria um elo precursor de sua subjetividade, que constitui sua própria história, apropriando-se assim de sua herança.

A transmissão psíquica entre geração, além de ser compreendida como um trabalho de ligação e de transformação, é também considerada estruturante, pois está nucleada num espaço de transcrição transformador que se vincula às fantasias, imagos, identificações que organizam uma história familiar, disponibilizando elementos para que o sujeito possa construir a sua história individual. “Exemplos para este tipo de transmissões são os das tradições, culturas, o núcleo de pertinência, uma filiação ou um sobrenome que tenham força de coesão” (TRACHTENBERG et al., 2005, p. 122).

Chemin (2006, p. 37) ressalta: “Não existe psique sem que ações psíquicas ocorram.” Pois, desde a gestação, o bebê recebe inúmeras mensagens de seus cuidadores, a voz, as palavras e as interpretações, que já lhes são ditas, ainda que seja de seus atos puramente biológicos. A mãe investe, nomeia, passa a desejá-lo e sonhar por ele, transformando-o em sujeito falante e falado, receptor de suas representações. Criam-se as mais profundas marcas nesse bebê, constituindo assim as referências de seu mundo interno, a partir das histórias e pré-histórias da mãe, transmitidas psiquicamente entre gerações, bem como através das gerações, reativadas nesses primeiros intercâmbios.

A transmissão psíquica que ocorre através das gerações (transpsíquica, ou transgeracional) se diferencia da transmissão psíquica que ocorre entre as gerações

(intergeracional). Na primeira, não há respeito pelos limites da subjetividade e nem das experiências de separação entre os sujeitos. Trata-se da transmissão psíquica de um material “bruto” e não elaborado de um sujeito em direção ao interior do outro, a serviço das exigências do narcisismo (TRACHTENBERG et al., 2005, p. 168).

Para Correa (2000), as transmissões que ocorrem através das gerações não beneficiam as gerações seguintes, pois estão sempre em suspensão. Como não há modificação no material psíquico, logo não há possibilidade de metabolização e de integração de seus conteúdos. Nessas condições, os conteúdos psíquicos dos filhos estarão para sempre marcados pelo funcionamento psíquico dos avós ou de outros ascendentes, que eles podem nem ter conhecido, porém deixaram resíduos psíquicos traumáticos para seus próprios pais. A autora considera alienante e não estruturante a transgeracionalidade, por impedir a singularização do herdado, se impondo no estado bruto aos seus descendentes.

Piva (2006) pontua que os debates em torno da transgeracionalidade têm enfatizado essa vertente psicopatológica e extrema, em que o herdeiro é apenas atacado, sem elaboração, sem ligação, inerte num terreno compulsório à repetição e à alienação; trata-se sorrateiramente de um destino a cumprir, o qual Eiguer (1998) denominou de “a parte maldita da herança” (p. 24). No entanto, quando se fala de transmissão transgeracional, fala-se igualmente daquilo que garante a continuidade narcísica e a manutenção dos vínculos correspondentes às formas estruturantes e coformadoras de subjetividade.

A transmissão psíquica, tanto a intergeracional quanto a transgeracional, é um processo constituinte de um trabalho psíquico obrigatório, que garante a continuidade evolutiva. Quando o herdeiro consegue transformar aquilo que recebe, atribui, ao processo, o caráter progressista (PIVA, 2006). Em 1913, Freud já colocava esse fenômeno em pauta: “A menos que os processos psíquicos sejam continuados de uma geração para outra, ou seja, se cada geração fosse obrigada a adquirir novamente sua atitude para com a vida, não existiria progresso neste campo e quase nenhuma evolução” (p. 159). Estaríamos invariavelmente fadados à estaca zero.

Nada escapa à transmissão, assegura Piva (2006). Afetos, representações, fantasias, valores, traumas, culpas, dívidas, mitos, delitos, morte, por fim, tudo que garante a manutenção do vínculo, inclusive materiais que não tomaram forma representacional. Este tipo de transmissão se afigura pelo negativo daquilo que não se contém ou não se recorda; produto do significante bruto eximido de operações de transcrição e transformação. Granjon (2000) reforça que tudo é transmitido, sempre, inclusive com os interditos e impedimentos oriundos dos diferentes mecanismos de defesa.

Seguindo a linha de pensamento, Benghozi e Correa (2000) referem-se ao “traumatismo como herança” para designar esse tipo de situação, na qual, um trauma é transmitido para seus descendentes, mesmo que embora nunca tenha sido relatado pelo genitor que o sofreu. Esse autor acrescenta que o trauma psíquico não metabolizado corre o risco de ser repetido, e a cena de violência reiterada, mesmo depois de várias gerações.

Trachtenberg et al. (2005) ressalta que quaisquer acontecimentos podem se tornar traumáticos e alienantes para os descendentes se não puderam ser elaborados, se os afetos suscitados não foram tolerados, contidos ou representados. Contrapondo, assim, a sentença de que os eventos mais dolorosos são os precursores de traumas e alienação, quando na verdade, são aqueles que não encontraram expressão na palavra: “O *infans*, a quem a palavra não é trazida, fica então, psiquicamente mutilado” (p. 120).

Para tanto, precede a função transformadora e metabolizadora da mãe, que Bion (1962) chamou de função alfa. Esta garante a segurança e a continência da criança, atribuindo nomes e significados aos estados emocionais que, nos primeiros meses e anos de vida, somos incapazes de digeri-los ou assimilá-los. Aulagnier (1975) igualmente fala dessa atividade exercida pela mãe, sob o termo de porta-palavra das experiências da criança, habilitando, no filho, a constituição de objetos de pensamentos passíveis à elaboração. Cria-se um espaço de intermediação, o caminho pelo qual passa a transitar objetos de identificação, como pensamentos, histórias, afetos transmitidos de uma pessoa para outra, para grupos e gerações sucessivas.

Essa parece ser a trilha daquelas transmissões psíquicas entre gerações que são bem-sucedidas, exitosas, nas quais o escudo protetor materno cumpriu a sua meta a contento, e a mãe pôde investir adequadamente no seu bebê, além de funcionar como uma transformadora para ele e para si próprio, sem invadir o campo da intersubjetividade com ansiedades ou luto mal-elaborados de sua história ou pré-história” (TRACHTENBERG et al., 2005, p. 123).

Trachtenberg et al. (2005) compara o trabalho psíquico decorrente do setting analítico com aquele que deveria acontecer precocemente, porém, por forças maiores, fora atravancado. Conta que o paciente chega ao consultório reconhecendo ser portador de um mal próprio, mas depois descobre que, com seu mal, habita um mal alheio, procedente de seus pais. Estes depositam uma esperança de poder realizar no filho seus desejos interrompidos, suas questões inacabadas, seus fracassos, suas frustrações. Tal descoberta imprime no sujeito o desejo de transformar a cadeia traumática transgeracional em sequência de elos intergeracionais.

Trachtenberg et al. (2005) denominou identificação telescópica o movimento psíquico que perpassa várias gerações, transitando por vários lugares, conservando e, ao mesmo tempo,

modificando histórias dessa trajetória. A autora traz a imagem do sujeito, posicionado como elo geracional, que avista o passado e vislumbra o futuro, sentindo-se pertencente a ambos. Dessa forma, o sujeito constrói um particular vínculo com objetos intergeracionais, por encontrar neles amparo para suas necessidades de pertinência e identidade.

Trachtenberg et al. (2005) cita Puget (1991), ao apontar que certas percepções só adquirem significados, e podem ser transformadas em pensamentos se o contexto for favorável, propondo o seguinte: o impensável se liga a uma zona psíquica associada à vivência de horror e catástrofe não imaginável até que um corpo, ou um objeto doador de significado, surja para reintroduzi-lo no campo das palavras. Necessita, entretanto, de um vínculo qualificado, um analista capaz de transformar os conteúdos dessa ordem em palavras bem ditas, instalando um verdadeiro e novo espaço de transcrição no sujeito.

2 OS IMPASSES DA PARENTALIDADE

“... e não tivesse amor, nada seria.”

(Coríntios 1;13)

Além dos elementos internos frisados no capítulo anterior, outros estão implicados no processo de parentificação, relativos ao mundo externo, ou seja, à cultura e à sociedade. Atualmente, há vários desafios onde o passado e o presente se interpõe, causando rupturas que resvalam todos os campos dos saberes. Um período de transição demarcado pela quebra de paradigma e valores que permaneciam estáveis por muito tempo. Em consequência, tem-se uma geração com dificuldade de pensar, de sentir e refletir em meio às transformações, aos excessos de informações e inovações (PERFEITO, 2007); que deve ater-se às exigências da alta produtividade no trabalho, do acúmulo de títulos profissionais, das urgências e imediatismo. Marcada ainda, pela superficialidade das relações, pelo individualismo hedonista e narcisista, pelo isolamento, pela solidão, pelo vazio sem memória e sem muita história, como bem descreve Lisondo (2004).

Neste capítulo, a família é o cenário para compreensão da parentalidade, posto que nela esteja inscrita a genealogia e a filiação da criança, necessária para a constituição da identidade e de seu processo de humanização. E, por ser esse o lugar de confronto de três diferentes fundadores, com que todo o psiquismo humano deve deparar e resolver: a diferença de si e do outro (a alteridade), a diferença de sexos e as diferenças de gerações (HOUZEL, 2004).

2.1 Como conceber a parentalidade

A genealogia (a origem do indivíduo, e da família) e a filiação (relação de pai e mãe) remetem a algumas implicações, sob as quais o processo de transição em direção à parentalidade se encontra. A primeira por pressupor lugares estruturalmente determinados por agentes (pais), que nem sempre coincidem com o pai e/ou a mãe biológica (HOUZEL, 2004). Nessa situação, é possível citar as famílias monoparentais (composta por apenas um dos genitores, o pai ou a mãe), homoparentais (constituída por um casal homossexual), de parentalidade parcial (assistida e mediada por terceiros), adotivas, recompostas (pais separados e recasados), concubinárias, temporárias, e tantas outras. Temos, ainda, algumas mudanças que afetam diretamente as condições de procriação, tais como: barriga de aluguel,

embriões congelados, procriação artificial com doador de esperma anônimo e, muito mais brevemente do que se pensa, tem-se a clonagem (CECCARELLI, 2007).

Kamers (2006), em seus estudos sobre as novas configurações familiares, lembra que não se pode mais pensar as funções parentais pertencentes a um modelo de família com “papéis” estritamente delimitados, caso contrário, cairia numa normatização de dois distintos conceitos – famílias estruturadas e desestruturadas:

Estariamos assim tratando de uma nostalgia, fundamento de todos os “psicologismos” de plantão que visam justificar as atuais problemáticas da educação, familiar e escolar, como relativas a uma suposta inadequação da família em relação às necessidades da criança (p. 114).

Já no âmbito da filiação, as implicações podem ser compreendidas a partir das respectivas indagações de Solis-Ponton (2004) à Lebovici, das quais destacam o futuro de uma criança educada por duas mulheres ou dois homens, assim como de uma criança que tem duas mães e não tem pai, ou vice-versa. Realçam, num diálogo esclarecedor, as lacunas das relações triangulares presentes na atualidade:

LEBOVICI: Tem de inventar um pai, fabricar um, tem de funcionar dessa maneira, tem de imaginar as qualidades desse pai como fundamentais. Porque o apoio edipiano existe de qualquer modo. Tem de se criar um pai porque a relação pais-filhos passa pela necessidade de elaboração de um triângulo edipiano.

SOLIS-PONTON: Então se não existe um pai real, ele pode ter um pai inventado.

LEBOVICI: Sim. Uma mulher pode ter um papel de pai. Mas, de qualquer maneira, isso não vai durar. É preciso assegurar uma estrutura triangular na relação.

SOLIS-PONTON: Diz-se que é uma necessidade primária para a criança ter uma diferenciação no modo de relação; ser pai não é a mesma coisa que ser mãe. Acha que certas formas de condutas marginais atuais, homossexuais, bissexuais, podem seguir essa ausência de diferenciação e provocar uma ausência de recalçamento?

LEBOVICI: A proibição vem de fora, o recalçamento vem de dentro, e temos aqui a dualidade de relação pais-filhos que Winnicott demonstrou (p. 26).

A dualidade a qual Winnicott (1989) destaca é do amor-ódio, ou seja, da capacidade para a ambivalência, como uma das expressões de maturidade que a criança alcança para viver as questões edipianas. A relação triangular permite que o ódio possa aparecer livremente, pois o que é odiado é uma pessoa que pode se defender, e que na verdade já é amada. No caso, por exemplo, do menino, trata-se do pai, do genitor, do marido da mãe. E o amor pela mãe pode ser liberado porque o pai se transforma no objeto do ódio, aquele capaz de sobreviver, castigar e perdoar. O autor reitera que é extremamente árduo e pesado para a criança lidar sozinha com todas essas questões, e sua elaboração se faz com o tempo, nas

repetidas experiências de danificar-reparar e imprescindivelmente podendo contar com a presença estável de um pai (ou de uma mãe, noutra situação).

Percebe-se que Lebovici (2004) atribui importância à diferença entre homens e mulheres, contrapondo a simetria nas relações familiares hoje. Tal posicionamento pode ser interpretado como conservador por alguns autores. De tal modo, a psicanalista Teperman (2012) enfatiza o risco “movediço” de quem partilha da ideia de que a família atualmente está em crise pelo fato de não garantir a “consistência” necessária ao complexo de Édipo. “Aqui, a presença da palavra consistência não é casual: é a suposta consistência atribuída ao pai, como pai de família, do qual se reclama a presença e a “normalidade” – que torna o terreno tão movediço.” (p. 45).

Mas se Lebovici (2004) cogita a possibilidade da invenção de um pai, significa que o risco movediço da “normalidade” não encontra lugar em seus argumentos. Ele apenas prevê um caminho mais dispendioso, com o declínio do patriarcado substituído pelo modelo horizontal moderno, fraterno, autônomo e igualitário. Um caminho que, para ser apreendido, necessite agora buscar os operadores da estruturação de um sujeito e de uma dada cultura, que outrora eram identificados mais naturalmente.

Com as novas configurações familiares, evidenciam-se inúmeras questões a serem tratadas com respeito às funções parentais. Para tanto, Houzel (2004) propõe uma forma de explorar o conceito de parentalidade, que de tão relevante, parece suplantar as problemáticas de maneira clara e mais distinta dos diversos julgamentos e resistências com as quais nos aliamos ante ao novo.

Mesmo porque as configurações familiares é um tema “extremamente espinhoso”, enfatiza Teperman (2012). Com envolvimento de discussões que tendem à normalização e à indiscriminação entre os dados de pesquisas, formulações teóricas e posicionamentos pessoais. Sendo um tema particularmente sensível a generalizações, que empobrecem a discussão e autorizam enunciados como “esses pais”, “essas famílias”, “as famílias de hoje”, etc. (p. 15).

Houzel (2004) põe em pauta os laços parentais, a sustentação sadia e prejudicial desses laços e a medida para avaliá-los, principalmente, quando não estão mais em estrita correspondência aos componentes afetivos e educativos esperados. Propõe a análise de três eixos da parentalidade, que são eles: o exercício, a experiência e a prática da parentalidade.

O *exercício* da parentalidade é entendido num sentido próximo ao sentido jurídico, situando cada indivíduo nos seus laços de parentesco, juntamente com os direitos e deveres adquiridos por seus membros, ao preço de algumas restrições. Essa área, como se deduz

anteriormente, está em plena transformação, em virtude da evolução de costumes, por um lado, e do desenvolvimento da reprodução assistida, do outro. Houzel (2004) explica: “Paradoxalmente, esse desenvolvimento inteiramente fundado no progresso da biologia acaba por privilegiar laços de filiação não biológicos e a dissociar cada vez mais laços biológicos, laços sociais (posse do Estado) e laço jurídico” (p. 48). A autora cita Théry (1995), ao falar do déficit simbólico na evolução da legislação, por considerar cada vez mais situações fatuais, o que a leva a perder parte de sua função fundadora e organizadora.

A *experiência* da parentalidade é o nome dado à experiência subjetiva consciente e inconsciente do fato de vir a ser pai e de preencher papéis parentais, assinalados pelo desejo e pelo processo em direção à parentificação. Houzel (2004) aponta que a experiência da parentalidade é cada vez mais conhecida sob o termo da maternalidade, dado às distintas modificações psíquicas produzidas no decorrer da gravidez e no pós-parto.

Já a *prática* da parentalidade é designada pelas tarefas cotidianas que os pais (ou cuidador) devem executar junto à criança, nas quais estão inclusos os cuidados físicos, como também psíquicos. Nesse aspecto, Houzel (2004) descreve as interações entre os pais e a criança graças às investigações acerca das competências do recém-nascido e da teoria do apego: interações comportamentais que se observam e podem ser descritas objetivamente; interações afetivas que implica afetividade da criança e de seu parceiro parental; interações fantasmáticas que não são visíveis, e tampouco conscientes, que se relacionam com a história e a personalidade dos pais, e funcionamento do casal; interações simbólicas concernentes a todos os aspectos da transmissão simbólica, que se operam no seio da família e são inscritas na filiação do indivíduo.

A referência aos eixos parentais permite ampliar a concepção de parentalidade sem cair no reducionismo exclusivo da prática dos cuidados com a criança, e também não desconsiderar o exercício e a experiência da parentalidade. Respeitar as exigências as quais cada um desses eixos remete, é levar em conta a situação real da criança e sua filiação, bem como sua dimensão simbólica, sem perder de vista a realidade psíquica de cada membro da constelação familiar.

As investigações em torno dos três eixos colocam à prova que nenhuma instituição pode atuar com suficiência como substituto da família, porém, em situações de falhas graves, com necessária substituição, deve-se fazê-la respeitando ao máximo os papéis parentais. Portanto, na tentativa de garantir a integridade de uma criança, há de convir que a melhor saída seja a funcionalização da família (HOUZEL, 2004).

2.2 As transformações na família e o laço parental

Para conceber a ideia de funcionalização da família, é preciso conhecer as peculiaridades da família contemporânea, resultante de um processo histórico que constitui nela transformações relevantes. A retomada à história da constituição e da evolução da família será a via preferencial deste capítulo, na qual compreende três períodos: a família dita “tradicional”, submetida à autoridade patriarcal; dita “moderna”, fundada no amor romântico; dita contemporânea – ou pós-moderna – assinalada pela busca de relações íntimas e realização sexual (ROUDINESCO, 2003).

Segundo Ariès (1981), em seus estudos iconográficos sobre a trajetória da família, na Idade Média ela subsistia num silêncio, não despertava emoções, pois não era conferido um valor suficientemente forte ao ponto de “inspirar poetas e artistas” (p. 152). A criança também não abrigava valor algum, pois sua passagem pela família e pela sociedade era muito breve e muito insignificante para que tivesse tempo ou razão de forçar a memória e tocar a sensibilidade. A família era, acima de tudo, uma sociedade moral e social.

O pai era revestido de tal domínio que poderia ser compreendido em sua dimensão por um costume francês denominado “*lettres de cachet*”², que deliberava poder sobre os filhos e a esposa, o direito de vida e de morte, direito de castigá-los como bem entendesse, e de até mesmo excluí-los da família. As taxas de mortalidade infantil eram altas, e o costume da época de entregar os filhos às amas de leite reforçava esses índices, pois, na sua maioria, as amas não tinham condições financeiras, e as crianças ficavam submetidas às situações precárias de cuidados e higiene, além da subnutrição (ROUDINESCO, 2003).

Com a queda da monarquia, o poder paterno passou a ser relativizado e reinvestido por outra forma de vida econômica e privada – o pai divinizado sobreveio ao pai da sociedade burguesa, patriarca do empreendimento industrial. O casamento passa a ser instituído como sagrado, provocando profundas transformações nas relações. A criança passa a ser alvo de interesse e de responsabilidade, e a mãe-esposa começa a ser vista como uma companheira (BADINTER, 1985).

As transformações ocorreram lentamente, e o poder paterno fora atenuando. Aos poucos se imprimia a ideia de respeito entre os familiares e a noção de barganha, para que não fossem castigados por Deus em seu juízo final. A Sagrada Família era o modelo inspirado,

² Roudinesco (2003, p. 21) cita em rodapé: “[...] no Código Civil de 1804, o direito de correção atribuído ao pai, que exerce sozinho a autoridade ao longo da duração do casamento.” Salomon (2005) descreve as *lettres de cachet* como dispositivo importante no século XVIII. Tomavam forma de cartas que permitiam a família mandar prender seus membros que maculasse a sua honra pública, através de recurso direto ao Rei.

cabendo aos filhos honrar pai e mãe, para que tenham longa vida, e aos pais cuidar bem desses filhos, tornando-os bons cristãos. Rompe o modelo de família da Idade Média cedendo espaço para família moderna, com o salvaguardado de dois sentimentos jamais vividos: de infância e o de família (ARIÈS, 1981).

As crianças, que antes se misturavam aos adultos e aprendiam a viver através do contato diário e nas casas de outras famílias, passaram a frequentar as escolas, pois os pais desejavam estar próximos aos seus filhos e acompanhar de perto sua educação. A família concentrou-se em torno da criança, e assim Ariès (1981) descreve:

A substituição da aprendizagem pela escola exprime também uma aproximação da família e das crianças, do sentimento de família e do sentimento de infância, outrora separados. [...] O clima sentimental era agora completamente diferente, mais próximo do nosso, como se a família moderna tivesse nascido ao mesmo tempo em que a escola, ou ao menos, que o hábito geral de educar as crianças na escola. (ARIÈS, 1981, p. 159).

Nas escolas havia manuais de civilidade, que continham convenções sociais triviais com o intuito de preservar e manter valores e mandamentos da vida em comum. Exaltava o amor materno como valor, ao mesmo tempo natural e social, favorável à espécie e à sociedade. Segundo Badinter (1985), nessas publicações pediam às mulheres que cuidassem de seus filhos pessoalmente, atribuindo-lhes papéis e valores: “Sede boas mães, e serei felizes e respeitadas. Tornai-vos indispensáveis na família e obtereis o direito de cidadania” (p. 145-146).

A família moderna, cujo modelo se impõe entre o final do século XVIII a meados do século XX, conforme Roudinesco (2003), passa a conviver com elementos inéditos: a lógica afetiva se impõe e o casamento passa a levar em conta a vida sexual e o amor de um casal, e a consequente experiência subjetiva dos sujeitos.

Se antes o social invadia o domínio político, e avançava em direção ao território familiar, tendo os representantes da sociedade o poder de influenciar e intervir nas relações pais e filhos, num terceiro e grande período da evolução familiar dita contemporânea, ou pós-moderna, a família deixou de ser conceitualizada como paradigma de um vigor divino ou do Estado, e passa a ser dessacralizada, cada vez mais, pelas debilidades de um sujeito em sofrimento, como descreve Roudinesco (2003):

A família autoritária de outrora, triunfal ou melancólica, sucedeu a família mutilada de hoje, feita de feridas íntimas, de violências silenciosas, de lembranças recalçadas. Ao perder sua auréola de virtude, o pai, que dominava, forneceu então uma imagem invertida de si mesmo, deixando transparecer um eu descentrado, autobiográfico, individualizado, cuja grande fratura a psicanálise tentará assumir durante todo o século XX. (p. 13)

De acordo com Roudinesco (2003), a família contemporânea, ao ser desapropriada de um lugar divino e natural, se tornou frágil, neurótica e consciente de sua desordem, mas preocupada em recriar entre os homens e mulheres um equilíbrio que não podia ser proporcionado pela vida social. Ou seja, por mais que tenha sofrido profundas e significativas alterações, o desejo de fundar e pertencer a uma “ordem” familiar, fonte de afeto amparo e segurança, tanto psíquica-emocional quanto material, revela-se indestrutível.

Contudo, de seu enfraquecimento brotou um vigor inesperado! “Construída, desconstruída e reconstruída, recuperou sua alma na busca dolorosa de uma soberania alquebrada ou incerta” (ROUDINESCO, 2003, p. 71). Mesmo com todos os contras e tamanha desordem, a família ainda é titulada como a instituição humana mais sólida da sociedade, e ainda reivindicada, nos tempos de hoje, como o único valor seguro ao qual ninguém quer renunciar.

A solidez é um predicado importante na constituição do sujeito. Mas para uma família atender definitivamente a demanda de seus membros ela precisa oferecer condições para enfrentarem os sabores de sua história, de seus arranjos e desarrajos, bem como resistir aos seus efeitos nocivos sobre desenvolvimento psíquicos. Essa capacidade é apresentada por Houzel (2004) sobre a forma de resiliência, que seria a capacidade de se adaptar às mudanças impostas pelo contexto, tais como o enfraquecimento das funções parentais.

2.3 O enfraquecimento das funções parentais

A partir dos anos de 1960, impõe-se a família contemporânea, que une dois indivíduos em busca de relações íntimas ou realizações sexuais ao longo de uma duração relativa, com abertura para divórcios, separações e recomposições conjugais (ROUDINESCO, 2003). O casamento, antes considerado um sacramento pelo direito canônico e, mais adiante, necessário à legitimação dos cônjuges e dos filhos no direito laico, perdeu efetivamente sua força simbólica à medida que aumentava o número de divórcio.

Roudinesco (2003) enfatiza essa situação:

Como podia ele continuar a encarnar o poder do vínculo familiar se este já não era mais indissolúvel? De fato, foi cada vez mais assimilado a um rito festivo que acontecia não mais como ato fundador de uma célula familiar única e definitiva, mas com um contrato mais ou menos duradouro entre duas pessoas. (p. 71)

Nesse contexto, surge a noção de “família recomposta”, que confere um duplo movimento de dessacralização do casamento e de humanização dos laços parentais. À medida

que tudo isso ocorria, a transmissão da autoridade foi se tornando cada vez mais problemática, pois, não somente os laços conjugais estavam sob o mandato democrático como também o próprio exercício da parentalidade (ROUDINESCO, 2003).

A pós-modernidade permitiu o prazer sem procriação (com o surgimento da pílula, com a legalidade do aborto em alguns países) e em contraponto, a procriação sem prazer, sem sexo, por meio da procriação medicamente assistida – e a ciência se apresenta em toda a sua onipotência. Dessa forma, a intervenção dos discursos científicos, jurídicos e pedagógicos na família, e sua tentativa de substituir o pai, produzem filiações nem sempre simbólicas. “A ciência gera e modela a criança, e os efeitos desta ‘verdade’ contemporânea, se não alertados, podem ser desastrosos para a ética do desejo”³ (ROSA, 2012, p. 121).

Destarte, Teperman (2008) afirma que o nascimento de um filho não determina automaticamente a constituição das funções parentais, pois estas requerem um processo delicado de reordenamento simbólico. E embora os sistemas simbólicos mudem de uma cultura para outra, o fator determinante da filiação em todos os arranjos familiares, inclusive os novos, é o lugar que o bebê ocupa no imaginário e no desejo daquele que o acolhe no mundo (CECCARELLI, 2007).

Teperman (2008) ressalta o valor do desejo dos pais na constituição subjetiva da criança, a partir dos prenúncios lacanianos sobre a função de mãe, cujos cuidados necessariamente devem portar a marca de um desejo particular, mesmo sendo eles por via de suas próprias falhas, pois mais vale outra uma marca negativa, que nenhuma.

As funções parentais cumprem a função fundamental de inscrição da criança no universo simbólico. Kamers (2006) nota que há duas tendências extremas a serem consideradas: a que tenta localizar na mãe biológica (o agente da função materna), assim como no pai da realidade (o agente da função paterna); e de modo inverso, cria uma série de formulações que abordam essa função como algo que possa ser realizado por qualquer um, desde que “alguém compareça”. O equívoco fica eminente, já que a função simbólica pressupõe uma nomeação que dificilmente sucederia no anonimato. E é sobre a sombra dessa segunda tendência que a ciência impera.

Aliada à onipotência científica, está a invasiva indústria cultural ocupando, mais uma vez, o lugar dos agentes parentais. Como rebarba da modernidade, o isolamento da família nuclear intensifica sua atmosfera emocional e cria tensões que só especialistas sabem como

³ Rosa (2012) refere-se às modalidades do desejo, eminentes na parentalidade, porém estremecidas pela onipotência científica. Em detrimento do desejo narcísico de ser mãe ou pai, do desejo de ter filho ou de ter a criança desejada, impera o desejo anônimo da ciência.

lidar. O cuidado com as crianças promove não somente uma profissão, em especial para as mulheres, como também a freguesia para os conselhos dos profissionais de psiquiatria e para os especialistas na arte das curas psíquicas e sociais – critica Lasch (1991), em seu polêmico livro “Refúgio num mundo sem coração”.

As mulheres passaram a ser consideradas guardiãs da moral e como um importante recurso contra os problemas da ordem pública e privada, afirmando certa autoridade por meio da sua influência materna. Assim, médicos e terapeutas, considerados detentores de um “suposto” saber sobre a vida doméstica, aliaram-se a elas. Entretanto, foi justamente essa aliança que provocou uma desautorização da mulher e uma crescente dependência em relação a esses profissionais (LASCH, 1991).

Surgem então os manuais de como educar filhos, de como ser boa mãe, colocando a tecnologia e as técnicas advindas da ciência positiva a serviço da educação familiar. Em consequência, engrenam nos pais uma necessidade cada vez mais frequente de consultar especialistas que pensam nas relações dentro da lógica que rege a economia burguesa, destituindo a relação entre pais e filhos de espontaneidade e de afeto (LASCH, 1991).

Lasch (1991) acredita que a crise da família não é atual, porque essa instituição vem se desintegrando lentamente há mais de cem anos. Como prova, analisa cuidadosamente os efeitos da atuação das profissões assistencialistas e de saúde sobre a família, bem como o impacto do conhecimento teórico sobre o tema. Demarca, sobretudo, a socialização das funções parentais, bem como a mecanicidade de seu exercício, respaldada pelos manuais de instrução aos pais:

A mulher que foi a um psiquiatra, após ler livros sobre desenvolvimento de crianças sobre os quais ela “sentiu que não tinha sido capaz de aprender nada”, dramatiza, de forma acentuada, o compromisso do pai moderno. Ela procurava essas informações, relatou seu psiquiatra, “como se estivesse interessada em passar em algum tipo de exame, ou em produzir um filho que iria vencer competição... Tinha de se tornar uma mãe perfeita”. Mesmo assim, suas relações com seu filho sofriam de “uma notável falta de afeto”. Atormentada por um “sentimento de inexperiência e falta de jeito para lidar com tarefas sobre as quais não possuía experiência prévia”, ela se comparava a alguém que jamais havia visto ou dirigido um carro e estava aprendendo a dirigi-lo a partir de um manual de um mecânico. Outra mãe “sentia que nada sabia sobre o que era ser mãe, literalmente...” Ela podia mecanicamente atender às necessidades que sua filha exigia, e sentia que respondia automaticamente, sem empatia, como alguém que seguisse automaticamente instruções de um manual. (LASCH, 1991, p. 210-211)

Araújo (2002) diz que não há mais um saber próprio que se autoriza ou que se arrisca. A necessidade do momento de encontrar uma resposta acertada para a educação dos filhos é algo tão primordial que os pais se aliam aos pediatras, em busca de um saber científico sobre sua própria criança, à revelia do seu.

E os idílios se multiplicam: a mãe e a pediatra, a mãe e a psicóloga, a mãe e a pedagoga, a mãe e a nutricionista, etc. E o casal parental passa a ser constituído pela mãe de um lado e pela ciência do outro, sustentado pelo princípio jurídico-racional de igualdade (SANTOS, 2005). E não são aleatórias as menções de mãe *versus* alguma outra coisa, que não o pai. Variação essa justificada pelo lugar de significância da mulher cedida pelo enfraquecimento do patriarcado. Cada vez mais, as mulheres conquistam novos espaços profissionais e financeiros, ao mesmo tempo em que continuam a exercer o papel de mãe, seja na condição de mulher casada, separada ou solteira. Roudinesco (2003) lança argumentos sobre nascimento de uma onipotência “materna” no lugar do antigo poder masculino e “paterno”:

Assim, foi primeiramente do declínio do poder do pai, e de sua transferência para uma ordem simbólica cada vez mais abstrata, depois da maternalização da família, que surgiu em toda sua força, a sexualidade das mulheres. Um desejo feminino, fundado ao mesmo tempo sobre o sexo e o gênero, pôde então brotar, depois de ser tão temido, à medida que os homens perdiam o controle sobre o corpo das mulheres. Com a conquista definitiva de todos os processos da procriação pelas mulheres, um temível poder lhes foi reservado no final do século XX. Elas adquiriram então a possibilidade de se tornar mulheres prescindindo da vontade dos homens. Daí, uma nova desordem familiar consecutiva ao surgimento de uma nova fantasia de abolição das diferenças e das gerações. (p. 56)

O deslocamento da autoridade paterna na contemporaneidade traz efeitos sociais e subjetivos. Se na modernidade a autoridade era calcada nas figuras paternas, tais como Deus, o rei, o mestre, na contemporaneidade ela está do lado da ciência. Hoje, os pais não bancam mais sua autoridade junto aos filhos, pois deslocam seus argumentos ou justificativas para enunciados científicos. São pais que se demitem do exercício de sua função; e essa demissão é veiculada ao seu modo de se endereçar ao filho. Como consequência, há uma crescente desautorização da função paterna (FLEIG, 2008).

Lacan, citado por Fleig (2008), insiste no papel central desempenhado pela personalidade do pai contemporâneo, de ser sempre carente, ausente, humilhado e dividido, sem, no entanto, pretender deplorar o abandono do modelo tradicional. Ele tenta encontrar os operadores que determinam e estruturam o sujeito e a sociedade de um tempo diferente de outrora, sobreposto pelo modelo horizontal moderno, igualitário, fraterno e autônomo, em que a filiação de pai tem-se ausentado.

Para tanto, Lacan (1984) retorna à formulação da questão do pai na teoria freudiana, identificado como organizador fundamental da subjetividade e da cultura. Freud fornece, com isso, pistas quanto ao atributo de função da figura paterna. A correspondência de pai enquanto

função resguarda toda a sociedade de um colapso psíquico e social, já que o patriarcado – e não a função paterna – chegou ao fim.

Corroborando com essa concepção, Vitorello (2011), em sua pesquisa sobre a família contemporânea e as funções parentais, questiona a naturalização de uma configuração familiar composta apenas por mãe e filhos, e que, por vezes, parecem nem perceber a ausência paterna. Posteriormente, quando colocada em questão a ausência paterna, como num automatismo, as participantes se queixam. Demonstraram-se, então, perplexas em relação ao abandono dos pais junto aos filhos.

Apesar de terem apresentado o discurso atual sobre a “carência do pai” no exercício da autoridade e nos cuidados com a prole, Vitorello (2011) acredita tratar-se de pura nostalgia em relação à família tradicional e ao “pai forte”. E polemiza o enfraquecimento exclusivo da função paterna, pois, ao considerar as múltiplas tarefas empenhadas pela mulher-mãe, coloca a função materna em xeque. Porém, não somente as figuras parentais passam a ser questionadas, como toda e qualquer verdade – antes tida como absoluta e incontestável – grifando o atual período com tamanhas dúvidas e incertezas.

2.4 “Tudo que era sólido se desmancha no ar...”

Vivemos um período de desilusão dos saberes, assombrado pela incerteza que a própria ambição científica nos trouxe, enquanto tentava dissecar a verdade. Marx anunciava (MARX, 1848) que tudo o que era sólido se desmancha no ar e tudo o que era sagrado é profanado. Santos (1987) lembra que o modelo de racionalidade científica atravessa uma crise, não só profunda como irreversível, e que teve início no século XX, mas que ainda hoje não se sabe quando irá acabar. Prigogine (1996), um eminente físico-químico contemporâneo, descreve esse período como o “fim das certezas”, confiando sua expressão às mais diversas áreas do conhecimento, inclusive das ciências humanas.

Declinaram as velhas identidades estabilizadas, fazendo surgir uma verdadeira crise de identidade, em funções da multiplicidade dos sistemas de fragmentação e representações culturais. As representações foram dissolvidas e as relações se envelheceram, se desmancharam e se diluíram, como preconizava Marx (1848). De acordo com Giddens (1991), vivemos uma era que caminha sob o impacto da ciência, da tecnologia e da racionalidade, o que evoca um descontrole cada vez maior. A noção de risco refere-se aos infortúnios avaliados a partir das possibilidades futuras; logo, viver no mundo globalizado significa enfrentar a diversidade de situações de risco.

Não obstante, o exercício, a experiência e a prática da parentalidade requer singular atenção. Haja vista que as maneiras tradicionais de criar filhos estão sendo questionadas e os pais parecem esvaziar-se da experiência anteriormente vivida na relação com seus próprios pais. Ficam assim expostos a um bombardeio de informações advindas de livros, revistas, artigos, jornais, entrevistas com especialistas no rádio e na TV e que, com frequência, aparecem obscuras, confusas e até mesmo contraditórias. Ocorre a legitimação de todos os modos de vida pela coexistência de contrários e pela inversão dos ideais (LISONDO, 2004).

Lebrun (2008) lembra que antes cabia à família preparar as crianças para assumirem lugar na vida social, pois a hierarquia e as diferenças entre gerações legitimava a garantia do repasse de determinadas tarefas e, conseqüentemente, de um lugar a ocupar. Contudo, essas diferenças hoje estão se dissolvendo, e a relação pais e filhos se torna recíproca e simétrica. Há de se destacar o termo “criança generalizada” de Lacan (1968), referindo-se a um mundo onde não existem pessoas adultas dispostas a cuidar das crianças, acolhendo com presteza as suas necessidades: “Acabei acreditando, veja só, neste declínio da minha vida [...] que não existe gente grande” (p. 367).

As crianças assim não se veem impelidas a abrir mão do seu todo-poder infantil, justamente por se encontrarem numa época em que permanecer criança nada teria de repreensível, muito pelo contrário, tal condição se torna explicitamente favorecida.

Outeiral (2008) também faz alusão a essa imaturidade social sob o neologismo da palavra “adultescente”, que integra as palavras adulto e adolescente. Explica que a sociedade está sendo marcada pela inversão de ideais – ao invés dos filhos escolherem os pais como modelo, estes é quem se identificam com os filhos. Os filhos, então, perdem a referência para a qual se deve dirigir e a quem se deve procurar na busca de identidade, autonomia e aquisição de conhecimento.

Nessa mesma perspectiva, Postman (1999) alerta para o fim da infância, ou, de efeito menos alarmante, para o declínio da infância, tal qual esta é concebida na atualidade. Explica que há uma nova configuração das etapas da vida, na qual em um extremo estariam os recém-nascidos, noutro extremo os senis, e no entremeio está o adulto-criança, caracterizado como adulto cujas potencialidades intelectuais e emocionais não se realizaram e, sobretudo, não são significativamente diferentes daquelas associadas às crianças.

Paralelamente ao suposto desaparecimento da infância, ocorre a evolução dos meios de comunicação, trazendo influências negativas. Postman (1999) explica que todos, atualmente, têm acesso à informação a qualquer hora, todavia à custa de respectivas perdas como: do limite, do sentimento de vergonha, dos segredos e da censura, pois certos assuntos e

expressões não eram mencionados pelos adultos na presença de crianças, mas que agora transitam livremente, sem restrições.

Postman (1999) constata os fenômenos de “adultização” das crianças e da “infantilização” dos adultos em situações corriqueiras, que deixam claras a não distinção do mundo infantil e do mundo dos adultos. Como por exemplo, em relação à própria linguagem dos jovens que tem exercido forte influência nos adultos e não ao contrário; nos hábitos alimentares, pois, antes, o que agradava aos jovens, agora também é preferência dos adultos; o fim das brincadeiras infantis dando espaço às tecnológicas e complexas, alvo de preocupações dos pais; nas roupas dos adultos, muitas das quais não são mais diferenciadas das infantis. Não obstante, até mesmo as aparências físicas dos adultos e crianças se assemelham. Mesmo com todo esse estigma, o autor ainda espera, na família e na escola, a energia vetorial para opor a essa dinâmica. Acredita que são elas as únicas instituições sociais suficientemente fortes e empenhadas em resistir ao declínio da infância.

Ainda que as referências e diferenças pareçam claras nas relações pais e filhos, Benicá e Gomes (1998) apontam os conflitos geracionais como estorvos na comunicação e relação entre eles. Ambos não percebem pertencer a “mundos” diferentes, não levam em conta conceitos, habilidade, valores, estilos, escolhas e comportamentos, e etc. De um lado, os pais, que se preocupam em preservar seus valores como forma de projetar sentido e justificativas às suas vidas. Do outro, os filhos, que querem estabilizar seus próprios valores recorrendo a estratégias compatíveis com as modernidades tecnológicas, demográficas e políticas, demarcando assim um drama familiar: a luta entre gerações pela estabilização da identidade.

Katz e Costa (1998) apontam as ideias de fusão, indiscriminação e perda da singularidade que enfraquecem a transmissão de conhecimentos e das respostas que ajudam os filhos a ingressarem em sua singularidade. Contudo, tanto a transmissão cega dos padrões antigos, quanto a ruptura drástica com a tradição impedem uma orientação que leva o filho a ser ele mesmo, a discriminar-se. “No primeiro caso, o discurso só tolera a repetição do igual e, no segundo, ele não tem o apoio indispensável proporcionado pela geração mais velha.” (p. 338).

Esse momento é comparado à considerável passagem de um Édipo renegado para um Narciso triunfante, cita Roudinesco (2003): “Não podemos aceitar a velhice nem a transmissão genealógica, Narciso, como sabemos, prefere pôr fim aos seus dias para não perder o que outros depois dele poderiam receber. À diferença de Édipo, que se pune para que a cidade viva, ele se dobra em um encerramento trágico, mas protetor.” (p. 74).

Roudinesco (2003) anuncia as fortes contestações de uma década antiedipiana que provocou reviravolta profunda na sociedade, florescendo nela uma cultura do narcisismo e do individualismo. Afinal, os adultos querem se recuperar narcisicamente à custa de seus filhos, que encarnam a esperança de imortalidade e de perfeição. Por tal motivo, ninguém quer errar, ninguém quer se arriscar, atravessando princípios básicos da criação; portanto, “[...] poucos pais sustentam o ato necessário para fazer de seu filho um ser de cultura, um sujeito barrado em seu gozo” (KEHL, 2001, p. 37). Desse modo, não há subjetivação que se faça possível.

Kamers (2006) fala que as funções parentais consistem em funções simbólicas que implicam necessariamente na presença doutro, de “carne e osso”, para encarná-las e assim transmitir uma cultura e uma ordem societária. Se essa transmissão exige uma ordem simbólica que delimita lugares de modo concomitante – na qual a definição da categoria pai introduz a categoria filhos – é possível assistir a um esmorecimento dessa ordem.

Esse fato está intimamente ligado ao delírio moderno do sujeito sem origens, que arrisca inventar sua existência dissociada de uma filiação; logo se indis põe de uma dívida para com essa tradição (KAMERS, 2006). A recusa da transmissão geracional faz com que o adulto passe a sustentar sua existência individual na imagem de uma criança ideal, a qual nada pode faltar. À luz das promessas de equacionar às faltas e feridas narcísicas, conducentes do mal-estar da humanidade, que o homem renuncia o gozo para se viver em sociedade.

Na contemporaneidade, o imperativo do gozo está sob o domínio da subjetividade. A contraponto, incita-se ao retorno da prerrogativa freudiana sobre a renúncia pulsional, como base da construção da civilização. Freud (1930) afirma que nossa civilização repousa sobre a supressão dos instintos e que nós renunciamos a uma parcela das tendências vingativas e agressivas da nossa personalidade, em prol de uma propriedade comum civilizada; trocamos uma parcela das possibilidades de felicidade por uma parcela de segurança. A renúncia ao gozo é o marco particular da modernidade.

Assim, Freud (1930) elucida a origem e as consequências advindas desse mal-estar: “[...] é bastante concebível que tampouco o sentimento de culpa produzido pela civilização seja percebido como tal, e em grande parte permaneça inconsciente, ou apareça como uma espécie de *mal-estar*, uma insatisfação, para a qual as pessoas buscam outras motivações” (p. 160).

O mal-estar, longe de ser diluído, assume outra roupagem. Se antes a função paterna seria livrar o filho do paraíso e da ilusão de ser o falo materno, o atual paradigma societário sugere tudo poder. A lógica consumista passa a cumprir o papel de “apagar essa irreduzível

indisponibilidade e nos deixa crer numa possível e plena satisfação” (LEBRUN, 2004, p. 183).

A pós-modernidade favorece a incidência de um novo mandato: abre-se mão da segurança em prol do gozo, tendo esse, agora, todo o caminho livre para sua circulação, sem amarras civilizatórias que antes visavam interdita-lo. Bauman (1998) descreve que esse momento é caracterizado pela liberdade individual, que reina agora soberana, estando em vigor o “demasiadamente humano reclamo de prazer, de sempre mais prazer e sempre mais aprazível prazer – um reclamo outrora desacreditado como base e condenado como autodestrutivo” (p. 9).

A liberdade individual, que antigamente fora um problema para os agentes da ordem civilizatória, que pretendiam difundir todas as normas ditadas por uma razão universal, transformou-se no maior dos predicados da contemporaneidade. E o adulto, encarregado de educar uma criança, de cumprir com a responsabilidade de garantir a transmissão da lei necessária à vida civilizada e necessária à manutenção da cultura, está comprometido por esse espírito hedonista e individualista em vigor. Encontra-se implicado a um delírio de exclusão da sustentação simbólica, sendo esta indispensável no processo de humanização.

[...] pois quando um adulto se endereça a uma criança como semelhante e lhe diz: “Eu não posso frustrar você, porque isso me frustra”, é como se esse adulto estivesse dizendo: “Eu recuso a diferença que há entre mim e você, portanto, não posso encarnar a função simbólica necessária para te introduzir na cultura”. Em outras palavras, “Eu me recuso a ocupar o lugar de seu pai ou de sua mãe na estrutura do parentesco”. Mas, o que os adultos esquecem aí é que essa negação implica para a criança a impossibilidade de ocupar na estrutura o lugar de filho. (KAMERS, 2006, p. 120).

A anulação da alteridade na contemporaneidade se dá a partir de um registro simbólico condizente à lógica consumista, associada ao individualismo-hedonista, que anuncia a felicidade na posse de bens e de objetos, em que ser feliz é desfrutar de conforto e bem-estar igualando todos os indivíduos a um mesmo nível, até que outro ser humano se torna objeto de consumo, reduzindo o espaço de diálogo e das trocas afetivas. Fortes (2004) acredita que a diminuição do espaço de interação com a alteridade está relacionada à evitação da dor e ao narcisismo, pois é na relação com o outro que as intensidades e diferenças se evidenciam, provocando dor, sentimento contrário ao imperativo atual de ter prazer e evitar o sofrimento.

Nos estudos sobre a constituição dos laços na família, Passos (2007) diz que, para os pais atenderem à criança, é preciso que ela seja reconhecida como filho, com tudo o que lhe é próprio, conservando as diferenças entre eles. Ao reconhecer o filho em sua singularidade, os pais estarão subsidiando o filho na criação de si e de uma posição no mundo. É desta

capacidade da criança de criar um espaço próprio na família que está a matriz de todos os outros lugares que ela ocupará ao longo da vida. O não reconhecimento, nessas bases, poderá ter repercussões negativas nos processos de constituição psíquica e de subjetividade infantil.

Passos (2007) percebe haver uma antecipação de um lugar para os filhos, sem que haja para isso uma construção processual e consistente. O investimento e os laços constitucionais, na relação pais-filhos, parecem ter sempre uma função instrumental de manutenção das demandas marcadas pelo individualismo. A concepção de filhos carrega, assim, um significado utilitarista. Na medida em que as relações interpessoais assumem o caráter utilitarista, ela se torna instrumento de prazer a serviço da autoexaltação narcísica para alimentar o “eu” e não uma verdadeira relação de alteridade. O amor de si, nesse sentido, se torna mais intenso em detrimento do amor do outro (FORTES, 2004).

As relações de caráter narcisista envolvem, pelo menos, uma posição ou mesmo uma exclusão da realidade. Essa polarização pode ser claramente compreendida nos estudos sobre o narcisismo de Green (1988), onde aponta como principal contradição do Eu: “ser ao mesmo tempo instância que deve entrar em relação com a realidade e se investir narcisicamente, ignorando esta, para conhecer apenas a si mesmo” (p. 43).

Desse modo, os pais correm o risco de perderem a referência real dos seus filhos, de suas condutas, de seus defeitos, incidentes escolares, entre outros, por estarem sob o domínio idealizador. Essa subjetividade parental não se encontra em condição de se enriquecer na relação de objeto, faz-se então um retorno a si, tornando-se um eu cujo autocentramento impede a permanência do outro, e logo, compromete o vínculo com a realidade (LAZZARINI, 2006).

Nesse sentido, não se trata de sacrificar a vida para ter filhos, conforme os princípios do patriarcado, mas tê-los como forma de usufruir da alegria que acrescentam à vida dos pais e, mais que isso, pelo prazer obtido com o prolongamento narcísico assegurado pela continuidade geracional. O filho deixa de ser considerado por si mesmo para atender aos anseios dos pais, regidos pelo involucro do individualismo hedonista do momento. Cumpre assim uma pauta narcísica, que num movimento compensatório, o filho impetra o domínio tirânico sobre seus pais (PASSOS, 2007).

A tão falada tirania dos filhos tem a ver com a tendência de sustentar a demanda narcísica dos próprios pais. Esse fato justifica a dedicação dos pais aos filhos: longe de anular ou reduzir os deveres e os compromissos parentais, a sociedade individualista os exacerbam. Condição propícia para evidenciar e denunciar as falhas e intensificar as culpas dos pais, quando estes não atendem a todos os interesses dos filhos (PASSOS, 2007).

Em seu livro “Sem padecer no Paraíso: em Defesa dos pais ou sobre a Tirania dos Filhos”, Zagury (1997) certifica que, em função da inversão radical de papéis, onde os pais passam de tiranos a escravos e os filhos assumem o seu inverso, a educação vem se tornando uma tarefa cada vez mais complicada, disseminando inúmeras dúvidas.

Embora admita que um conjunto complexo de fatores contribua para esta situação, Zagury (1997) aponta como causa básica, a difusão maciça de informações sobre a educação infantil, vinculadas principalmente à pedagogia, psicologia e psicanálise. Tais informações confundiram os pais por levá-los a uma postura excessivamente liberal, marcada pela preocupação em não frustrar, que fora tomada como equivalência a um “não traumatizar”, despertando neles um sentimento de culpa nos momentos em que procuram impor limites aos seus filhos.

Zagury (1997) foi a primeira educadora do país a alertar para as consequências sociais da liberdade excessiva e da falta de autoridade dos pais, o que poderia conduzir jovens à marginalização, à falta de responsabilidade social e de projetos de vida. Criou inclusive a expressão “geração peito de frango” para caracterizar os pais de hoje que, no passado, não tiveram o direito de expressar-se e que, no presente, pela postura exclusivamente “psicologizante” que adotaram, tornaram-se tímidos e sem autoridade, permitindo que seus filhos se transformassem verdadeiramente no “pequeno tirano”.

Hamann (2005), de certa forma, concorda com o posicionamento de Zagury (1997) ao rechaçar o mau uso das teorias voltadas à criação e à educação das crianças, mas não deixa de fazer alusões à onda da indústria cultural que impera por detrás dessa tendência, com intuito de formar uma estética ou percepção comum voltada ao consumo (ADORNO, 1985). Deixa ainda, subtendido, críticas voltadas aos *best sellers*, cujo sucesso é favorecido por pais que se mostram desorientados e perdidos:

É inegável que esse discurso parental demasiado permissivo (ainda que reflita uma apropriação simplista e equivocada das ideias de Freud) consista, em certa medida, numa forma de impacto exercida pela obra freudiana na sociedade contemporânea. Mas é inegável também que esta tendência à precariedade – ou, antes, a um reducionismo – na apropriação feita pelo senso comum dos saberes que circulam dentro de um campo teórico complexo, como metapsicologia freudiana, não resulta do mero acaso: obedece a uma conveniência. Conveniência no sentido de que esta apropriação se faz pautada pelo que convém ao contexto cultural no qual ela se produz. (HAMANN, 2005, p. 06).

Parece pertinente ressaltar o posicionamento de Freud, revitalizado por Lacan, de que a própria formulação da existência do inconsciente em si indica que há saberes que são “inconvenientes”, cuja admissão, reconhecimento, posse, viria provocar problemas.

Problemas esses que ocorreram na intersecção da Psicanálise com a Educação (VOLTOLINI, 2006).

Assim, Voltolini (2006) evoca a famosa anedota da centopeia, “a quem perguntaram diante de sua pluralidade de pés como ela podia saber qual deles usaria no passo seguinte. Consta que depois desta pergunta, que ela não soube responder, ela nunca mais conseguiu andar!” (p. 02).

As circunstâncias mostram que, hoje, a tarefa parental de dar à criança os limites necessários à formação de uma instância superegóica, encontra-se em crise. As novas configurações familiares – marcadas por separações, por segundas ou terceiras uniões e novos laços de parentesco, por exigências profissionais que deixam pouco tempo para se dedicar aos filhos e por uma relação cada vez menos necessária entre conjugalidade e parentalidade – colocam os pais, sobretudo, numa condição de dívida em relação ao modelo de família nuclear. Por não se encaixarem nesses padrões, julgam-se incapazes de educar seus filhos. Contudo, relata Kehl (2001) que, a mesma cultura moderna que prega o exercício da função parental de maneira diferente de nossos antepassados, também anuncia o ideal perdido da família do passado.

Kehl (2001) expõe algumas implicações em torno dessa vulnerabilidade dos pais. A dificuldade de impor limites, alimentada pela dificuldade de se responsabilizar pela prole (evidente na forma recíproca e simétrica de relacionamento pais/filhos), produz na criança um sentimento de abandono, tendo como consequência, tanto pequenos tiranos diante de quem os pais não sabem como dizer não, como também a hipermaturidade das crianças que se vêm na necessidade de se tornarem adultos precoces.

Lisondo (2004) se pronuncia quanto ao desafio que a “era do vazio” entoa na clínica psicanalítica de hoje. Apresenta a pós-modernidade marcada pela imagem, pelo individualismo hedonista, personalizado e narcísico, pela apatia sedução generalizada, pela legitimação de todos os modos de vida, pela coexistência de contrário, pela inversão dos ideais, na qual a verdade encontra-se soterrada. Destaca o uso destrutivo da TV e do computador como emblemas desse momento em que a realidade virtual tragicamente tenta substituir a realidade real.

A superposição de imagens superficiais não proporciona identificações estruturantes do aparelho psíquico, pois não há uma relação humana singular, não há frustração, nem amores, nem ódios. “Uma casca é formada no Eu de um ser vazio. Tudo é superficial, sem profundidade e transcendência” (LISONDO, 2004, p. 339). O sujeito pode assim se refugiar perigosamente no som e na imagem, na tentativa de forjar um *self*.

A era pós-moderna, também conhecida como a era virtual, pretende, com a neurotecnologia, solucionar todos os problemas humanos de imediato, abolindo o árduo caminho do pensamento e do desenvolvimento emocional, propiciando uma “fome psíquica” de experiências reais e autênticas, denominado vazio mental (LISONDO, 2004).

Trata-se de uma grave alteração estrutural da mente, um continente que não pode albergar conteúdo. Uma tentativa de preencher o vazio, cada vez mais grave e profundo, quando faltam experiências reais, genuínas e autênticas. “Os pacientes com vazio mental passam da angústia sinal (FREUD, 1926) ao ‘terror sem nome’ (BION, 1967)” (apud LISONDO, 2004, p. 08). Ocorre, também, a falta de representação psíquica, constituindo-se passagens ao ato. Longe de se constituir a um “nada”, o vazio está entregue às exigências exageradas de um Eu que tenha acesso ao gozo absoluto e pleno.

Imersos nesse vazio estão os pais, delatando grande precariedade e fragilidade no exercício das funções materna e paterna e, com efeito, intrigam e minam o campo de todos os conhecimentos (PERFEITO, 2007). Esvaziados de suas funções, estão entregues a delírios da “criança generalizada”, colocando-se numa posição de filhos, deixando ao léu o lugar parental. Corso (1995) fala sobre as crianças órfãs de pais vivos: “Vivemos tempos de certo tipo de orfandade, não a da ausência dos pais, mas a de sua presença vazia” (p. 149).

Em determinadas situações, como na separação parental, a criança está sujeita a intensos sentimentos de perda de referência afetiva, posto que a ruptura da relação entre os pais constitui-se também uma ameaça ao vínculo. A criança nem sempre desfruta de uma família que aconchega, tal como ocorreu na sua chegada. Necessita se ajustar aos distintos modos de vida junto à sucessão de novos membros em seus lares, frutos das novas formas de relacionamento (superficiais e efêmeras o bastante) e de novas relações consolidadas pela recomposição familiar (CORSO, 1995).

3 MÉTODO

3.1 Delineamento

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que permite uma inclinação mais aproximada do fenômeno observado, sem priorizar o tamanho da amostra. Dessa forma, ela é composta por um estudo de caso e adota a entrevista como instrumento. Utiliza-se o método de Análise Fenomenológica Interpretativa (AFI), que permite descrever os fenômenos e interpretá-los à luz de uma dada literatura, destarte, à psicanalítica.

3.2 Participante

Participou deste estudo V., 32 anos, professora, servidora pública, mãe pela primeira vez e de uma gestação não planejada. No primeiro contato para a pesquisa, estavam presentes V. e seu marido M.. No entanto, apenas V. foi selecionada como participante, pois atendera os critérios de inclusão: interesse, disponibilidade e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para melhor representar o bebê de V. e M., foi criado um nome fictício: Chico.

3.3 Instrumentos

Foi utilizado, para registro das entrevistas, um gravador de áudio e um roteiro de Entrevista Semiestruturada, constando dois eixos norteadores: Eixo 1: Os impasses da parentalidade; e Eixo 2: O processo de construção da parentalidade.

No Eixo 1, os impasses da parentalidade, pretende-se investigar as influências do contexto sociocultural (tais como o despertar das incertezas e contradições, do individualismo hedonista predominante, da onipotência científica, das novas configurações familiares, dos laços parentais, da emancipação da mulher, etc.), bem como extrair elementos do meio familiar significantes para o processo de parentificação.

No Eixo 2, o processo de construção da parentalidade aborda as interações precoces do bebê com os pais, as representações sobre o bebê e sobre as funções parentais, o narcisismo primário, o complexo de Édipo, as transmissões intergeracionais e transgeracionais e vários outros elementos psíquicos, conscientes e inconscientes, constituintes desse processo.

3.4 Procedimentos gerais

O primeiro contato foi realizado na casa de V., uma semana antes do nascimento de Chico, onde houve a Formalização do Convite, com a apresentação das diretrizes e do objetivo da pesquisa. Na ocasião, os comentários mais relevantes sobre as expectativas, fantasias e medos em relação ao filho, foram tomados notas (APÊNDICE C). Alguns desses comentários foram retomados na entrevista, e assim submetidos à AFI.

O Quadro 1 explicita os encontros efetivados para a pesquisa que fomentaram dados para análise e discussão:

Quadro 1 – Descrição das etapas para a coleta de dados

1ª Etapa: Formalização do Convite	Formalização do convite à participante; Apresentação das diretrizes e objetivo da pesquisa; Notas dos comentários suscitados;
2ª Etapa: Ensaio da Entrevista	Entrevista semiestruturada suspensa; Notas dos comentários suscitados;
3ª Etapa: Entrevista Semiestruturada	Gravação da entrevista semiestruturada; Notas dos comentários suscitados.

Fonte: da autora (2015).

A primeira tentativa de entrevista, denominada de “Ensaio da Entrevista”, foi realizada na casa da participante, porém fora surpreendida por uma visita, que comprometeu sua disponibilidade e sua atenção. A pedido de V., a gravação foi interrompida, justificando desconforto com a formalidade e a estrutura das perguntas, que seguiam uma sequência previamente semiestruturada.

Ainda assim, após desligar o gravador e suspender as perguntas, ela optou por falar de suas experiências e compartilhar um vídeo que noticia sua gravidez aos familiares. O Ensaio para Entrevista habilitou, tanto a participante quanto a pesquisadora, a relaxar e estabelecer a confiança, propiciando maior desprendimento e fluência na fala de V.. Além disso, oportunizou-se a observação de interação mãe/bebê que, mais tarde, tornaram-se relevantes para a discussão do caso.

Em menos de um mês, a Entrevista Semiestruturada foi realizada, desta vez na residência da pesquisadora, atendendo à demanda de privacidade e informalidade apresentada

pela participante. Foi proposta uma conversa, que segue uma estrutura livre, com questões abertas, de forma a contemplar as temáticas, a priori. Smith e Eatough (2010) dizem que o que se pretende “é um estilo de entrevista conversacional e com influência do participante, que leve em conta as percepções e as histórias que o mesmo tem do assunto investigado” (p. 331). Ou seja, as condições sugeridas pela participante caracterizaram, igualmente, as exigências do próprio modelo de pesquisa correspondente aos estudos de caso.

A elaboração do roteiro de Entrevista Semiestruturada e o modo como foi desenvolvido atendeu à descrição do método de coleta de dados da Análise Fenomenológica Interpretativa. Nela, a entrevista deve constar com um conjunto de questões que abordam o assunto de interesse, usadas para orientar, e não para impor o curso da entrevista. A lógica se estende até para o começo da entrevista, levando em consideração o contexto do assunto particular que será discutido e o tipo de pessoa que está sendo entrevistada (SMITH; EATOUGH, 2010). Nesse sentido, a entrevista se iniciou com o próprio comentário feito pela participante, a respeito de suas duas grandes conquistas: a independência e a individualidade.

3.5 Procedimentos para análise dos dados

Os dados levantados a partir da investigação empírica passaram, de antemão, por um processo de seleção relativamente arbitrária, que permitiu a construção de *corpus*, ou seja, do conjunto de dados escolhidos para desenvolver o trabalho (BAUER; AARTS, 2002). Dessa forma, a pesquisa consta do *corpus* da entrevista semiestruturada, submetida à Análise Fenomenológica Interpretativa (AFI).

A AFI fornece normas flexíveis que podem ser adaptadas pelo pesquisador de acordo com o seu objetivo. Trata-se de um método de caráter descritivo, por se preocupar com o modo como as coisas aparecem, levando-as a falarem por si mesmas; e interpretativo, porque pressupõe não existir tal coisa senão pela interpretação; e ainda experiencial, por focar o reconhecimento, a representação e a compreensão da forma como as pessoas agem e pensam (SMITH; EATOUGH, 2010). Assim, o seu maior interesse, que é analisar como os indivíduos dão sentido às suas experiências, vai ao encontro do objetivo desse estudo, que é compreender a dinâmica da parentalidade a partir dos relatos e manifestações de um sujeito que vivência a maternidade.

Quadro 2 – Etapas para a análise dos dados proposta pela AFI

Etapas	Descrição
1ª Etapa: Estrutura a análise	<p>O texto, que comporta a entrevista transcrita, deve reservar duas margens para os respectivos registros: uma à esquerda do texto, para tomar notas, e outra à direita, para identificar os temas.</p> <p>Foi construído um quadro dividido por três colunas: Notas da Pesquisa, Extrato/Entrevista e Temas Preliminares. O Extrato (EX) é o código de localização das falas da participante.</p>
2ª Etapa: Registra notas	<p>A cada leitura da entrevista, o pesquisador deve tomar notas de tudo o que é significativo e interessante, tornando-se mais sensível à fala do sujeito entrevistado.</p>
3ª Etapa: Transforma notas em temas	<p>As notas e ideias iniciais devem ser transformadas em temas ou expressões mais específicas que remetam a conceitos e abstrações da literatura escolhida para o embasamento dos estudos.</p>
4ª Etapa: Agrupa e descarta temas	<p>Os dados são novamente refinados a partir do agrupamento dos temas preliminares de acordo com as relações estabelecidas entre eles. Os temas que não se relacionam, ou que oferecem base de evidência fraca, podem ser descartados.</p>
5ª Etapa: Narra os Resultados	<p>Consiste numa narrativa que integra os relatos dos participantes com a atividade interpretativa do pesquisador, diferenciando as palavras de um da análise do outro. Fornece a rememoração dos significados a partir de uma leitura empática e textual dos resultados.</p>
6ª Etapa: Discute os dados	<p>O resultado passa a ser analisado criticamente pelo pesquisador, conjugando descrições e interpretações a um embasamento teórico.</p>

Fonte: da autora (2015).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

“Tudo é transmitido. Não perdemos informações; apenas existem modos mais eficazes de transmissão.”

(Juliano Fontanari)

Este capítulo expõe os resultados obtidos por meio da análise do material extraído da análise da entrevista semiestruturada (APÊNDICE B), de onde foram elaboradas as temáticas: Tema 1: *Elementos conjugados no processo da parentalidade* e Tema 2: *Recursos do Ego*. A primeira temática foi levantada tanto do vídeo quanto da entrevista. Já a segunda temática pertence apenas aos dados da entrevista.

Quadro 3 – Temas, categorias e subcategorias da Entrevista Semiestruturada

Tema 1: Elementos conjugados no processo da parentalização	
Categoria	Subcategoria
Influências do contexto	Casamento pós-moderno Mulher pós-moderna
Representações do bebê	Representação/Inscrição Real <i>versus</i> Imaginário Competência e/ou projeções
Transmissão do narcisismo primário	Identificação regressiva Preocupações maternas primárias
Reflexos do passado infantil dos pais	Medos e desejos Norteadores da função parental
Parentalidade narrada	Histórias repetidas Histórias associadas
Mãe suficientemente boa	Experiência como referência Retificação da história parental
Tema 2: Recursos do Ego	
Categoria	Subcategoria
Mecanismo de Defesa	Identificação Projeção Racionalização Intelectualização
Mecanismo de Desimpedimento	Repete, recorda e elabora Predomina o princípio de realidade Posiciona-se como elo geracional Ego-auxiliar do marido Esforço mental para nomear e dar sentido às experiências

Fonte: da autora (2015).

Vale destacar que a divisão temática é apenas didática, pois o Tema 2: *Recursos do Ego* é indivisível do outro tema, haja vista, que é por meio das categorias por ele contempladas que V. se manifesta, pensa, age e se inteira com os elementos conjugados no processo da parentalidade (Tema 1). Portanto, as categorias *Mecanismo de defesa* e *Mecanismo de desimpedimento*, pertencentes ao Tema 2, não ocuparão posições de subtítulos e estarão, desta forma, distribuídas e ressaltadas ao longo de toda a análise.

O *Mecanismo de defesa* corresponde a todas as reações automáticas e inconscientes que permanecem sob o domínio do processo primário e que tem por fim apenas a urgente redução das tensões internas, em conformidade com o princípio de desprazer-prazer (LAPLANCHE; PONTALIS, 1996).

As subcategorias geradas dele são: *Identificação* de V. pela mãe, irmã, esposo, pelo filho e os demais personagens das histórias por ela contados; *Projeção*, que corresponde às tendências de V. projetar sua história, seus desejos e frustrações, assim como suas características: passividade, independência, satisfação, sobre seu filho; *Racionalização* relacionada às expectativas, desejos e medos, da passividade na infância, das falhas cometidas, dos impulsos, da necessidade de mudança em prol do filho, dos comportamentos permissivos; *Intelectualização* utilizada para explicar afetos, fantasias, conflitos e impulsividades com intuito de dominá-las.

O *Mecanismo de desimpedimento* tende à realização das possibilidades, ainda que seja à custa de um aumento de tensão, e obedece ao princípio do pensamento que permite que o sujeito se liberte progressivamente das repetições e das suas identificações alienantes (LAPLANCHE; PONTALIS, 1996).

As subcategorias geradas dele são: *Repete, recorda e elabora* que confere o ciclo transformador de ideias e ações realizado por V.; *Predomínio do princípio de realidade* que corresponde às ações como a análise crítica da realidade, reconhecimento das limitações, das possibilidades de falhas, da imprevisibilidade e singularidade do filho, da distinção entre mãe/bebê, e da ausência de fórmulas para a criação; *Posição de elo geracional* que permite avaliar e fazer escolhas no presente em relação ao passado e ao futuro; *Ego-auxiliar* que é a ação de deliberar representações claras do mundo para o esposo; *Atribuir sentido às experiências*, relacionada ao esforço mental de nomear e ressignificar as experiências como a “cegueira dos pais” ou o desprendimento do filho.

Entretanto, a categoria *Recursos do Ego* levanta indícios de um funcionamento que, de modo geral, é capaz de enfrentar adequadamente às exigências do meio bem como de se

atentar às repetições tendenciosas de um ego em defesa. Condições estas que garante à V. maior disponibilidade para o exercício de suas funções parentais

Quanto às categorias e subcategorias do Tema 1: *Elementos conjugados no processo da parentalidade*, extraídas do vídeo e da entrevista, foram elaboradas, descritas e analisadas adiante.

4.1 Influências do Contexto

Categoria que corresponde às transformações e impasses que os pais sofrem em decorrência do atual contexto sociocultural. A partir delas foram destacadas as subcategorias: *Casamento pós-moderno* e *Mulher pós-moderna*.

4.1.1 Casamento pós-moderno: “A gente se curtia”

Atualmente, os pais enfrentam desafios causados pela ruptura com os paradigmas tradicionais, provocando transformações na sociedade como um todo. A família é o cenário que se destaca, pois ao longo da sua história, perdeu sua auréola de virtude e de vigor divino e passou a assumir um novo sentido ao homem contemporâneo. A família pós-moderna é caracterizada como a união entre dois indivíduos em busca de relações íntimas ou realizações sexuais, com duração relativa. Não há a necessidade da sacramentalização do casamento para legitimação do cônjuge (ROUDINESCO, 2003):

Porque a gente foi morar junto e ficamos juntos muito rápido, e depois de dez meses eu fiquei grávida, e aí que eu conheci ele. Porque a gente não era aquele casal que sonha em ter filho, igual muita gente. A gente se casou porque a gente se curtia, se gostava, né? E não planejava tanto ter filhos. (EX. 6)

Lisondo (2004) destaca as exigências do imediatismo que marcam a superficialidade das relações, e que acaba abolindo o árduo caminho do pensamento e do desenvolvimento emocional. V. afirma não ter conhecido seu companheiro o suficiente para fazer planos e projetos de filhos. Decidiram se casar para “se curtir”.

4.1.2 Mulher pós-moderna: “Eu queria planejar...”

Eu tinha acabado de morar com o pai do meu filho. Eu queria planejar a gravidez, e eu fiquei grávida inesperadamente, prevenindo. No primeiro momento eu achei ruim, mas uns dois dias depois eu já estava feliz, querendo. (EX. 1)

O imediatismo atravessa igualmente o ideário da *mulher pós-moderna*. Novos papéis são impostos à mulher e as exigências advindas com eles interferem de maneira significativa no seu cotidiano, o que a leva a priorizar uma ou outra atribuição, ocasionando crises e dúvidas sobre sua identidade feminina (VIEIRA, 2005).

Era ainda tudo muito novo, desfrutava da independência típica da mulher profissional, que nem sempre vislumbra a maternidade (ROUDINESCO, 2003). A maternidade não é mais consequência natural do casamento. A mulher desse novo tempo está inserida no mercado competitivo e conta com uma jornada de trabalho que demanda todo seu tempo, inviabilizando projetos de filhos; como no caso de V., que trabalha período integral e, em alguns dias da semana, também no período noturno.

Não há como negar que a mulher de hoje sofre as influências de uma cultura ao encargo do individualismo e que tampouco deseja abrir mão de seus interesses particulares. Assim sendo, Lacan (1968) já anunciava um tempo em que quase não existe gente grande disposta a cuidar de uma criança, pois para se tornar pais é necessário se despir dos invólucros de filho, do delírio da “criança generalizada”.

Na contramão de seus interesses, V. fala de sua frustração por não ter tido a oportunidade de planejar um filho, e manifesta sua ambivalência em relação à gravidez: “No primeiro momento, eu achei ruim, mas uns dois dias depois eu já estava feliz, querendo” (EX. 1). Interessante observar que não é a família ou o homem que resiste a uma gestação inesperada, mas sim a mulher.

Por outro lado, demonstra prazer e satisfação a se ver perpetuar e oferecer ao esposo e ao pai, um bebê com representações fantasmáticas, fruto de suas fantasias inconscientes, herdeiro de seu complexo de Édipo (SOLIS-PONTON, 2004): “E aí o pai ficou muito feliz. Dizia que eu não podia fazer isso e que era pecado ficar falando que não queria. Mas depois meus pais ficaram super felizes.” (EX. 1).

4.2 Representações do bebê

Categoria relativa às representações dos pais sobre o bebê, dentre elas estão o bebê imaginário, fantasmático, narcísico, mítico e o real, produzidas a partir das fantasias e dos desejos. A partir dela, subscrevem às seguintes subcategorias: *Representação/Inscrição, Real versus Imaginário e Competência e/ou projeções*.

4.2.1 Representação/Inscrição: “*Uma coisa de Deus*”

No texto seguinte, evidencia-se a categoria *representação/inscrição*, descrita a partir dos esforços de V. para atribuir um sentido à gestação que favoreça seu vínculo com o bebê: “Eu achei que era uma coisa de Deus mesmo, porque aconteceu tudo muito depressa. Mas... Ah, não... eu queria planejar!” (EX. 1). Portanto, o bebê que, a princípio, representa obstáculo, passa a ser concebido como um presente de Deus. A resistência em relação a ter um filho, justificada em função de seus planos e projetos interrompidos, é agora quebrada pelos desígnios de Deus. Uma nova e poderosa representação foi reconstruída, garantindo assim a inscrição do bebê no universo simbólico da mãe.

4.2.2 Real *versus* Imaginário: Contrapartidas entre o bebê real e o “*Eu imaginava...*”

Solis-Ponton (2004) afirma que o processo de construção da parentalidade começa na criança do imaginário dos pais, composta por representações essenciais na vinculação mãe/bebê. Representações estas carregadas de fantasias e desejos que, na presença do bebê real, elas são modificadas. No fragmento abaixo, descreve as contrapartidas entre o bebê imaginário no encontro com o bebê real:

Eu não conseguia ver, igual tem gente que fala “sonhei com meu filho do jeitinho que ele nasceu”, mas eu nunca consegui ver uma carinha assim! Eu imaginava que ele seria mais pretinho... (risos) e só! O cabelinho eu imaginava que seria enroladinho. E na hora que eu vi branco! Sabe? (risos) (EX. 4)

O nascimento de um filho acarreta uma revolução psicológica na mulher, pois há ainda outra adaptação que exige ajustes profundos relacionados ao encontro do bebê real e do imaginário. A mãe é levada a experimentar o luto pela perda da criança imaginária e assim se adaptar às características específicas do filho real (BRAZELTON; CRAMER, 1992). Trata-se de um grande entrave, visto que, o bebê imaginário traz o fenótipo de suas origens, a cor que confirma a lógica da procedência:

Não é que a gente queria que ele fosse assim, é porque era a lógica, né? Que a gente é moreninho, o pai dele e os meus pais são negros e a mãe dele é branca. Mas a gente ouvia que o negro que é dominante, que puxa... (risos) (EX. 5)

Quando V. diz “Não é que a gente queria que ele fosse assim, é porque era a lógica”, destaca o mecanismo de *intelectualização*, processo pelo qual o sujeito tenta dar uma formulação discursiva às suas emoções (LAPLANCHE; PONTALIS, 1996). É a

preponderância do pensamento abstrato sobre a emergência e o reconhecimento dos afetos e das fantasias, como V. tentou fazer, concedendo à raça negra o valor de herança que inscreve o novo membro à família.

Ainda, vale ressaltar que o fato de V. ter um alto conhecimento em história, em função de sua formação profissional, pode valorizar a cor negra como uma manifestação em defesa da raça que, ao longo de muito tempo foi discriminada, e que ainda hoje sofre as consequências desse infortúnio. A constatação de pessoas brancas na família como sua sogra, sua irmã, além do mistério encoberto pela descendência de sua mãe (órfã e de um passado desconhecido) seria o suficiente para contrapor tamanho espanto em dar à luz a um bebê “branco!”. A intelectualização é justamente o esforço para dominar conflitos emergentes, que nesse caso revela fortes indícios de uma transmissão psíquica que invade a subjetividade através de gerações, denominada transmissão transgeracional.

Numa das notas tomadas dos comentários informais, V. explica que o filho da irmã (branca) é adotado, e se orgulhava em dizer, quando criança: “Eu sou é preto!”. Nesse sentido, duas situações merecem a atenção: a primeira é a supervalorização da criança em relação à raça, que revela a crença familiar que tende a ser reforçada; a segunda é a adoção realizada pela irmã. A única branca da família decide adotar uma criança negra, mesmo com as circunstâncias sempre desfavoráveis (mora na casa dos pais, não tem um companheiro para dividir essa responsabilidade, sendo transferida, em parte, para seus pais). Sua atitude pode ser motivada pelo desejo de inscrição numa família negra, além de atender ao encargo da “dívida de vida”, herdeiro de seu complexo de Édipo. Mais uma informação que fundamenta o destaque à raça e seu poder de inscrição nessa família.

Algumas mães chegam a relatar sentimentos negativos sobre seu encontro com o filho, associados à sua aparência física e mais adiante, ao seu temperamento. Tais sentimentos parecem refletir a discrepância entre o bebê imaginário, alimentados durante toda a gestação, e o bebê real, recém-nascido (BRAZELTON; CRAMER, 1992): “Achava que ele seria igual criança, que chora, que fica querendo a mãe toda hora! E desde dois e três meses ele é assim. Ele é um menino que todo mundo quer ficar com ele, porque ele é muito atencioso (risos)” (EX. 16).

Apesar das características temperamentais do bebê real serem convencionalmente interessantes, por tornarem a prática da maternidade menos trabalhosa, parece causar uma inquietação na mãe. Os conflitos manifestados por V., geralmente vêm acompanhados de defesas como a *racionalização*, na qual procura apresentar uma explicação coerente do ponto de vista lógico (LAPLANCHE; PONTALIS, 1996):

Claro que eu fico feliz, mas ele não é um menino comum... Não é porque é meu filho, mas ele é diferente dos outros! Não sei se quando ele virar criança, com dois, três anos, ele vai parecer mais criança, da idade dele. Mas agora ele é muito pra frente! (EX. 21)

No entanto, num *esforço mental para nomear e dar sentido às experiências*, V. tenta resignificar sua angústia em relação a ter um filho “diferente dos outros”: “Eu já te falei, né? Ele fica tão normal com todo mundo, parece que ele nem precisa de mim!”. De fato, inúmeras vezes ela disse isso. Porém, dessa vez ela sai do ciclo repetitivo e estagnante, e parte em outra direção: “Mas ele me pede... (pausa) Ele sabe onde é o porto dele, né?” (EX. 20). V. então se integra a uma interpretação e supera a resistência (LAPLANCHE; PONTALIS, 1996): *repete, recorda e elabora*.

Sobre o desmame, V. relata: “Nossa, eu fiquei até com vergonha de tanto que ele é agradecido! Mas não é vergonha a palavra... Porque eu pensava que ele ia sofrer muito, porque eu que sofri mais que ele. Porque ele pegou a mamadeira muito fácil, sabe?” (EX. 19). Esse sentimento expresso sobre o termo “vergonha”, ainda que houvesse uma tentativa de corrigi-lo, pode corresponder, ao certo, como incômodo sentido pela mãe quando não se vê tão imprescindível ao filho, colocando à prova sua onipotência materna. Winnicott (1956) explica que a mãe encontra-se identificada com o filho, podendo não acompanhar a rapidez com que eles se ajustam à separação. Refere-se a esta como “mãe devotada comum” capaz de envolver-se emocionalmente com seu bebê.

A expressão “agradecido”, usada por V. para se referir ao filho, chama a atenção por levantar questionamentos quanto a procedência de suas representações inerentes ao bebê: seriam *competências e/ou projeções*? Essa pergunta deve ser analisada adiante.

4.2.3 Competência e/ou projeções: “*Você já reparou que todo Chico é legal?*”

O bebê “agradecido” carrega, muito antes de seu nascimento, representações que favorecem a vinculação precoce entre a mãe e o bebê. A primeira *representação/inscrição* “bebê presente de Deus” foi motivada pela necessidade de aceitação. Já a escolha do nome, apesar de exercer igualmente uma função de inscrição, é desta vez motivada pela necessidade de familiarização.

O nome atribuído ao filho é depositário de expectativas que precedem a subjetividade do bebê. Escolher e dar um nome a uma criança é fazer-lhe a doação de uma história imaginária e simbólica, inscrevendo-a nas linhagens maternas e paternas (TESONE, 2009).

A criança recebeu o nome dos avôs, que segundo a mãe, era uma forma de homenageá-los. Quando o bebê recebe um nome que remeta a algo conhecido (como no caso, o nome dos avôs), passa a ser menos estranho e menos ameaçador – principalmente em se tratando de um bebê “inesperado”. Essa escolha parece facilitar aproximação com o bebê, pois além de mais real, ele se torna mais familiar (PICCINI et al., 2004). “Você já reparou que todo Chico é legal? Deve ser por isso que ele é assim”, V. comenta.

A mãe fala de um bebê “muito fácil de lidar”, e se admira com tamanha adaptação da criança, dispensando grandes mudanças na rotina, justamente por poder carregá-lo para todos os lugares pretendidos. Ele é “simpático”, assim também se refere. No Ensaio da Entrevista, V. relatou uma situação na qual havia duas moças conversando e dando risadas próximas ao Chico, que interagiu rindo como se estivesse se inteirando da conversa e na relação. Nesse momento, V. e a pesquisadora começaram a rir imaginando a cena. Chico, que estava por perto, também riu. A mãe, então, se dirigiu ao filho falando com um tom de brincadeira e depois sinalizou o episódio à pesquisadora, de forma a confirmar a “simpatia” de seu bebê.

Em nível de registro e de análise dos dados, V. foi convidada a recontar essa história:

Ele é um menino que todo mundo quer ficar com ele, porque ele é muito atencioso (risos). A gente estava no espetinho jantando, e ele ficava observando duas moças conversando, e ele ficava ali olhando... E as moças riam, e ele também ria (risos)... Elas riam toda hora na conversa, e ele ria junto! (muitos risos). Ele gosta de muita gente! Tem menino que fica nervoso com muita gente. Ele é ao contrário... (EX. 18)

A literatura de Cramer e Palacio-Espasa (1993) enfatiza que a escolha do nome é um aspecto importante do bebê imaginário, e geralmente atende às expectativas das mães, que oferecem a ele um lugar determinado, de antemão, nas suas fantasias inconscientes. Por esse motivo, as referências que V. faz ao seu filho, por pouco não foram reduzidas a um olhar inebriante de uma mãe narcisicamente envolvida, que como defende Freud (1914), se acha “sob a compulsão de atribuir todas as perfeições ao filho” (p. 107). Porém, vale lembrar que os bebês têm suas competências e são dotados de características reais, ainda que mescladas ao bebê imaginário (SOLIS-PONTON, 2004). Nesse caso, presenciar essa experiência de interação do bebê permitiu reconhecer um carisma capaz de despertar a simpatia naqueles que se aproximam. Não há porque atribuir as qualidades de um bebê “agradecido” à mera projeção da mãe, satisfeita e impressionada com as competências do filho.

4.3 Transmissão do narcisismo primário

Essa categoria corresponde à capacidade da mãe de se identificar com o bebê ideal, capacitando a mulher à maternidade. As subcategorias correspondentes são: *Identificação regressiva* e *Preocupações maternas primárias*.

4.3.1 Identificação regressiva: “Eu só chorei”

Nossa! (risos e lágrimas) Eu só chorei. Você sente que tudo que você ama no mundo fica em segundo plano. Quando você olha o seu filho de imediato, na hora, sabe? E o médico falou assim (risos): “Beija o seu filho! Você só fica chorando!” Na hora que ele me mostrou, eu estava deitada... E, a hora que eu ouvi o chorinho dele e o anestesista falou “oh, nasceu!”, aí eu dei um beijinho nele. (EX. 2)

O bebê é então reverenciado como o “centro e âmago da criação” (FREUD, 1914, p. 108). Esse estado específico de sensibilidade e devaneios conduz à regressão psíquica, condição a qual permite que a mãe se identifique com o filho, encontrando nele o bebê que um dia ela foi (SOLIS-PONTON, 2004). Na maioria das vezes, a mãe identifica-se com uma imagem idealizada de si mesma, de um tempo em que teria sido objeto e amor total e incondicional de seus pais: “Você sente que tudo que você ama no mundo fica em segundo plano”, é o relato vivo desse amor, acima de tudo e de todos.

Nesse relato, a ênfase dada à passividade, parece carregar um sentimento importante: “Eu só chorei!” “eu estava deitada”, ainda reforçada com a fala do médico: “Óh, nasceu!” e “Beija seu filho! Você só fica chorando!” Como se a intervenção do médico soasse como um chamado necessário à nova função, que exige o abandono desse lugar regredido e passivo, afinal, quem pode chorar nessas horas é somente a criança. A mãe deve acolher. Assim, a mando do médico, ela beija o filho.

Gutfreind (2010) fala que é necessário abandonar o lugar de filho para se tornar pai. Seja por meio da imagem construída do bebê na gestação, ou do “chorinho dele” que a chama para a função, ou ainda do estímulo do “anestesista” para atentar-se ao bebê, é possível certificar que são vários os fatores combinados a serviço da nova vida, e da vida em ação. A mãe, gratificada no seu narcisismo, se sente mãe de seu bebê; o bebê, dispondo de suas competências, constrói e parentaliza a mãe (SOLIS-PONTON, 2004).

Todavia, a passividade é um estado que assombra essa mãe. Em outros relatos, ela tem como fio condutor para a criação de seu filho o “estímulo”, que na maioria das vezes está

associado ao desejo de colocar em ação tudo aquilo que ficou paralisado na sua infância: “Porque eu cresci nessa passividade, né?” (EX. 27). A partir daí ela deseja colocá-lo para fazer atividade física o quanto antes, ou seja, bem antes dos 30 anos, pois foi quando ela percebeu que realmente poderia se mover.

4.3.2 Preocupações maternas primárias: Nasce um “amor estranho”...

O relato a seguir revela uma experiência que não está ao alcance da racionalização ou da intelectualização de V.: “A sensação é essa que eu te falei. É um amor estranho, que vai começar a ser construído. Só que você já sabe que vai começar um amor assim e não sabe explicar.” (EX. 3)

Como pode um amor que ainda será construído já ser reluzente? O que reluz é a sua própria imagem. Solis-Ponton (2004) diz que o corpo do bebê é depósito adequado do narcisismo dos pais, conferindo-lhe o orgulho e envolvimento com aquele que reflete o amor perfeito que há muito não via. Cramer e Palacio-Espasa (1993) descrevem essa experiência como nostalgia do paraíso perdido e do desejo de reencontro, que seria um estado de prazer despertado no encontro com seu bebê. Assim, a mãe sentirá o desejo de amar e cuidar de sua criança como teria desejado ser amada. E o bebê vai nutrindo o narcisismo da mãe, bem como de toda a família.

Porque quando está na sua barriga, você ama, e tudo. Fica imaginando como ia ser a carinha. Porque ele ia nascer pré-maturo, com 34 semanas... ao mesmo tempo eu estava preocupada com o que podia acontecer com ele. Mas ao mesmo tempo eu queria ver a carinha dele... Eu chorava e me preocupava pra ele nascer bem... Mas mesmo assim eu queria ver a carinha dele! (EX. 3)

Nesse relato, V. aponta um turbilhão de emoções, um sentimento “estranho”, sem melhor semântica. Ocorre que a mulher emerge da situação de parto num estado de total confusão, causado pela separação corporal definitiva, proveniente tanto do nascimento quanto da morte (BRAZELTON; CRAMER, 1992). É o momento no qual ela é chamada a desempenhar diversas e novas tarefas importantes, dentre elas a de adaptação a um novo ser que instiga tanta ambivalência.

Os sentimentos experimentados pela puérpera são em geral bastante contraditórios: ora o desejo de ter o bebê e terminar logo a gravidez, ora a vontade de prolongar a gestação para adiar a necessidade de novas adaptações exigidas com a chegada do filho (BRAZELTON; CRAMER, 1992). No caso de V., sua preocupação era de garantir o tempo hábil para o desenvolvimento completo de seu bebê, que esteve, antes, às margens de um parto pré-

maturado, ao mesmo tempo em que também desejava vê-lo o mais rápido possível: “Eu chorava e me preocupava pra ele nascer bem... mas, mesmo assim, eu queria ver a carinha dele!” (EX. 3), confessa.

Soifer (1980) diz que a regressão no pós-parto tem por finalidade criar e compreender o bebê, capacitando a mulher à maternidade e colocando-a a serviço de seu filho. Essa explicação se aproxima das descrições do estado de preocupação materna primária desenvolvida por Winnicott (1982).

Porque eu colocava a mamadeira bem perto do peito, sabe? E ele nem procurava peito. E aí eu pensava assim, porque às vezes ele dormia no peito, né? Daí, quando ele parou de mamar, eu dava mamadeira e ele ficava satisfeito. Daí eu pegava ele no colo e ele dormia. Eu é que ficava pensando que ele poderia sofrer. (EX. 20)

A preocupação materna primária de Winnicott (1982) se refere ao estado psicológico da mãe no qual sua sensibilidade em relação ao filho torna-se exacerbada. É quase uma “loucura materna” temporária: “Eu é que ficava pensando que ele poderia sofrer” (EX. 22) diz V., que *confronta suas fantasias com a realidade* reconhecendo que tais preocupações não têm a ver com a real circunstância.

Gente, esse menino é um anjo! Como que pode, né? Muito agradecido, sabe? Muito fácil de lidar, né? Porque ele é muito novinho, né? Daí passa um monte de coisas na cabeça de porque o meu filho é assim, e o filho da outra é tão dependente! (EX. 21)

Inúmeras fantasias parecem assombrar V., sobre a separação mãe/bebê que, ao aval da lógica de um filho “comum que chora” e “pede a mãe”, ela encontra “*um anjo*”. Parece tratar de um terreno conflituoso ressaltante na fala da mãe.

Winnicott (1965) explica que é possível que o bebê transcorra para o estado de dependência relativa de forma natural, se a fase de *holding* for bem sucedida. Na fase de *holding*, a mãe é capaz de sustentar, manejar e apresentar a realidade para o bebê de maneira sensível e constante, o que requer empatia. Provavelmente foi o que ocorreu com V. em relação aos cuidados com o Chico. Era necessário o desmame para o retorno da mãe às atividades laborais. Dessa forma, isso ocorreu aos seis meses, num período em que o bebê consegue transitar de um estado de dependência total para a dependência relativa.

Vários são os pontos favoráveis para a criança, mas a questão que se impõe é outra. Podemos falar, com esse exemplo, sobre a ansiedade de separação materna, reconhecida pelas mães como um estado emocional desagradável (WINNICOTT, 1965)

Na ansiedade de separação materna, explica Lopes et al. (2005), há manifestações de preocupação, tristeza ou culpa, a partir de três dimensões: o sentimento de aflição da mãe ao

se separar do seu bebê, da percepção que ela tem sobre a aflição do bebê, como resultado da separação, e da ideia que ela faz sobre a capacidade do outro para cuidar de seu bebê. Tais dimensões são ilustradas na seguinte fala:

[...] Eu tenho medo de deixar ele dormir com os outros. [...] De não cuidar direito, de dar mamadeira e não deixar ele deitado certinho, de alguém maltratar, se ele não quiser dormir! E também é uma surpresa para a criança! Pode ser que ele fique com alguém e ele não goste. (EX. 22)

Essa preocupação materna primária (WINNICOTT, 1982) corresponde ao estado de sensibilidade exacerbada da mãe em relação ao seu filho. Ela se vê capaz de experimentar, sentir e perceber o momento certo das necessidades vitais do bebê, por meio de uma sutil sintonia existente entre eles:

Lá em casa ele não chora pra dormir, mas pode ser que ele não goste. Antes ele só tinha ficado com minha mãe. A única pessoa que ficou com ele além da minha mãe é a babá dele. Mas ele é tranquilo lá na casa da babá! (EX. 23)

V. garante reconhecer que seu filho está em boas mãos: “Eles amam demais o Chico!”. No entanto, Winnicott (1965) ressalva que é bastante comum certa ansiedade e preocupações por parte da mãe em relação à competência do outro, a quem ela confia seu bebê. Desse modo, V. aponta todas as características que evidenciam bons cuidados, mas ainda assim, receia a separação no período noturno, por pensar numa possível vulnerabilidade, tanto da babá, quanto do seu bebê.

4.4 Reflexos do passado infantil

Categoria corresponde à relação parental influenciada pelo “o ideal de pais”, pelas fantasias infantis e pelo desejo de reparação das experiências no passado. As subcategorias que emergiram foram: *Medos e desejos* e *Norteadores da função parental*.

4.4.1 Medos e desejos: “Alguns medinhos” e “Eu sempre quis...”

Todo indivíduo se insere em uma história preexistente na qual ele é ao mesmo tempo herdeiro e prisioneiro; a subjetividade do indivíduo, então, se constitui a partir desse legado familiar que, por sua vez, define o lugar que ele vai ocupar em sua família, bem como suas heranças (FALCKE; WAGNER, 2005): “A gente tem alguns medinhos dele herdar o

alcoolismo do pai, dos avôs... Mas eu acho que cada pessoa é única mesmo, que cada um vem com uma missão que tem que cumprir né?” (EX. 24)

Não é por menos que V. se sente assombrada pelo transtorno (alcoolismo) que perpassa geração, tendo nos avôs – tanto paterno, quanto materno – e no pai, a marca da repetição. Lisondo (2004) explica que as adições muitas vezes denunciam uma deterioração psíquica. Elas forjam um *self* que serve de refúgio contra as frustrações que a vida humana, invariavelmente, está condenada. As adições são frequentes no mundo pós-moderno e remetem a uma história por detrás que merece atenção. Contra a essas defluências, V. assegura:

Mas eu vou acompanhar: vou aprovar as escolhas boas, e vou interferir nas escolhas ruins. Acho que não tem muita fórmula não! (risos). E vou brigar também quando ele não fizer escolhas, se ele ficar só na boa, deixando a maré levar! Daí eu vou falar: você não vai escolher nada e querer nada não? (EX. 24)

Contudo, V. *reflete* e relata encarar com consciência situações que exijam interferências, tanto para mudar o curso tendencioso reprovado pelo seu crivo, quanto para estimular um curso criativo e autêntico de seu filho, caso este se encontre passivo o bastante. Em outras palavras, fará o que estiver ao seu alcance para evitar que seu filho tenha um destino semelhante aos homens de sua família (alcoolismo) e ao seu (passividade).

A mãe, nesse sentido, pretende se servir de “escudo protetor materno” para cumprir sua meta a contento. Pode assim investir “adequadamente em seu bebê, além de funcionar como transformadora para ele e para si própria, sem invadir o campo da intersubjetividade com ansiedade, ou lutos mal elaborados de sua história ou pré-história” (TRACHTENBERG et al., 2005, p. 123). Uma expectativa inerente ao sujeito que assume a *posição de geracional*.

Ao encarar o curso da criação e educação de seu filho como sem “*fórmulas*” ou regras pré-estabelecidas, V. destaca a maior dificuldade encontrada pelos pais nos tempos atuais. Trata-se da inabilidade para assumir um papel criativo, o medo de educar com receio de errar e a dependência justamente de fórmulas e promessas técnico-científicas do bem-educar (CALDANA, 1995).

O medo da mãe em relação ao alcoolismo é real e consciente, mas quando fala que irá brigar se o filho quiser “*ficar só na boa... deixando a maré levar*”, *projeta* sua frustração infantil de não ter escolhido nada, apesar de tanto ter querido, porém não se manifestava. E suas experiências, cada vez mais, são apontadas como norte do que fazer em não fazer:

Eu vou colocar as coisas pra ele... pra mostrar pra ele... pra ele descobrir! Não... Descobrir não, né? Porque eu já estou mostrando, né? Descobrir se gosta... se ele vai gostar. Daí eu vou colocar ele pra fazer atividade física pra ver se ele gosta. Mostrar

atividade pra ele desde criança, pra já ir trabalhando a cabecinha dele... (risos). Então lhe perguntei: E você faz atividade física? V. assim responde: Então... eu fui fazer depois de 30 anos. (EX. 26)

Nesse relato, V. revela contradições no seu discurso usualmente libertário anunciado desde o primeiro contato para a pesquisa, e reforçado novamente na entrevista: “Ah, eu quero que ele seja feliz, que ele estude! Que ele escolha o que ele vai ser!” (EX. 24). Dessa forma, demonstra suas pretensões de permitir que o filho descubra sozinho seus desejos. Porém, descreve ações de sugestões e influência de seu próprio desejo: “[...] pra ele descobrir! Não... Descobrir não, né? Porque eu já estou mostrando, né?”. Tenta reparar o ato-falho percebido, mas seu desejo é muito mais forte e cego.

Freud (1908) apresenta exemplos como esse para mostrar “como o desejo utiliza uma ocasião do presente para construir, segundo moldes do passado, um quadro do futuro” (p. 153). Então V. justifica seus atos:

Nem passava pela cabeça dos meus pais isso, até porque ele também não tinha dinheiro, aí muita coisa eu pensava em fazer, mas nem falava pro meu pai nem pra minha mãe porque eu sabia que eles não iam poder [...]. Mas se naquela época eu tivesse alguém que tivesse feito isso, eu teria desenvolvido, né? (EX.26)

Na fala acima, a mãe começa a dispor dos lamentos de não ter sido tão estimulada quando criança em função da limitada condição financeira. Contudo, esse argumento segue até o final da entrevista, explorando novas justificativas que acabaram por definir um ideal parental que espera ter na relação com o filho. E mais desejos infantis são *projetados* na prática parental:

Eu já fico pensando no que ele vai ler... (risos) Eu já estou pensando, porque quando eu era criança a gente não tinha dinheiro, né? Aí o irmão da minha amiga colecionava gibi. Toda a tarde eu ia pra casa dela pra ler gibi: aquela piiiilha de gibi! Aí eu já estou pensando que eu já vou comprar gibi pra ir colecionando, pra ele gostar de ler... (EX. 25)

Freud (1914) chama a atenção para a tendência natural dos pais de desejarem que a criança concretize seus sonhos, que ela seja poupada de sofrimentos e que não enfrente as dificuldades ou provocações às quais eles tiveram que submeter. E colocam seus filhos num lugar privilegiado de “Sua Majestade o Bebê”:

Eu sempre quis ter um violão, e aí eu fui ter um violão depois que eu fui trabalhar. E eu já tinha perdido a vontade. Mas eu tinha que comprar um violão porque quando eu era pequena eu queria tanto um violão. Daí eu comprei e nem entrei na aula [...]. E tem coisa de quando você era criança você quer tanto, e quando você cresce já não é a mesma emoção, o mesmo desejo, não é? (EX. 28)

Após os pesares dos desejos interrompidos na infância, justificados pelas circunstâncias da vida, V. foi indagada se ofereceria também o violão ao Chico. Ela respondeu: “É... Eu quero que passe, às vezes... (risos).” Reconhece seu desejo de *transferir* utilizando a palavra “quero que passe”, e reavalia seu posicionamento: “Eu vou tentar perceber e perguntar quando ele olhar diferente. Você gosta, meu filho? Você quer fazer?” (EX. 29)

A mãe faz associações à sua história infantil, que remete à falta de um olhar sensível e perceptível, que pudesse atender seus desejos, entendê-la em seu silêncio e compreender sua passividade – testemunho de uma resignação em relação à realidade que a cercava e das limitações que a cerceavam.

Em sua história, o silêncio foi quebrado com a compra de um violão e a passividade superada com sua inserção no mercado de trabalho. Porém, marca a *passagem ao ato*, por ter sido uma manifestação, em uma situação nova, porém motivada por uma situação mais antiga (LAPLANCHE; PONTALIS, 1996). O sujeito, nessa condição, trata de encontrar em um ato o seu sentido de palavra, pois ele está no lugar dela. É possível reconhecer, então, a atuação do sujeito que se move para evadir da cena. Resultado: V. não obtém nem a graça esperada por se ter um violão e, tampouco, a graça dos pais.

Na falta de representações, resta o vazio que causa dor e angústia. Esse vazio acabou entregue às exigências exageradas de um Eu acessível ao gozo absoluto e pleno, como prega o utilitarismo que subsidia a poderosa indústria cultural vigente (PERFEITO, 2007). Embasando, Lebrun (2004) fala da lógica consumista que vem cumprir o papel de apagar essa irreduzível indisponibilidade, com a ilusão de uma possível e plena satisfação. Satisfação esta que foi uma vez frustrada, doravante, reativada no filho.

No exemplo seguinte, após o nascimento do filho, o pai explicitamente transita sobre suas fantasias expectadas sobre o pequeno Chico. Ele revela uma das máximas do narcisismo parental, na qual os pais buscam a imortalidade do ego e seus desejos infantis, tão oprimidos pela realidade, na segurança alcançada por meio do refúgio em seus filhos (FREUD, 1914). O risco dos pais cederem ao delírio dos desejos infantis é de se posicionarem como uma criança, deixando ao léu o lugar de pais (PERFEITO, 2007):

Não é mais skatista e nem músico. O M. agora quer que o Chico seja jogador de futebol (risos). Então eu disse pra ele que se eu perceber que o Chico tem habilidade pra isso, vou apoiar, incentivar em escolinhas e tudo mais. Mas se eu ver que ele não

está pra isso, eu não vou forçá-lo, pois faria ele sofrer. Quando falei isso ele pensou e concordou comigo. (informação verbal⁴)

O exemplo mostra V. funcionando como uma espécie de ego-auxiliar, semelhante ao da dinâmica relacional mãe/bebê. Ela devolve ao companheiro impressões que poderiam passar despercebidas, fadadas à inconsciente e compulsória repetição. Winnicott (1983) defende que, a saída criativa ou a repetitiva regressão, está calcada numa tentativa de reordenação das vicissitudes do desenvolvimento emocional primitivo.

Entretanto, fazer os pais falarem, segundo Araújo (2002), causa efeitos sobre a linguagem da criança, promovendo o deslocamento do significante. Essa condição abre possibilidade para os pais se interrogarem sobre o lugar do filho no seu desejo. A autora garante que só assim a criança poderá sair do lugar onde é manipulada, como objeto do gozo desse Outro absoluto, e tentar responder ao enigma do Outro, como sujeito de sua própria história. Ao remeter à sua história ou às outras histórias, V. parece encontrar motivações peculiares que se tornaram, para ela, determinantes no processo de criação de seu filho.

4.4.2 Norteadoras da função parental: *“Mas tem coisas assim, que eu não quero fazer.”*

“Se eu tivesse muitos filhos, o Chico iria sofrer. A minha mãe fala que ele é muito parecido comigo de quando eu era pequena. Eu era a mais independente. E aí ela prestava mais atenção nos outros. Entende?”
(EX. 54)

O discurso de V. anuncia uma possível perpetuação familiar em função de valores, crenças, mitos e segredos que evidenciam os tipos de comportamentos esperados, aceitos e os proibidos, que asseguram a manutenção do vínculo (PIVA, 2006). Fala-se dos objetos intergeracionalidade e transgeracionalidade (FALCKE; WAGNER, 2005). É possível inferir que o perfil de “independente”, como crença familiar, corresponde a uma autossuficiência, ou seja, não demanda a necessidade de cuidados ou atenção.

Por outro lado, a condição de independência garante à V. uma relativa liberdade para escrever sua história, sem tanta interferência dos mandatos intergeracionais ou transgeracionais. Nichols & Schuartz (2007) declaram que o filho mais envolvido na fusão familiar, certamente, avançará um nível mais baixo de diferenciação do *self*, enquanto o filho menos envolvido, como se apresenta V., avança para um nível de diferenciação:

⁴ Relato informal da mãe acerca das expectativas em relação ao filho, registrado pela pesquisadora em Goiânia, em fevereiro de 2014.

Eu tenho muita coisa da minha mãe, assim, esse cuidado. Mas tem coisas assim que eu não quero fazer. Eu quero prestar mais atenção nele, uma coisa que eu não tive, porque eu era filha do meio, sabe? Eu quero que ele seja independente, mas eu quero ser mais presente! (EX. 8)

V. vincula que o fato dela ser independente, não a tornava foco das atenções dos pais. Ao mesmo tempo, percebe que o filho, com esse mesmo atributo, pode ser vítima do mesmo destino. Pretende, então, resguardá-lo na vigília de uma mãe atenta, suspendendo o pragmatismo familiar de “filho independente, logo, pais ausentes”. Este mito conduz à história familiar e se, não elaborado, pode aprisionar.

Na atualidade, há uma tendência de fazer das experiências do passado um referencial que pode ser repetido, transformado ou negado na construção das novas relações familiares. De acordo com a fala de V., seu esposo não quer ser como o pai, negando sua referência paterna, como a maioria dos pais de hoje, como defendem Wagner, Predebon e Falcke (2005): “[...] ele não teve uma relação muito boa com o pai, que era muito ausente. A mãe que cuidou dele, sabe? Ele tenta não ser como o pai dele.”

Wagner, Predebon e Falcke (2005) concluem que, apesar de haver uma tentativa de negação do passado, observa-se que esse registro continua servindo como referencial, ainda que na forma de transformação ou negação, e não na forma de repetição. V. expõe: “Então, muita coisa é nossa mesmo, só que tem muita coisa que a gente não quer que seja como fomos criados.” (EX. 8)

A dimensão ascendente da transmissão (filhos-pais) é imprescindível para que o bebê se aproprie das marcas e inscrições de sua história relacional inicial, mas somente mediante ao reconhecimento do filho em sua diferença, que se torna possível construir relações com a marca do novo e da criatividade, indo além de uma repetição do passado (ZORNIG, 2010). Para V., seu companheiro M. se esforça para fazer a diferença e ser diferente: “Porque a relação dele com o pai não foi boa, ele não gosta do pai. Aí ele pensa que quer ser um bom pai, pro filho dele nunca sentir essas coisas em relação a ele, as coisas que ele sente em relação ao pai...” (EX. 39).

Sobre “sentir essas coisas”, V. ilustra o comentário do esposo que traz a marca do conflito edipiano, da ambivalência entre o amor e o ódio pelo pai: “Ele se esqueceu do aniversário do pai. Eu estava grávida ainda, aí ele falou: eu quero ser um pai tão bom, porque se o Chico esquecer o meu aniversário eu morro! (se emociona)” (EX. 40). Tendo o pai como modelo, M. não deseja ser esquecido, pois experimentaria a morte, tal como fez com o pai, carregando consigo uma lógica: um pai esquecido pelo filho é um pai assassinado pelo filho.

Cestari (2008) diz que o filho pode funcionar como um objeto de gratificação, de compensação, um “curativo narcísico” para inúmeras feridas emocionais oriundas das mais diversas fontes, como o abandono paterno, figuras parentais desvalorizadas, etc. E tão cedo é transferido, ao pequeno Chico, os encargos da reparação.

Durante a entrevista, foi perguntado a V. se eles (tanto ela, quanto o marido) já se perceberam fazendo coisas que seus pais faziam, mesmo desaprovando-as de antemão. À vista disso, V. aborda o comportamento não usual de M., destoando de sua personalidade. A companheira considera tais comportamentos como um “reflexo” do passado infantil, que desvela o modelo de relação pai-filho que M. tem internalizado (ZORNIG, 2010): “Igual, às vezes o M. é muito rude com o nenê, só que depois ele para pra pensar, mas é porque já é um reflexo do que ele sofria, não é?” (EX. 10)

V. aponta a causalidade do comportamento do marido, porém, “depois ele para pra pensar”, não parece pertencer a uma atitude autêntica e consciente de seu marido, pois as explicações adiante estão muito mais associadas às reflexões de V., do que de M.:

Só que o pai dele era (rude) com ele. Mas ele tenta evitar, sabe? Às vezes ele fala assim: “menino que tem que seguir a gente, não é a gente que tem que seguir menino não!”, ou “Ah! Eu vou mudar minha sala por quê? Por causa de menino?” Só que quando você vê, ele já mudou! (risos) O menino já tomou conta... (risos) Nas atitudes ele deixa! Só que na cabeça dele ele diz: “Ah, que filho meu eu não vou ficar obedecendo não, ele que tem que me obedecer!” (EX. 11)

Ainda que M. ceda, não será garantia de elaboração e transformação verdadeira, pois sua “cabeça” ainda lhe diz o que fazer e como se conduzir na relação com o filho. Ceder ao filho contraria seu ideal parental.

No exemplo abaixo, parece que os fantasmas parentais saltam aos olhos, mas se melhor avaliarmos, a atuação se deu de forma tão pueril, que sugere mais uma identificatória regressão psíquica, comum em muitos pais (SOIFER, 1980):

Uma vez, à noite, ele (Chico) chorou, porque ele quase não chora à noite. Daí ele falou assim: “Deixa sua mãe dormir, Chico!” (risos) E o menino tinha três meses! (risos) Só que nas atitudes mesmo, no fim das contas, ele acaba fazendo. E tem que por na cabeça dele que ele não precisa ser rude assim porque foram rudes com ele... (EX. 12)

Com o exemplo acima, é possível apoiar-se em Ciccone (1997) ao afirmar que, as transmissões psíquicas entre gerações ocorrem através da comunicação não verbal e nos paradoxos manifestos. Nesse caso, a *passagem ao ato* porta características impulsivas que rompem com o comportamento habitual do sujeito, mesmo que haja uma ação

secundariamente racionalizada. V. garante que M. não costuma ser rude, embora as descrições acerca de seus comportamentos sejam outros.

As funções parentais podem ser investigadas no seu caráter objetivo, susceptível à observação e descrição – o que nos permite compartilhar, a partir dos relatos de V., os comportamentos de M.. Todavia, essa função também é tomada por interações fantasmáticas e simbólicas, que não são visíveis e tão pouco conscientes; são sim peculiares à história e a personalidade dos pais, ao funcionamento do casal e às transmissões psíquicas que se operam no seio familiar (HOUZEL, 2004). Essas interações requerem maior inclinação, com propósito de análises e estudos, para esclarecer os comportamentos irreflexivos e “rudes” de um pai amoroso e tranquilo o bastante, para assim se portar.

Por sorte, V. exerce uma função de *ego-auxiliar*, que delibera representações claras do mundo interno, distinguindo-o da realidade externa (WINNICOTT, 1983): “Aí eu falo: mas você tem que perceber que ele é nenêzinho!” (EX. 11). Esse movimento se mostrou necessário por parte de V. ao se deparar com condutas regressivas típicas do processo de identificação do pai com o filho, e do entrave edipiano (o ciúme e o ódio emergentes na resolução do complexo). Mosmann (2007) postula que a qualidade de relação conjugal atua como um fator de proteção dos filhos, ou seja, o bom nível de adaptação e equilíbrio entre os cônjuges repercute positivamente na relação com os filhos.

Enfim, por mais que os elementos transgeracionais e intergeracionais sejam poderosos, há sempre uma possibilidade de resistir e experimentar verdadeiramente uma nova relação, sem a exclusiva predominância dos resíduos psíquicos dos pais.

4.5 Parentalidade narrada

Categorias relacionadas às histórias de pais identificadas por V., cujos conteúdos estão regados de suas próprias fantasias, conflitos, crenças, etc. As subcategorias geradas foram: *Histórias repetidas* e *Histórias associadas*.

4.5.1 Histórias repetidas: “Gente, esse menino é um anjo!”

Para Gutfreind (2010), não há pais à vontade se não contarem histórias: as suas próprias, de preferência, ou as alheias que, ao serem escolhidas, também lhes dizem respeito. “Isso inclui qualquer narrativa, contos, cantos, relatos de vida. Conversa-fiada. Qualquer

história que faça a ponte entre pais e filhos, e promova a interação com gesto, toque e olhar [...]” (p. 33).

V. é professora e sempre têm exímios exemplos os quais a levam à reflexão quanto às influências dos pais sobre os filhos: “Às vezes tem um menino custoso, e a gente manda chamar a mãe. E aí quando a mãe vem, a gente fala: gente, esse menino é um anjo! Era pra ele ser muito pior... não respeita nem a mãe...” (EX. 47). Uma descrição idêntica à outra, na qual o “anjo” era o filho: “Gente, esse menino é um anjo!” (EX. 21)

Poderiam, esses meninos, estar se comportando de um jeito desrespeitoso em relação às suas mães. No caso do seu filho, por achar que ele não corresponde ao amor e à atenção exclusiva que ela esperava merecer: “Ele fica tão normal com todo mundo, parece que ele nem precisa de mim!” (EX. 23). A mãe apresenta um bebê real, que traz consigo atributo que estaria longe de oferecer a paz e a segurança sugerida por um representante angelical. Mais forte ainda que essa possível associação, é a revelação de significantes intergeracionais, que clamam por “atenção”.

Já outro exemplo, quando anuncia com indignação a desesperança da mãe para com seu filho: “Tem mãe que diz: não professora, eu não dou conta desse menino não! E o menino tem só dez anos!”; faz remeter à experiência que V. relatou anteriormente, quando seu companheiro brigou com seu filho, sem reconhecer tratar apenas de um bebê, limitado para tamanhas exigências, e precisou intervir dizendo “mas você tem que perceber porque ele é nenêzinho!”. Semelhantemente, V. reage à mãe, intransigente com seu filho pequeno, incapaz e dependente.

4.5.2 Histórias associadas: “*Aí eu fiz igual*”

Gutfreind (2010) ressalta a importância de contar história – característica que pareceu frequente na entrevista com V.. Ela conta, não somente sua própria história, como também de outras pessoas, num movimento rico de associações que sugerem possíveis elaborações. Como num caso que sua mãe havia lhe contado: “O marido dela (da amiga da mãe) não queria ir embora do bar, daí ela ia lá e colocava o bebê na mesa de sinuca e ia embora... E isso é horróroso!” (EX. 34).

Associada a essa história, V. recorda de uma sua, semelhante, que lhe causou arrependimento, por reagir no calor das emoções:

[...] ele (seu esposo) não queria ir embora da festa e eu queria. Ele ficou tomando cerveja, daí eu coloquei o nenê no braço dele e falei “Vamos embora! Você não quer

ir embora não? Então vai cuidar!”. Mas eu me arrependi porque eu achei isso de mulherzinha... Aí eu fiz igual [...] Só que eu não pensei muito porque eu estava com raiva. Eu achei que ele estava se achando um gatinho: “Ah, ela está cuidando e eu vou ficar aqui de boa!” Só que ele é muito responsável! Só que naquela hora eu fiquei cega de raiva, né? Esses momentos de cegueira que a gente faz as coisas que a gente acha feio, que não faria... (EX. 33)

Ao construir a representação de sua própria história, ela encontra sentidos e nomes antes desconhecidos, o que favorece a elaboração (GUTFREIND, 2010). Nomeia a “cegueira” relativa às condutas impulsivas e impensadas dos pais. Porém, o desconforto de errar parece grande que ela tenta se explicar: “Mas eu me arrependi” ou “Quando eu fico com raiva, eu fico com muita raiva! Mas passa rápido!” (EX. 35); e não mais associa.

Tolerar os erros é um ato de coragem, diz Kehl (2001). Ela avalia as condutas dos atuais pais que se demitem em sua função educativa justamente por acreditarem num ideal de intervenção e com isso reear as falhas: “Ninguém quer errar, ninguém quer se arriscar” (p. 37).

Quando se percebeu fazendo o mesmo, ou seja, errando, V. demonstrou um desconforto. Com algumas pausas, identifica o foco de tensão, faz autocríticas e propõe atitudes para evitar tais falhas. Essa reação deve ser valorizada, haja vista que o rebaixamento da capacidade reflexiva, crítica e elaborativa são indutores dos principais impasses da parentalidade contemporânea, como constatou Perfeito (2007).

Na narração seguinte, V. se sensibiliza com a história de outrem, associa às suas experiências, identifica-se e a transforma em referência e inspiração. Como bem fala Gutfreind (2010), narrar é indispensável para se tornar pai e mãe. Pois, muito além de instrumento, a narrativa se confunde no processo da parentalidade. Seus *insights* em meio às narrativas parecem mobilizar algo que, numa única entrevista e poucos encontros, não são suficientes para maiores inferências:

Uma amiga minha foi mãe solteira. Ela sempre foi muito ponderada e aí o filho dela entrou na faculdade, daí a gente ficou conversando, até comemorando, e a gente estava bebendo cerveja e ela ficou meio de fogo e falou assim: V., a minha vida inteira eu quis me comportar de uma forma que o meu filho não se envergonhasse de mim (se emociona). Eu choro à toa... (risos) achei tão bonito, sabe? Ela disse que a vida inteira foi de sacrifício. Disse: “Eu sempre pensei que eu queria viver de um jeito que ele nunca sentiria vergonha de mim...” (emociona). E eu acho que M. também pensa assim... Porque a relação dele com o pai não foi boa, ele não gosta do pai. Aí ele pensa que quer ser um bom pai pro filho dele nunca sentir essas coisas em relação a ele, as coisas que ele sente em relação ao pai... (EX. 39)

A experiência que V. relata da amiga mobilizou o suficiente para identificarmos os elementos legitimados como importantes no exercício parental – ser para o filho um bom exemplo de pessoa, confirmada em outros momentos da entrevista: “Porque eu penso sempre

em ser um bom exemplo agora. Se você é exemplo, o filho já faz tanta coisa errada, imagina se não for? Porque não é só o exemplo que educa, mas ele é um fator grande (risos).” (EX. 37). E estende, também, sua concepção para o pai de seu filho:

E eu acho que ele também pensa assim (em ser bom exemplo). Porque a relação dele com o pai não foi boa, ele não gosta do pai. Aí ele pensa que quer ser um bom pai pro filho dele nunca sentir essas coisas em relação a ele, as mesmas coisas que ele sente em relação ao pai... (EX. 41).

Quando V. se refere a “essas coisas”, fala sobre o filho se esquecer do pai; sobre o filho sentir-se envergonhado em relação aos pais. Inversamente, fala do desejo dos pais de serem amados e admirados pelo filho. Fala do seu narcisismo, o impulsor do desejo de serem bons pais, para um bom desempenho e devoção aos filhos sobre o aguardo de um amor correspondente (FREUD, 1914).

4.6 Mãe suficientemente boa

Categoria que confere à mãe dedicada aos filhos de tal modo que estes se sintam amados, protegidos e inseridos em um ambiente acolhedor e tranquilo. As subcategorias geradas foram: *Experiência com referência* e *Retificação da história parental*.

4.6.1 Experiência como referência: “*Ela nem imaginava que estava ensinando*”

Não foram poucas as declarações de V. sobre sua mãe. Na maioria das vezes, ela segue seus conselhos e exemplos, pois parece encontrar neles um considerável conforto e segurança para bem conduzi-la. Parece que V., desta forma, não se vincula ao delírio moderno do sujeito sem origens, dissociados de uma filiação que recusa a transmissão geracional (KAMERS, 2006).

Durante o *Ensaio da Entrevista*, V. comentou sobre os primeiros cuidados com o bebê. Explana, com bom humor, sua experiência com o pediatra que a instrui sobre os primeiros cuidados demandados ao bebê: “Minha mãe me acompanhava. Ele (médico) dizia que meu bebê agora só necessita de leite materno. Minha mãe então lhe perguntou: mas doutor, nem um chazinho? O médico então lhe respondeu: se chá fosse tão bom, um dos peitos sairia chá e não leite.”

Foi, então, conferido os efeitos da “onipotência” dos especialistas que tentam doutrinar mães antigas e experientes. Considerando que, na atual conjuntura, os pais,

esvaziados de suas funções, aderem com fé às orientações dos supostos saberes (PERFEITO, 2007), perguntei-lhe como então ela procedeu: “Uai, a gente dava chazinho sim! Não só chá, mas água de coco também. Minha mãe criou a gente assim. E assim a gente faz. Você precisa ver o quanto ele gosta de uma água de coco! (risos)”.

Ficou evidente que, mais valioso que o conhecimento técnico e científico, está para V. a experiência de sua mãe. Ela confia, como filha e fruto desse processo de criação que ela considera suficientemente bom. Os exemplos de sua mãe parecem pincelar o caminho a ser trilhado:

Minha mãe criou a gente assim: “Você está mentindo!” eu fui criada assim. Tem que desmascarar mesmo... E a criança vai vendo que ela pode ser transparente... Mas aí você também tem que ser assim com a criança. Igual, tem mãe que vê um apontador diferente nas coisas do filho e não pergunta. Já ela perguntava: “Onde você arrumou esse apontador?” Coisas da vida... ela nem imaginava que estava ensinando. (EX. 53)

Ela também convida a irmã a tomar sua mãe como referência, e buscar na própria história de vida um modelo a seguir. Ela induz sua irmã refletir:

Porque eu ficava vendo minha irmã com meu sobrinho... Ele fez uma coisa errada e ela disse chorando: “Está vendo o que você faz com a mamãe?” E eu falei pra ela: “Seu filho não pode ver você chorando assim não! Quantas vezes você viu nossa mãe chorando? Principalmente na hora de chamar a atenção da gente? Minha mãe nunca chorou... você tem que ser firme com ele! Você tem que ter sentimento, mas não pode ficar chorando à toa.” (EX. 48)

V. identifica, na sua mãe, condutas que ela pretende aderir: “Era firme, forte e meiga” (EX. 49). No entanto, reflete e contextualiza, reconhecendo igualmente as faltas com o intuito de não mais repercuti-las: “Eu tenho muita coisa da minha mãe, assim, esse cuidado. Mas tem coisas que eu não quero fazer. Eu quero prestar mais atenção nele, uma coisa que eu não tive... porque eu era filha do meio, sabe?” (EX. 8)

Como defende Zornig (2010), o nascimento de um filho implica numa inscrição familiar e transgeracional para que o bebê sobreviva física e psicologicamente. Confere-lhe também a marca de sua origem, de um pertencimento, que muitos pais desapropriam em nome das promessas inovadoras, e na maioria das vezes mal interpretadas, que ludibriam a nova educação (LASCH, 1991; ARAÚJO, 2002). V., no entanto, parece sobrepor a experiência a qualquer outra ciência.

4.6.2 Retificação da história parental: *“Ah, não, minha filha, você tem que alisar...”*

E em se tratando da marca da origem e do pertencimento, V. chama a atenção para história de sua mãe que é órfã, não conheceu seus pais e muito menos soube de sua história, mas que mesmo assim, consegue ser amorosa e tenta transmitir, de alguma forma, a necessidade de uma relação mais calorosa com o bebê:

Hoje eu ainda falei com ela: “Mãe, eu acho que o Chico é assim bonzinho porque eu não fico alisando ele muito!” Daí ela falou: “Ah, não, minha filha, você tem que alisar... sabe?” Daí eu falei: Eu sei, eu não sou desleixada! Eu só não fico paparicando demais não!” E ela disse que mesmo assim tem que paparicar. Daí eu disse: “Mãe, quando você morava com as freiras, você tinha alguma que te adotou, que te dava mais carinho?” Porque até cachorrinho na casa da gente tem alguém que cuida mais do cachorrinho, né? Daí ela disse que não, mas que elas não a tratavam mal. Ela tinha tudo! Comia bem, tinha cama boa, mas assim, de carinho mesmo, nunca teve ao ponto de sentir que alguém via ela mais especial. (EX. 56)

A história de sua mãe a encanta. Faz dela uma exceção por conseguir dar amor quando sua consciência registra apenas o não ter sido maltratada, e de nunca lhe faltar comida e conforto. Mas, segundo V., lhe faltava afeto. Afeto esse que V. aponta como a causa de sua condição “anestesiada” perante a vida e as oportunidades que lhes foram oferecidas pelas freiras: “Eles tentavam então incentivá-la, mas ela não queria. Eles queriam cuidar pelo menos da intelectualidade dela, pra ela saber se virar no mundo, preparada... Mas ela nunca quis. Eu acho que ela estava anestesiada...” (EX. 57). Logo, a expressão “estava anestesiada” retorna a um possível mandato: “Cresci nessa passividade”. Tanto V. como sua mãe pareciam não responder incitações da vida, até certo momento.

É incontestável a influência do passado progresso dos pais na vida dos filhos. V., num ato falho, equipara a falta de afeto à falta de estímulo e atenção. No momento em que são reforçadas as declarações sobre sua mãe: “Ela tinha escola cara, tinha comida boa para comer, tinha incentivo para crescer, mas não tinha esse afeto” (EX. 58). Ela então completa:

Esse estímulo... Igual eu falo, não era percebida. Por isso que eu falo que eu quero perceber o que o Chico gosta. E mesmo assim ela é boa, ela é amorosa, principalmente com criança... [...] E tem criança que tem tudo, mas teve um amor mal dado, né? (EX. 58)

A princípio, a falta de estímulo foi identificada nos cuidados de sua mãe para consigo, e mais tarde, ao longo da entrevista, tornou-se pivô elementar na sua relação com filho, ressaltando, com veemência, a atenção que despenderá. Confessou que irá prestar mais atenção em seu filho, algo que lhe careceu na infância.

Desse modo, seu “não era percebida” ecoa na narrativa. Pois “ecoar” denota “fazer-se ouvir”, “repercutir bem” como também “repetir”. As histórias quase se misturam: sua mãe,

que nunca pôde contar com um olhar, em especial; e ela, por não ter recebida a devida atenção:

Minha mãe terminou a quarta série e não quis mais estudar. Eu acho que ela precisava de estímulo, eu acho! Eu lembro que até quando ela ficou mais velha e foi terminar o Ensino Fundamental, ela ficava me mostrando as tarefas como se fosse uma criança... (risos) Sabe? “Olha aqui filha, eu fiz direitinho?” (pausa) É porque ela não teve esse olhar, né? (pausa) Nossa é tanta coisa, né? Que a gente vê que é tão valioso e tem um significado... (EX. 56)

Valioso e significativo é o caminho da reparação. A parentalidade é uma possibilidade cheia de triunfos, se as condições forem favoráveis. Logo, esse caso revela uma filha que acolhe a mãe, que reconhece seus feitos, e os reforçam; um filho que tão cedo se mostra atencioso e agradecido:

É através do vínculo qualificado com o outro que o passado poderá ser reintroduzido no campo das palavras, dos significantes, das inscrições, da memória, da história/ É lá, na morada do silêncio, do branco e do vazio, dominado pelos mandatos da herança transgeracional – logo, das palavras introduzidas por um outro qualificado – que poderá se instalar um verdadeiro e novo espaço de transcrição transformadora dentro do sujeito. (TRACHTENBERG, 2005, 127)

Por fim, é possível inferir que muitos “nós” devem ter sido desatados tanto em relação a V. quanto em relação à sua mãe, ao ingressarem à vida materna, e ao reencontrarem o “amor” na prestigiosa díade mãe/filho(a). Uma oportunidade que permite ressignificar, contudo, experiências antes desfalcadas. E como assinala Zornig (2010), os filhos produzem mudanças irreversíveis no psiquismo parental, podendo, inclusive, auxiliar na retificação de sua história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho mostra sua relevância por alcançar todas as áreas do conhecimento humano, principalmente às destinadas ao estudo da subjetividade. Ele delinea um território que necessita ser poupado e preservado, como garantia da criatividade e inovação humana. Fala-se do espaço de transcrição e transformação existente no campo da intersubjetividade, construído a partir de um relativo distanciamento entre os sujeitos. Uma máxima que também pode ser estendida às relações ordinárias, no trabalho, nos estudos, na clínica e em especial na dos primórdios, que com simplicidade e por meio do lúdico, tem revelado a carência ou a demasia das interdições parentais, comprometendo significativamente as fronteiras intersubjetivas, logo, a singularidade do ser.

Trouxe reflexões sobre a construção da parentalidade, no âmbito psíquico, que se constitui e evolui com o desenvolvimento do indivíduo, nas suas relações interpessoais e sociais. E é graças à incompletude original humana que a ordem parental se instaura. O estado de prematuridade e desamparo que o bebê humano vive, e a sua dependência de um outro semelhante, imprime, como mecanismo de sobrevivência, a necessidade de ser amado. Necessidade esta, jamais abandonada pelo homem (LAPLANCHE; PONTALIS, 1996). Assim, as primeiras representações suscitadas do vínculo afetivo, das interações precoces do bebê e dos pais, junto às competências da criança, num enredo de representações conscientes e inconscientes, se tornam pilares para os estudos da subjetividade humana. Logo, o processo de parentalização passa a ocupar o lugar de destaque.

O estudo revela que as transmissões psíquicas parecem engrenar o processo parental. De substratos conscientes e inconscientes, as representações psíquicas mereceriam maiores inclinações, para aprofundar em sentidos e capturar as repetições e os não ditos que, nas condições de entrevista, poderiam passar despercebidos. E mesmo quando capturados pela escuta, faltaria tempo para serem recordados e compartilhados pelo sujeito, e ainda aprofundados para posterior análise e compreensão – limitações que a entrevista impõe.

Um movimento importante que a participante deste estudo realizou durante a entrevista é a contínua retomada ao seu passado infantil. Ela rememora experiências enquanto filha, agora na pele de mãe expectadora e protagonista, cuja congruência se faz mister à atual conjuntura. Escuta sua própria e velha história para distinguir e dispor de uma nova outra. No entanto, quando suas narrações se estendem às experiências alheias, fazem resplandecer outros elementos pouco evidenciados em seus relatos pessoais, porém de fundamental importância, por corresponderem aos principais impasses da parentalidade. Ao final, constata-

se que V. é, por excelência, uma contadora de histórias, que para Gutfreind (2010) equivaleria a uma mãe “suficientemente narrativa”.

Confere que, a troco de um desatento ato falho projetivo, ela elegeu essas histórias: a) a da mãe que se mostrava frágil e despreparada (fala da irmã que chora diante do filho na hora de corrigir e educar); b) da mãe vulnerável (àquela que coloca seu filho numa mesa de sinuca para atacar o pai); c) da mãe que não percebe que o filho é ainda muito pequeno (ela cita a mãe descrente de seu filho de apenas dez anos); d) da mãe que não se permite errar, pois deseja atender à fantasia infantil de “mãe perfeita” (conta a história de uma mãe que, a vida inteira se comportou de modo a não causar vergonha ao filho); e) da mãe incoerente (retoma os exemplos da irmã que não cumpre com o que fala em relação ao filho).

Em contrapartida, temos as respectivas associações no momento em que: a) V. se mostra sensível, emocionada e muitas vezes frágil em grande parte da entrevista; b) fala de suas reações impulsivas de entregar o filho ao pai, como forma de ataque por não se sentir percebida e respeitada; c) das reações de seu marido ao mandar seu bebê, ainda desprovido de linguagem, “se calar” (parar de chorar), ou de quando acreditava que seu bebê (de poucos meses) era independente e nem necessitava tanto dela; d) do desejo de participar dessa pesquisa, para no futuro, mostrar ao filho, porém, se esquivando, de antemão, das partes tristes que prefere não falar; e) e destaca a coerência como qualidade primordial de uma mãe, no entanto, ao escutar sua própria história, percebe contradições, sentidas com desconforto. Ao final comenta: “Parece que não ficou bom!”

Tais inferências poderiam ser melhores postas e fundamentadas se o estudo de caso fosse extraído do contexto clínico, propiciando investigações a fundo, com um número maior de sessões e intervenções. Contaria, ainda, com os efeitos terapêuticos, propulsionando a fala e, provavelmente, novas associações.

BIBLIOGRAFIA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT. NBR 6023: **Informação e documentação**. Trabalhos acadêmicos, 2002.

_____. ABNT. NBR 14724. **Informação e documentação**. Trabalhos acadêmicos, 2011.

ARAÚJO, Cláudia Valéria Furtado de Oliveira. Pai, mãe e filho – Reflexões sobre família e educação na modernidade. In: **Estilos da Clínica**, v. 7, n. 12, p. 100-111, 2002.

ALGARVIO, Susana et al. **Preocupações parentais**: Estudo comparativo entre um grupo de pais normativo e um grupo de pais de crianças prematuras. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada, 2010.

ARIÈS, Philippe. **História social da família e da criança**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

AULAGNIER, P. (1975). Nota Preliminar. In: **A Violência da Interpretação**: do pictograma ao enunciado. Rio de Janeiro: Imago, 1979.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. 1985.

BAUER, M. W.; AARTS, B. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, M. W. Bauer; GASKELL, G. (Ed.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som** (p. 39-63). Petrópolis: Vozes, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BENGHOZI, Pierre; CORREA, O. Ruiz. Traumatismos precoces da criança e transmissão genealógica em situação de crises e catástrofes humanitárias: desmalhar e remalhar continentes genealógicos familiares e comunitários. In: **Os avatares da transmissão psíquica geracional**. São Paulo: Escuta, p. 89-100, 2000.

BENICÁ, C. R. S.; GOMES, W. B. **Relatos de mães sobre transformações familiares em três gerações**. UFRGS, Rio grande do Sul, Estudos de Psicologia, 3(2), p.177-205. 1998. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v3n2/a02v03n2.pdf> >. Acesso em: 13 mar. 2014.

BION, W. R. Uma teoria do pensar. In: **Melanie Klein hoje** (vol. 1, 185-193). Imago Edit: Rio de Janeiro, 1962/1991.

BRAZELTON, T. Berry; CRAMER, Bertrand G. **As primeiras relações**. 1992.

BYDLOWSKI, Monique. O olhar interior da mulher grávida: Transparência psíquica e representação do objeto interno. In: **Novos olhares sobre a gestação e a criança até os 3 anos**. V. 3, Brasília, 2002.

CALDANA, Regina Helena Lima. A educação de filhos em camadas médias: transformações no ideário e orientação de pais. In: **Temas em Psicologia**, v. 3, n. 1, p. 109-121, 1995.

CAUDURO, Celia Regina de Souza. **Holding**: o contexto da neurogênese. Uma aproximação de Winnicott à neurociência do desenvolvimento. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2008.

CECCARELLI, Paulo Roberto. Novas configurações familiares: mitos e verdades. In: **Jornal de Psicanálise**, v. 40, n. 72, p. 89-102, 2007.

CESTARI, Dina Mara. **Filhos do desamparo, filhos que amparam**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, 2008.

CHEMIN, A. C. S. A transmissão da culpa e do ideal. In: **Transmissão transgeracional e a clínica vincular**, p. 35-57, 2006.

CICCONE, A. A Superposição Imagóica e a Fantasia de Transmissão. In: EIGUER e cols.. **A Transmissão do Psiquismo Entre Gerações**: enfoque em terapia familiar psicanalítica. São Paulo: Unimarco, 1997. p. 181-238.

CORREA, Olga B. Ruiz. **Os avatares da transmissão psíquica geracional**. São Paulo: Escuta, 2000.

CORSO, Diana Myriam Lichtenstein. O teleorfanato nosso de cada dia. In: **Psicanálise e Educação**: uma transmissão possível, p. 147, 1995.

CRAMER, B., PALACIO-ESPASA, F. **Técnicas Psicoterápicas Mãe/bebê**: Estudos Clínicos e Técnicos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

EIGUER, Alberto. A parte maldita da herança. EIGUER, A. et al. **A transmissão do psiquismo entre gerações**: enfoque em terapia familiar psicanalítica. Trad. Lúcia Helena Siqueira Barbosa. São Paulo: Unimarco Editora, 1998.

FALCKE, Denise; WAGNER, Adriana. A dinâmica familiar e o fenômeno da transgeracionalidade: definição de conceitos. In: **Como se perpetua a família**, p. 25-46, 2005.

FERRARI, Andrea Gabriela; SILVA, Milena da Rosa; DONELLI, Tagma Schneider. A criança e seus pais: alguns interrogantes sobre as funções parentais na atualidade. In: **aSEPHallus**, v. 7, n. 14, p. 86-96, 2012.

FLEIG, MARIO. O pai moderno dilapidado: efeito do declínio patriarcal. In: **Revista do Instituto Humanista da Unisinos: IHU On-line**, 2008.

FOCHESATTO, Waleska Pessato Farenzena. Reflexões sobre a “teoria do pensar”, de Bion. In: **Estudos de Psicanálise**, n. 40, p. 113-117, 2013.

FORTES, Isabel (2004). O sofrimento na cultura atual: hedonismo *versus* alteridade. In: PEIXOTO JR., Carlos Augusto (org). **Formas de subjetivação**. Rio de Janeiro: Contra capa.

FREUD, S. Escritores criativos e devaneios. In: **Obras psicológicas completas**. Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

_____. (1912). Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In: **Obras psicológicas completas**. Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

_____. (1912a). A dinâmica da transferência. In: **Obras psicológicas completas**. Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

_____. (1912b). Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In: **Obras psicológicas completas**. Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

_____. (1913) Totem e tabu. In: **Obras psicológicas completas**. Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, v. 13, 1996.

_____. Introdução ao Narcisismo (1914). In: **Obras psicológicas completas**. Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, v. 14, 1969.

_____. O mal-estar na civilização. In: **Obras psicológicas completas**. Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, v. 21, 1969.

_____. (1969). A dissolução do Complexo de Édipo In: **Obras psicológicas completas**. Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

_____. Inibições, sintomas e angústia (1926). In: **Obras psicológicas completas**. Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, v. 20, 1969.

_____. Moisés e o monoteísmo (1939). In: **Obras psicológicas completas**. Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, v. 23, 1969.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. Unesp, 1991.

GRANJON, E. A elaboração do tempo genealógico no espaço do tratamento da terapia familiar psicanalítica. In: CORREA, O. B. R. (org.). **Os avatares da transmissão psíquica geracional**. (p. 17-43). São Paulo: Escuta, 2000.

GREEN, Andre. **Narcisismo de vida, narcisismo de morte**. São Paulo: Escuta, 1988.

GUTFREIND, Celso. **Narrar, ser mãe, ser pai & outros ensaios sobre a parentalidade**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010.

HAMANN, F. P. **A erotização da infância e os impactos produzidos pela Obra de Freud nas Sociedades Contemporâneas**. Codepsi, 2005. Disponível em: <http://www.codepsi.com.br/home/texto.asp?num_pagina=6&id_texto_tipo=2&id_texto=5>. Acesso em: 02 de fev. 2014.

HARTMANN, Ingrid Borba; SCHESTATSKY, Sidnei. Transmissão do psiquismo entre gerações. In: **Revista Brasileira de Psicoterapia**. V. 13(2), p. 92-114, 2011.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HOUZEL, Didier. As implicações da parentalidade. In: **Ser pai, ser mãe: Parentalidade: Um desafio para o terceiro milênio. Uma Homenagem internacional para Serge Lebovici**, p. 47-51, 2004.

KAËS, René et al. **Transmissão da vida psíquica entre gerações**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

KAMERS, Michele. As novas configurações da família e o estatuto simbólico das funções parentais. In: **Estilos da Clínica**, v. 11, n. 21, p. 108-125, 2006.

KATZ, G.; COSTA, G. P. O adolescente e a família pós-moderna. In: **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 329-340, 1996.

KEHL, Maria Rita. Lugares do feminino e do masculino na família. In: **A criança na contemporaneidade e a psicanálise**, v. 1, 2001.

LASCH, Christopher. Refúgio num mundo sem coração. In: **A família: santuário ou instituição sitiada**, p. 139, 1991.

LACAN, Jacques. **O seminário: livro 16. De um outro ao Outro**. 1968/2008.

_____. **Os Complexos Familiares na Formação do Indivíduo-ensaio de análise de uma função em psicologia**. 1ª ed. 1984.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. **Vocabulário da Psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LAZZARINI, Eliana Rigotto. **Emergência do narcisismo na cultura e na clínica psicanalítica contemporânea: novos rumos, reiteradas questões**. 2006.

LEBOVICI, S. Diálogo Leticia Solis-Ponton e Serge Lebovici. In: **Ser pai, Ser mãe: Parentalidade: um desafio para o terceiro milênio**, p. 21-27, 2004.

LEBRUN, Jean-Pierre. **A perversão comum: viver juntos sem outro**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

_____. **Um mundo sem limite: ensaio para uma clínica psicanalítica do social**. Companhia de Freud, 2004.

LEVISKY, David Léo. **Adolescência: pelos caminhos da violência: a psicanálise na prática social**. Casa do Psicólogo, 1998.

LISONDO, Alicia Beatriz Dorado de. Na cultura do vazio, patologias do vazio. In: **Rev. Bras. Psicanálise**, v. 38, n. 2, p. 335-358, 2004.

_____. Os desafios da psicanálise ante as novas patologias: vazio mental e estados autísticos. In: **Revista Psicanálise**, v. 8, n.1, SBP de PA, Porto Alegre, 2006.

LOPES, Rita de Cássia Sobreira et al. O antes e o depois: expectativas e experiências de mães sobre o parto. In: **Psicologia: Reflexão e crítica**, v. 18, n. 2, p. 247-254, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista [1848]**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2002.

MELTZER D. **Identificação adesiva**. *Jornal de Psicanálise*: 1986.

MENEZES, J. E. X. Complexo de Édipo: versão psicológica do mito. In: **Revista Veritati**, ano II, nº 2, Salvador: 2002.

MOSMANN, C. **A qualidade conjugal e os estilos educativos parentais**. Porto Alegre. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

NICHOLS, Michael P.; SCHWARTZ, Richard C. **Terapia familiar: conceitos e métodos**. Artmed, 2007.

OUTEIRAL, José Ottoni. **Adulterar: a dor e o prazer de tornar-se adulto**. Rio de Janeiro: Revinter, 2008.

OUTEIRAL, José Ottoni. **Adolescer: Estudos Sobre Adolescência**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994.

PASSOS, Maria Consuelo. A constituição dos laços na família em tempos de individualismo. In: **Mental**, Barbacena, v. 5, n. 9, nov. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272007000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 fev. 2014.

PERFEITO, Hélvia Cristine Castro Silva. **Os impasses nas funções parentais: da clínica psicanalítica do precoce às transformações sócio-histórico-culturais**. 2007.

PICCINI, C. A.; GOMES, A. G.; MOREIRA, L. E.; LOPES, R. S. Expectativas e sentimentos da gestante em relação ao seu bebê. In: **Psicol. Teor. Pesq.**, 2004. V. 20(3), p. 223-32.

PIVA, Angela (org.). **Transmissão transgeracional e a clínica vincular**. São Paulo: Ed. Casa do Psicólogo, 2006.

POSTMAN, N. O. **Desaparecimento**. Editora Graphia: RJ, 1999.

PRIGOGINE, Ilya. **O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza**. Trad. de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: UNESP, 1996.

ROSA, Miriam Debieux; LACET, Cristine. A criança na contemporaneidade: entre saber e gozo. In: **Estilos da Clínica**, v. 17, n. 2, p. 359-372, 2012.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem**. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa et al. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Afrontamento, 1987.

SANTOS, L. A. R. **A criança, seu lugar na contemporaneidade e as implicações na clínica psicanalítica**, v. 2, 2005.

SAURET, M. J. **O infantil e a estrutura**. São Paulo, SP: Escola Brasileira de Psicanálise, 1998.

SILVA, M. L. D.; BECKER, P. S. H. A transmissão do não representado – o trabalho do negativo. In: **Transmissão Transgeracional e a Clínica**. Casa do Psicólogo, 2006.

SOIFER, Raquel. **Psicologia da gravidez, do parto e do puerpério**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1980.

SOLIS-PONTON, L. (Org.). **Ser pai, ser mãe**. Parentalidade: um desafio para o terceiro milênio. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

SMITH, J. A.; EATOUGH, V. Análise Fenomenológica Interpretativa. In: BREAKWELL, G.. Traduzido por Felipe Rangel Elizalde. **Métodos de Pesquisa em Psicologia**. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 322-339.

STERN, Daniel. **A constelação da maternidade: o panorama da psicoterapia pais/bebê**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

TEPERMAN, Daniela. **O exercício da parentalidade na contemporaneidade: um estudo sobre a transmissão**. Proceedings of the 7th Formação de Profissionais e a Criança-Sujeito, 2008.

_____. **Família, parentalidade e época:** um “nós” que não existe. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2012.

TESONE, Juan Eduardo. Inscrições transgeracionais no nome próprio. In: **Jornal de Psicanálise**, v. 42, n. 76, p. 137-157, 2009.

TRACHTENBERG, Ana Rosa Chait; CHEM, Vera Dolores Mainieri; DE MELLO, Vera Maria Homrich Pereira. **Transgeracionalidade de Escravo a Herdeiro**. Casa do Psicólogo, 2005.

VELUDO, C. M. B. (2009). **Narcisismo e função parental:** Incursões na clínica, teoria psicanalítica e literatura. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade de Brasília, Brasília, DF. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10482/3960>>. Acesso em: 02 fev. 2014

SOCERJ. Rio de Janeiro, **Socerj**, setembro/outubro de 2007, v. 20(5), p. 383-386.

VIEIRA, Josênia Antunes. **A identidade da mulher na modernidade**. 2005.

VOLTOLINI, Rinaldo. A educação como “fato inconveniente” para a psicanálise. In: **Proceedings of the 6th Psicanálise, Educação e Transmissão**. 2006.

VITORELLO, Márcia Aparecida. Família contemporânea e as funções parentais: há nela um ato de amor? In: **Psicologia da Educação**, n. 32, p. 7-24, 2011.

WAGNER, Adriana; PREDEBON, Juliana; FALCKE, Denise. Transgeracionalidade e educação: como se perpetua a família. In: **Como se perpetua a família**, p. 93-105, 2005.

WINNICOTT, Donald W. Preocupação materna primária. In: WINNICOTT, D. W. **Textos selecionados:** da pediatria à psicanálise. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

_____. **O ambiente e os processos de maturação**. Porto Alegre: Artmed, v. 8, 1983.

_____. As Bases para o si-mesmo no Corpo. In: WINNICOTT, D. W. (org.), (1965) **Explorações Psicanalíticas:** D.W. Winnicott. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1989.

_____.; CABRAL, Álvaro. **Criança e seu Mundo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

ZAGURY, Tania. **Sem padecer no paraíso:** em defesa dos pais ou sobre a tirania dos filhos. Record, 1997.

ZORNIG, Silvia Maria Abu-Jamra. Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade. In: **Tempo psicanalítico**, v. 42, n. 2, p. 453-470, 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Análise Fenomenológica Interpretativa do Vídeo

Notas da Pesquisadora	Transcrição do Vídeo: Notícia da Gravidez	Temas
<i>Nega à mãe a oportunidade de saber primeiro. Deseja que o pai saiba, e através dele, que a mãe saiba.</i>	Oi Mãe, boa? Eu quero falar é com meu pai, só que a senhora vai ficar aí, perto dele! Tá? Porque eu quero falar um negócio com você...	Prioriza o pai para dar a notícia
<i>Adia seu entusiasmo de contar para a mãe, reservando-o para o pai.</i>	Pai, você vai ser vovô! Vai ser avô... vovô! (risos) É verdade! Conta pra minha mãe aí! Põe no viva voz (risos). Pai, lembra... (interrompida)	Presenteia o pai
<i>Nota que a atenção está voltada para o pai e para o esposo. A mãe interrompe a conversa dela com o pai por ciúme, e ainda assim V. permanece entusiasmada, sem perceber o desapontamento da mãe.</i>	Oi mãe! (risos) Conte não mãe!!! Conte que eu estava achando. Lembra... (risos) Ah, não! O M. está aqui chorando! (risos) Perdeu, mãe!!	Mãe interrompe por ciúme Questiona não ter sabido primeiramente
<i>Apesar de persistir com a mãe sobre o fato de ninguém ter sabido antes, diz ter informado à irmã de que “estava achando”, assim como seu sobrinho também sabia.</i>	Mãe, deixa eu te contar. Toda vez que eu estou aí, eu brinco com o K. (o sobrinho) que tem nenê na minha barriga, e dessa vez eu nem falei nada e ele disse: “V., tem nenê dentro da sua barriga! Acredita?” (risos)	Atribui à gestação um caráter mágico.
<i>Justifica para mãe que todos souberam no mesmo dia, assegurando à ela um lugar de igualdade, descartando qualquer privilégio do pai e da irmã.</i> <i>Aponta o ciúme da mãe, para demonstrar o descontentamento.</i> <i>Confronta o ciúme da mãe, como se quisesse diminuí-lo.</i>	Mãe, eu fiquei sabendo hoje! Nossa mãe, a senhora está pensando só nisso?! Só nisso?! (seu companheiro pergunta o que está havendo e ela então responde). Ela está com ciúme porque eu falei pra minha irmã que eu achava... (e o filme foi interrompido)	Justifica para mãe Aponta o ciúme da mãe Confronta o ciúme da mãe

APÊNDICE B – Análise Fenomenológica Interpretativa da Entrevista

<i>Notas da Pesquisadora</i>	Extrato/ Entrevista	Temas Preliminares
<p><i>Independência: característica própria ressaltada por V.</i></p> <p><i>Casamento pós-moderno que une dois indivíduos que buscam satisfação.</i></p> <p><i>Frustração mediante planos interrompidos.</i></p> <p><i>Ambivalência da mãe diante da gravidez inesperada</i></p> <p><i>Filho = presente de Deus.</i></p> <p><i>Satisfação da família e do pai em relação à criança</i></p>	<p>P: Você sempre diz que foi muito independente, foi a primeira a sair de casa, comprar um apartamento, comprar um carro. Essa individualidade você lutou muito cedo pra tê-la, e a gente sabe que quando a gente se torna mãe, tem que abrir um pouco mão dela. Quando você recebeu a notícia de ser mãe, o que passou pela sua cabeça?</p> <p>1/V.: Eu tinha acabado de morar com o pai do meu filho. Eu queria planejar a gravidez, e eu fiquei grávida inesperadamente, prevenindo. No primeiro momento eu achei ruim, mas uns dois dias depois eu já estava feliz, querendo. Eu achei que era uma coisa de Deus mesmo, porque aconteceu tudo muito de pressa. Ah não, eu queria planejar! E aí o pai ficou muito feliz. Dizia que eu não podia fazer isso e que era pecado ficar falando que não queria. Mas depois meus pais ficaram super felizes.</p>	<p>Filho não é mais consequência natural do casamento, mas sim escolha.</p> <p>Ambivalência em relação à gestação</p> <p>Bebê estorvo X presente de Deus</p> <p>Avós ficaram felizes com a gravidez</p>
<p><i>Regressão psíquica/identificação com o bebê.</i></p> <p><i>Amor maior já experimentado.</i></p> <p><i>*Médico e a mãe (mais à frente) diz para acolher a criança.</i></p> <p><i>Mãe não reage como o “esperado”, e os médicos tentam estimulá-la.</i></p>	<p>P: E quando você viu o seu filho pela primeira vez? Como foi?</p> <p>2/V.: Nossa! (risos e lágrimas) Eu só chorei. Você sente que tudo que você ama no mundo fica em segundo plano. Quando você olha o seu filho de imediato, na hora, sabe? E o médico falou assim (risos): “Beija o seu filho! Você só fica chorando!” Na hora que ele me mostrou, eu estava deitada... E, a hora que eu ouvi o chorinho dele e o anestesista falou “oh, nasceu!”, aí eu dei um beijinho nele.</p>	<p>Identificação regressiva com o seu bebê</p> <p>Criança como “centro e âmago da criação”</p> <p>Passividade</p>

<p><i>Amor estranho=amor narcísico</i></p> <p><i>Percepção de mudança</i></p> <p><i>Saber X viver</i></p> <p><i>Genérico X singular</i></p> <p><i>Representações do bebê</i></p> <p><i>Riscos na gravidez</i></p> <p><i>Preocupações maternas primárias</i></p> <p><i>Ambivalência: regride ou enfrenta</i></p> <p><i>Ansiedade e desejo para ver o bebê nascer.</i></p>	<p>P: Quando você o pegou, o que sentiu?</p> <p>3/V.: A sensação é essa que eu te falei. É um amor estranho, que vai começar a ser construído. Só que você já sabe que vai começar um amor assim e não sabe explicar. Porque quando está na sua barriga, você ama, e tudo. Fica imaginando como ia ser a carinha. Porque ele ia nascer pré-maturo, com 34 semanas. Ao mesmo tempo eu estava preocupada com o que podia acontecer com ele. Mas ao mesmo tempo eu queria ver a carinha dele. Eu chorava e me preocupava pra ele nascer bem. Mas, mesmo assim, eu queria ver a carinha dele! Daí o médico falou assim que dava pra esperar porque recuperou o meu líquido. E eu fiquei muito feliz porque ele ia nascer na hora certa. Mas mesmo você sabendo que não vai nascer bem, você quer ver a carinha, apertar, beijar...</p>	<p>Criança como “centro e âmago da criação”</p> <p>Preocupação com a saúde do bebê</p>
<p><i>Contraposição do bebê imaginário/fantasmático/narcísico como o bebê real.</i></p> <p><i>Divergência entre bebê imaginado/real</i></p> <p><i>Irmã (recorrente em outros relatos na entrevista) sonha por ela e acerta as características do bebê.</i></p> <p><i>Parece supervalorizar a raça negra. Pode estar relacionado também ao fato de ser historiadora e manifestar-se em defesa da raça discriminada.</i></p>	<p>P: E como é que era essa carinha que você imaginava?</p> <p>4/V.: Eu não conseguia ver, igual tem gente que fala “sonhei com meu filho do jeitinho que ele nasceu”, mas eu nunca consegui ver uma carinha assim! Eu imaginava que ele seria mais pretinho e só (risos). O cabelinho eu imaginava que seria enroladinho. E na hora que eu vi bran-co! Sabe? (ênfatisa) E a minha irmã, que é a única branca e de olhos claros, tinha sonhado. Daí eu ficava postando no facebook “pretinho pretinho” e ela falou assim: V., seu filho não vai ser pretinho, ele vai ser branco. Eu sonhei com ele. E ele nasceu igual ela sonhou.</p>	<p>Bebê imaginário (pretinho e cabelo enrolado) X bebê branco</p> <p>Racionaliza suas expectativas (lógica da família)</p> <p>Irmã que sonha por ela</p> <p>Raça negra (herança): inscrição na família</p>

<p><i>Racionalização do desejo de ter um filho negro.</i></p> <p><i>Há na família pessoas brancas, e ainda assim ela parece surpresa com a cor do bebê.</i></p>	<p>P: E o pai? Como imaginava?</p> <p>5/V.: Não é que a gente queria que ele fosse assim, é porque era a lógica, né? Que a gente é moreninho, o pai dele e minha mãe são negros. E a mãe dele é branca, mas a gente ouvia que o negro que é dominante, que puxa (risos).</p>	<p>Racionaliza suas expectativas (lógica da ciência)</p> <p>Raça negra (herança): inscrição na família</p> <p>Questiona a ciência</p>
<p><i>Marido participativo.</i></p> <p><i>Melhoras no relacionamento conjugal.</i></p> <p><i>Filhos não faziam parte dos sonhos e planos.</i></p> <p><i>Casamento pós-moderno: união de duas pessoas afins.</i></p> <p><i>Novos sentimentos na relação familiar após o nascimento do filho.</i></p> <p><i>Reconhece e valoriza o pai de seu filho.</i></p> <p><i>Apoio familiar.</i></p> <p><i>Sentimento de segurança.</i></p>	<p>P: Como é que foram os primeiros dias com a presença do bebê?</p> <p>6/V.: Ele (pai) é muito presente, muito mesmo! Quando eu estava grávida, uma amiga minha disse: “filho acaba com casamento”, e não foi assim. O meu melhorou! Porque a gente foi morar junto e ficamos juntos muito rápido, e depois de 10 meses eu fiquei grávida, e aí que eu conheci ele. Porque a gente não era aquele casal que sonha em ter filho, igual muita gente. A gente se casou porque a gente se curti, se gostava, né? E não planejava tanto ter filhos. Depois que ele nasceu que a gente descobriu um amor diferente em nossas vidas. Foi quando eu fui perceber que ele era um paizão, muito presente. E minha mãe ficou com a gente mais de 1 mês, e a relação dele com minha mãe era muito boa. Eu me sentia muito protegida, sabe?</p>	<p>Paternidade participativa</p> <p>Questiona convenções</p> <p>Filho melhora relação conjugal</p> <p>Imediatismo</p> <p>Casamento por afinidade</p> <p>Filhos fora dos planos</p> <p>Melhoras nas relações familiares após a chegada do filho</p>
<p><i>Mãe (da mãe) como referência do que fazer e não fazer.</i></p>	<p>P: O exercício da paternidade, o jeito de você ser mãe e do M. ser pai, é uma coisa puramente de vocês, ou é algo já carregado, das lembranças de vocês, de quando vocês eram filhos e tinham seus pais. Como vocês entendem?</p> <p>8/V.: Eu tenho muita coisa da minha mãe, assim, esse cuidado. Mas tem coisas assim que</p>	<p>Percebe muito da mãe em si</p>

<p><i>Reflexão sobre sua história de vida e a falta.</i></p> <p><i>Desejo de não repetir o que ela considera como falho na sua criação.</i></p> <p><i>Reflexão acerca da dificuldade de relacionamento do seu esposo com o próprio pai.</i></p> <p><i>A mãe que cuida.</i></p> <p><i>Reconhece no marido o desejo agir diferente de seu pai.</i></p>	<p>eu não quero fazer. Eu quero prestar mais atenção nele, uma coisa que eu não tive, porque eu era filha do meio, sabe? Eu quero que ele seja independente, mas eu quero ser mais presente! E o M. também, porque ele não teve uma relação muito boa com o pai, que era muito ausente. A mãe que cuidou dele, sabe? Ele tenta não ser como o pai dele. Então, muita coisa é nossa mesmo, só que tem muita coisa que a gente não quer que seja como fomos criados.</p>	<p>Reivindica o olhar que lhe faltou na infância</p> <p>Projeta no filho sua característica (independente)</p> <p>Deseja ser mais presente (diferente de sua mãe)</p> <p>Posiciona-se como elo geracional</p> <p>Pai deseja ser presente (diferente do pai)</p>
<p><i>Exigência ponderada em relação à parentalidade.</i></p>	<p>P: E dá para ter controle sobre isso?</p> <p>9/V.: Não tem como você ficar pensando em todos os lados que você vai ter, não é?</p>	<p>Reconhece limitações e possíveis falhas</p>
<p><i>Reflexão acerca da história infantil do marido influenciando a parentalidade.</i></p>	<p>P: Vocês já se pegaram fazendo coisas que seus pais faziam e que vocês não queriam fazer?</p> <p>10/V.: Já! Igual, às vezes o M. é muito rude com o nenê, só que depois ele para pra pensar. Mas é porque já é um reflexo do que ele sofria, não é?</p>	<p>Pai repete comportamento do seu pai</p>
<p><i>Percebe que o esposo repete os comportamentos do próprio pai.</i></p> <p><i>Reconhece discurso do marido em discordância</i></p>	<p>P: Mas ser rude não é algo natural do M.? Como é isso?</p> <p>11/V.: Não. Só que o pai dele era com ele. Mas ele tenta evitar, sabe? Às vezes ele fala assim: “menino que tem que seguir a gente, não é a gente que tem que seguir menino não. Ah! Eu vou mudar minha sala por quê? Por causa de menino? Só que quando você vê, ele</p>	<p>Pai repete comportamentos do seu pai</p> <p>Tem como ideal o pai que não deve ceder,</p>

<p><i>com as atitudes.</i></p> <p><i>Reconhece o mandato intergeracional.</i></p> <p><i>Posiciona-se como ego-auxiliar do esposo.</i></p> <p><i>Passagem ao ato do pai.</i></p> <p><i>Reflete sobre a repetição do esposo.</i></p> <p><i>Autopercepção.</i></p> <p><i>Expressa equilíbrio sobre seus atos.</i></p> <p><i>Mecanismo de Negação? (comentários sobre as atitudes em relação aos cuidados ou excessos).</i></p>	<p>já mudou e o menino já tomou conta. Nas atitudes ele deixa. Só que na cabeça dele ele diz: “Ah, que filho meu eu não vou ficar obedecendo não, ele que tem que me obedecer!”. Aí eu falo: “Mas você tem que perceber porque ele é nenêzinho!”</p> <p>12/V.: Uma vez a noite ele chorou, porque ele quase não chora a noite. Daí ele falou assim: “Deixa sua mãe dormir, Chico!” (risos) E o menino tinha 3 meses...(risos) Só que nas atitudes mesmo, no fim das contas, ele acaba fazendo. E tem que pôr na cabeça dele que ele não precisa ser rude assim porque foram rudes com ele...</p> <p>13/V.: Eu sou tranquila: não tenho cuidado em excesso, mas eu tenho cuidado. Eu não fico pensando que vai acontecer coisa ruim nele, a gente tem uma babá que a gente confia.</p>	<p>porém cede.</p> <p>Mãe ego-auxiliar do marido/pai</p> <p>História: o marido que atua como o pai (rude)</p> <p>Pai repete comportamento do seu pai</p> <p>História: o marido que discute com o bebê (incoerência)</p> <p>Reflete sobre o marido repetir o comportamento do pai</p> <p>Ansiedade materna controlada</p>
<p><i>Mudanças positivas na família do esposo com o nascimento do filho.</i></p> <p><i>O encorajamento dos cunhados (irmãos do esposo) para enfrentar a paternidade.</i></p> <p><i>Seu filho amado pelo cunhado (irmão do esposo).</i></p> <p><i>Nutre o narcisismo da família.</i></p> <p><i>O filho que influencia a união da família do esposo.</i></p> <p><i>Em contrapartida, não</i></p>	<p>P: A relação com a família mudou?</p> <p>14/V.: Nossa! A família está muito mais unida. Eles vão lá em casa, antes não iam. Já estão querendo ter filhos. O irmão dele tinha medo de ser pai, e agora ele disse que está mais tranquilo. A mulher dele parou até de tomar remédio. Esses dias o irmão dele ligou dizendo que ia lá em casa, daí, quando ele desligou o telefone, disse que nem ia contar que o Chico não está aqui, porque se não eles não viriam. Daí eles já chegaram procurando o Chico e viram que ele não estava. E o M. falou pra eles: “Eu não falei não porque se não vocês não viriam!” Mudou mais a relação deles com os irmãos deles do que na minha. Ele só tem irmão homem, e eu só tenho irmã mulher...</p> <p>15/V.: Na minha não mudou muito não! A vizinha disse: “Nossa V., eu não vejo as meninas empolgadas, igual eu imaginava”!</p>	<p>O bebê que trouxe união</p> <p>O bebê despertou nos tios o desejo de serem pais</p> <p>O bebê amado pelo tio (irmão do pai)</p> <p>Indiferença sobre as</p>

<i>percebe mudanças comportamento das irmãs.</i>	Quando vem, trata bem, acha bom, mas não mudou por causa disso. Nem pra melhor nem pra pior.	mudanças na sua família
<i>O filho amado pelos amigos por ser extensão dela.</i> <i>Percebe, no filho, as características facilitadoras desse amor.</i>	P: Como você percebe que as pessoas percebem o seu filho? Como ele é recebido? 16/V.: Os nossos amigos ficaram surpresos de sermos pais. Até quando a gente está em algum lugar cuidando, eles falam: “Nossa, a V. mãe?!” Nem imaginavam! (risos) Todo mundo já ama só de saber que é filho. Quando você tem um amigo que tem um filho, você já começa a amar, né? E o Chico é muito bonzinho, atencioso, muito fácil de lidar!!!	Mulher contemporânea destituída da maternidade Filho extensão de si Bebê atencioso
<i>Acredita que seu filho é diferente de outras crianças.</i> <i>Atribui as características da criança à condição inata.</i>	P: Você achava que ele seria assim? 17/V.: Não achava!!! Achava que ele seria igual a uma criança que chora e que fica querendo a mãe toda hora! E desde dois e três meses ele é assim. Ele é um menino que todo mundo quer ficar com ele, porque ele é muito atencioso (risos).	Bebê independente Bebê superdotado Bebê atencioso Bebê interativo
	P: Me conta aquela história do Chico que se interagia com as moças do bar. 18/V.: Ah! A gente estava no espetinho jantando, e ele ficava observando duas moças conversando, e ele fica ali olhando. E as moças riam, e ele também ria (risos). Elas riam toda hora, na conversa, e ele ria junto (risos). Ele gosta de muita gente! Tem menino que fica nervoso com muita gente. Ele é ao contrário...	
<i>Mãe descreve o filho, nos primeiros meses de vida, como se fosse uma criança mais desenvolvida, capaz de interagir com a TV.</i>	P: Uma vez você comentou uma história de quando ele era bem bebezinho e que você acordou e fingia que ainda estava dormindo e ele ficava quietinho... Como foi mesmo? 19/V.: Na minha licença, a gente estava junto	Percebe seu ato-

<p><i>Logo escuta sua própria fala e corrige.</i></p> <p><i>Na maioria dos seus relatos, o bebê tem comportamentos correspondentes de um bebê de idade mais avançada.</i></p> <p><i>Interpreta o comportamento do filho como de quem não deseja incomodar.</i></p> <p><i>Percebe que o filho se ajusta ao ambiente.</i></p>	<p>vendo TV e tal (risos)... Eu vendo TV com ele, né? (corrige) Daí eu ia deitar, queria dormir à tarde, e eu colocava ele do meu lado. Daí ele acordava, e via que eu estava dormindo, ele tentava dormir (risos) não sei, sabe? Ele não chorava! Porque ele tinha 2, 3 meses. Porque o normal de criança é espernear, né? E aí ele ficava lá quietinho, tentando dormir de novo. E sempre foi assim! Ele não acorda a noite... Daí, hoje, ele dormiu lá com minha mãe, e se minha mãe não mexesse com ele, ele dormiria de novo. Se fosse comigo, ele acordaria, daria uma olhadinha assim, e dormia de novo.</p>	<p>falho, mas o repete.</p> <p>Bebê atencioso</p> <p>Bebê independente</p> <p>Bebê capaz de se ajustar à mãe</p> <p>Bebê que se adapta ao meio</p>
<p><i>Reconhece muitas competências de seu bebê.</i></p> <p><i>Percebe que seu bebê responde às mudanças melhores que ela.</i></p> <p><i>Distingui o que pertence a ela e o que pertence ao filho.</i></p> <p><i>Reconhece sua ansiedade. Distingui suas fantasias com a realidade</i></p>	<p>P: E como é que foi o desmame?</p> <p>20/V.: Nossa, eu fiquei até com vergonha assim... de tanto que ele é agradecido! Mas não é vergonha a palavra... Porque eu pensava que ele ia sofrer muito, porque eu que sofri mais que ele. Porque ele pegou a mamadeira muito fácil, sabe? Porque eu colocava a mamadeira bem perto do peito, sabe? E ele nem procurava peito. E aí eu pensava assim, porque às vezes ele dormia no peito, né? Daí, quando ele parou de mamar, eu dava mamadeira e ele ficava satisfeito. Daí eu pegava ele no colo e ele dormia. Eu é que ficava pensando que ele poderia sofrer.</p>	<p>Bebê que se adapta à realidade</p> <p>Bebê agradecido</p> <p>Confronta suas fantasias com a realidade</p> <p>Faz distinção entre ela e o bebê</p> <p>Bebê satisfeito</p> <p>Mãe se ajusta às necessidades do bebê</p>
<p><i>Mãe projeta sua gratidão na criança.</i></p> <p><i>Percebe seu filho independente. (Projeção? Identificação?)</i></p>	<p>P: E o que passava pela sua cabeça?</p> <p>21/V.: Gente, esse menino é um anjo! Como que pode, né? Muito agradecido, sabe? Muito fácil de lidar, né? Porque ele é muito novinho, né? Daí passa um monte de coisas na cabeça de porque o meu filho é assim, e o filho da</p>	<p>Bebê “anjo”</p> <p>Bebê independente</p> <p>Questiona a onipotência materna</p>

<p><i>Percebe o filho diferente e mais desenvolvido do que as crianças da mesma idade.</i></p> <p><i>Questiona o apego do filho em relação a ela, mas logo completa de forma a corroborar a hipótese.</i></p>	<p>outra é tão dependente! Claro que eu fico feliz, mas ele não é um menino comum... Não é porque é meu filho, mas ele é diferente dos outros! Não sei se quando ele virar criança, com dois, três anos, ele vai parecer mais criança, da idade dele. Mas agora ele é muito pra frente! Eu já até te falei né? Ele fica tão normal com todo mundo, parece que ele nem precisa de mim! (risos) Mas ele me pedi... (pausa) ele sabe onde é o porto dele, né?</p>	<p>Bebê seguro</p> <p>Ressignifica o desprendimento do filho a ela.</p> <p>O bebê que parentaliza</p>
<p><i>Percebe que o filho não trouxe mudanças significativas na rotina.</i></p> <p><i>Acredita que a única mudança que ela reconhece ocorrer está mais relacionada às preocupações maternas, do que, de fato, com as exigências do filho.</i></p>	<p>P: Mudou a rotina de vocês?</p> <p>22/V.: Mudou, né? Não mudou muito porque todo o lugar que a gente vai ele fica tranquilo. Essa questão de sair à noite e deixar ele com os outros, eu não deixo! Eu tenho medo de deixar ele dormir com os outros. Mudou isso: se for pra gente sair à noite, e tiver que deixar ele com alguém, eu não deixo. Mas acho que ele ficaria tranquilo!</p>	<p>Nega mudanças</p> <p>Bebê que se adapta ao meio</p> <p>Medo de o filho não ser bem cuidado</p> <p>Racionalização do medo</p> <p>Prevê o comportamento do bebê</p>
<p><i>Preocupação primária materna.</i></p> <p><i>Expectativa realista em relação ao seu bebê.</i></p> <p><i>Sua mãe cuida do netinho à noite, mas ela não a distinguiu como “outros”, ou seja, como um terceiro que cuide de seu bebê, além dela mesma. (Identificação com a mãe?)</i></p> <p><i>Diz não deixar seu bebê com os outros, mas parece se preparar para tal conduta, pois com a babá ela está certa que ele</i></p>	<p>P: E qual é o seu medo?</p> <p>23/V.: De não cuidar direito, de dar mamadeira e não deixar ele deitado certinho, de alguém maltratar se ele não quiser dormir! E também é uma surpresa a criança! Pode ser que ele fique com alguém e ele não goste. Lá em casa ele não chora pra dormir, mas pode ser que ele não goste. Antes ele só tinha ficado com minha mãe. A única pessoa que ficou com ele além da minha mãe é a babá dele. Mas ele é tranquilo lá na casa da babá!</p>	<p>Reconhece imprevisibilidade</p> <p>Preocupações maternas</p> <p>Expectativa realista em relação ao bebê</p>

<p><i>ficará tranquilo.</i></p> <p><i>Relata expectativas que assegure, ao filho, relativa liberdade.</i></p> <p><i>Receia a repetição do sintoma familiar (alcoolismo).</i></p> <p><i>Receia a passividade do filho.</i></p>		
<p><i>As expectativas em relação ao futuro do filho consideram os reais fatores de influência.</i></p> <p><i>Portanto, o medo de herdar o alcoolismo do pai e dos avós é um fator real de considerável importância, o que despertam medos e receios; cujo primeiro passo, para que não se torne patogênico, é o reconhecimento de sua existência para uma possível elaboração.</i></p> <p><i>Experiência infantil refletida na atitude da mãe para com o futuro da criança.</i></p> <p><i>Deseja oferecer ao filho o que não teve na infância.</i></p>	<p>P: Vocês têm alguma expectativa em relação ao que ele vai ser, de como ele vai ser?</p> <p>24/V.: Ah, eu quero que ele seja feliz, que ele estude! Que ele escolha o que ele vai ser! A gente tem alguns medinhos dele herdar o alcoolismo do pai (risos) do avô. Mas eu acho que cada pessoa é única mesmo, que cada um veio com uma missão que tem que cumprir, né? Mas eu vou acompanhar, vou aprovar as escolhas boas, e vou interferir nas escolhas ruins. Acho que não tem muita fórmula não (risos). E vou brigar também quando ele não fizer escolhas, se ele ficar só na boa... deixando a maré levar! Daí eu vou falar: você não vai escolher nada e querer nada não?</p> <p>25/V.: Eu já fico pensando no que ele vai ler (risos). Eu já estou pensando, porque quando eu era criança, a gente não tinha dinheiro, né? Aí o irmão da minha amiga colecionava gibi. Toda a tarde eu ia pra casa dela pra ler gibi, aquela pilha de gibi! Aí eu já estou pensando que eu já vou comprar gibi pra ir colecionando, pra ele gostar de ler.</p>	<p>Receia que o filho herde o alcoolismo da família</p> <p>Reconhece a singularidade dos seres humanos, logo do filho.</p> <p>Avalia sua função como mediadora</p> <p>Concepção de criação desprovida de fórmulas que garanta acertos.</p> <p>Projeta sua passividade do filho</p> <p>Deseja estimular o filho (porque não foi estimulada)</p> <p>Projeta seu desejo infantil no filho (gibi)</p>
<p><i>Pretende que o filho descubra seus desejos, mas descreve ações de</i></p>	<p>26/P: Então você acredita que ele vai gostar de ler gibi?</p>	

<p><i>sugestão e influência de seu próprio desejo.</i></p> <p><i>Reconhece seu desejo de influenciar o filho com o que ela julga ser bom (ato-falho), porém, reage ao se escutar, tenta reparar a falha, mas persiste no discurso sugestionar, contrapondo seu ideal de liberdade.</i></p> <p><i>Contradição no discurso libertário</i></p>	<p>V.: Eu vou colocar as coisas pra ele, pra mostrar pra ele... pra ele descobrir! Não... Descobrir não, né? Porque eu já estou mostrando, né? Descobrir se gosta, se ele vai gostar. Daí eu vou colocar ele pra fazer atividade física pra ver se ele gosta. Mostrar atividade pra ele, desde criança, pra já ir trabalhando a cabecinha dele (risos).</p>	<p>Ato-falho (ideal de liberdade X real controle)</p> <p>O desejo infantil projetado no filho (atividade física)</p>
<p><i>Revela sua passividade na infância e na adolescência, a qual teme que o filho também seja acometido.</i></p> <p><i>Novamente sua infância refletida na relação com o filho.</i></p> <p><i>O trabalho possibilitou a realização de um desejo infantil, porém, frustrou-se por não encontrar o mesmo entusiasmo de quando era criança.</i></p> <p><i>Deseja retificar seu passado – sonhos e desejos infantis interrompidos - na história de seu filho.</i></p>	<p>27/P: E você faz atividade física?</p> <p>V.: Então (pausa) eu fui fazer depois de 30 anos. (pausa) Porque eu cresci nessa passividade, né? Nem passava pela cabeça dos meus pais isso, até porque ele também não tinha dinheiro. Aí, muita coisa eu pensava em fazer, mas nem falava pro meu pai nem pra minha mãe, porque eu sabia que eles não iam poder.</p> <p>28/V.: Eu sempre quis ter um violão, e aí eu fui ter um violão depois que eu fui trabalhar. E eu já tinha perdido a vontade. Mas eu tinha que comprar um violão porque quando eu era pequena eu queria tanto um violão. Daí eu comprei e nem entrei na aula. Mas se naquela época eu tivesse alguém que tivesse feito isso, eu teria desenvolvido, né? E tem coisa de quando você era criança você quer tanto, e quando você cresce já não é a mesma emoção, o mesmo desejo, não é?</p>	<p>Racionaliza sua passividade na infância</p> <p>Projeta oportunidades privadas na infância (atividade física)</p> <p>História infantil influenciando a prática parental</p> <p>Deseja poupar o filho das privações que sofrera</p> <p>Esperança de reparar suas frustrações</p>
<p><i>Passe = transmite</i></p> <p><i>Deseja oferecer o que não teve, ou seja, o</i></p>	<p>P: Daí você vai oferecer pro Chico?</p> <p>29/V.: É... Eu quero que passe, às vezes...(risos). Eu vou tentar perceber e perguntar quando ele olhar diferente. “Você gosta, meu filho? Você quer fazer?”</p>	<p>Racionaliza suas projeções</p> <p>Remete ao olhar que</p>

<i>olhar/atenção de seus pais.</i>		lhe faltou
<p><i>Identifica tanto nela quanto no marido a característica “tranquilo”, igual à característica mais destacada do filho.</i></p> <p><i>Deseja educar em parceria com o pai.</i></p> <p><i>Deseja educar o filho preservando a autoridade tanto do pai quanto da mãe/ coerência na educação.</i></p> <p><i>Faz associação com referências externas a ela.</i></p>	<p>P: Você acha que a forma de educar o seu filho, a forma que você acredita ser a melhor, que te faz sentir bem em fazer, coincide com a forma do pai também educar?</p> <p>30/V.: Até então sim. Eu e o M., a gente tem muito de diferente, mas a gente é parecido, né? (risos) A gente é tranquilo. Não sei! A gente não fica criando conflito onde não existe. Tenta levar uma vida tranquila. A gente quer passar isso pra ele, às vezes é por isso que ele é tranquilo! Eu acho que a gente se encontra sim... A gente conversa muito, por exemplo, quando o Chico crescer, se eu for falar alguma coisa pra ele, chamar a atenção dele, mesmo que o M. não concorde, ele não vai se intrometer naquele momento. E eu também... Quando ele achar que o Chico fez alguma coisa errada e ele for conversar do jeito dele, eu não interferir na hora, pra ele não perder a autoridade com ele, e nem eu com ele. E depois a gente conversar, mas não perto da criança, porque senão ele não vai respeitar nem eu nem o pai.</p> <p>31/V.: Eu já vi muito pai interferir a mãe na frente do filho, daí a mãe vira uma bruxa e vai achar o pai bonzinho. Daí o menino não respeita quem desautorizou a mãe, que é o pai bonzinho, e nem a mãe que é a brava. [...] E aí eu penso que dessa forma ele vai respeitar os dois...</p>	<p>Dialogar, educar em concordância</p> <p>Negação dos conflitos</p> <p>Pais compartilham do mesmo ideal de criação</p> <p>Identificação com o esposo e com filho</p> <p>Pais têm que educar em concordância</p> <p>Preservar autoridade de ambos</p> <p>História alheia de desautorização</p>
<p><i>Confronto do discurso e pressupostos anteriores.</i></p>	<p>P: E se algum momento você presenciar o pai fazendo algo, como você já disse que muitas vezes a gente faz algo que nem percebe que está fazendo. Coisas que a gente taxa como errada, e de repente a gente faz. E se algum momento você vê isso acontecer, você acredita que vai ministrar muito bem essa não interrupção. Por exemplo, você fala assim que o M. não é bruto, mas que em algum momento ele é acometido de uma brutalidade que nem</p>	

<p><i>Racionalização do acordo de “não desautorizar”.</i></p> <p><i>Considero essa “reflexão” como mecanismo de defesa por não ter sido reavaliada.</i></p> <p><i>V. simplesmente aceita a interpretação em função de uma única possibilidade (de embriaguez do marido), que entra em discordância com o discurso apresentado de jamais desautorizar um ao outro na frente do filho.</i></p>	<p>pertence a ele. E se algum momento ele se manifestar bruto demais, você acredita que vai dar esse espaço pra ele manifestar do jeito que ele quiser? Mesmo sabendo que é algo que não pertence a ele. Ou mesmo sabendo que é algo como, por exemplo, que está sob o efeito de álcool, como você mesma disse que ele gosta de beber com frequência. Mesmo assim você não vai interromper na educação que ele está dando? O que você pensa sobre isso?</p> <p>32/V.: Se eu achar que ele está muito errado...? Porque também ele pode cometer injustiça grave, né? Se ele tiver bebido, aí sim... Aí é outra situação!</p>	<p>Racionaliza abrindo excedentes do acordo base da criação.</p>
<p><i>É retomada uma história relatada por V., antes da entrevista. Mas eu me referia à história da amiga da mãe que era parecida com essa história.</i></p> <p><i>V. associou a história de outra mãe com a sua.</i></p> <p><i>Parece se incomodar com a história</i></p>	<p>P: Então se torna um acordo flexível nesse sentido. Inclusive, você comentou, outra vez, sobre uma situação que você achava um absurdo... Lembra?</p> <p>33/V.: Lembro. Que ele não queria ir embora da festa e eu queria, e ele ficou tomando cerveja, daí eu coloquei o nenê no braço dele e falei “Vamos embora! Você não quer ir embora não? Então vai cuidar!”. Mas eu me arrependi porque eu achei isso de mulherzinha... Aí eu fiz igual.</p>	<p>Passagem ao ato da mãe</p> <p>Juízo de condenação</p> <p>Arrependimento (?)</p>
	<p>P: Você disse que foi parecido com uma experiência que você já viu acontecer. Qual</p>	

<p><i>Faz associação com a história alheia.</i></p> <p><i>Confronta a realidade com o ideal de conduta pai/mãe acordado com o esposo.</i></p> <p><i>Reconhece a falha e a encara com senso crítico.</i></p> <p><i>Censura sua atitude e cogita as possibilidades de falhas = “cegueiras”.</i></p>	<p>era?</p> <p>34/V.: É que minha mãe contou da amiga dela. O marido dela não queria ir embora do bar, daí ela ia lá e colocava o bebê na mesa de sinuca e ia embora... E isso horróroso! Só que eu não pensei muito, porque estava com raiva. Eu achei que ele estava se achando um gatinho: “Ah, ela está cuidando e eu vou ficar aqui de boa!” só que ele é muito responsável! Só que naquela hora eu fiquei cega de raiva, né? Esses momentos de cegueira que a gente faz as coisas que a gente acha feio, que não faria...</p>	<p>Narrativa com associação</p> <p>Identificação com a mãe impulsiva</p> <p>Intelectualização: justifica a cegueira parental superficialmente sem associação.</p>
<p><i>Identifica incoerência</i></p>	<p>P: Então você acha que os pais têm uma cegueira. E você sabe de onde vêm essas atitudes?</p> <p>35/V.: De nervoso, né? Falta de refletir sobre o que você está fazendo. Só que eu quero melhorar... Quando eu fico com raiva, eu fico com muita raiva! Mas passa rápido!</p>	<p>Intelectualização: justifica a cegueira parental superficialmente sem associação.</p> <p>Impulsividade</p>
<p><i>Autopercepção.</i></p> <p><i>Autoconhecimento.</i></p> <p><i>De “tranquilo” para “muita raiva”</i></p> <p><i>Tornar-se adulto para tornar-se mãe</i></p> <p><i>Confrontando suas autopercepções.</i></p>	<p>P: Então faz parte de você? Às vezes ter uma atitude impulsiva e de repente você tenta retomar e falar: “nossa!”. Não ia ser diferente você sendo mãe, é isso? Porque você continua sendo a mesma?</p> <p>36/V.: Depois que eu tive filho eu começo a pensar mais sobre isso. Sobre esses impulsos. Se fosse antes eu brigaria mais com M.. Se não tivesse ele (o filho), eu teria brigado mais, mas como eu tenho ele, eu não briguei. Então eu já estou melhorando um pouco (risos), apesar de ainda ter de melhorar muito.</p> <p>37/V.: Até não beber cerveja mais, não ir nos mesmos lugares, brigar menos com ele, até com minha família e com minhas irmãs por causa dele. Porque eu penso sempre em ser um</p>	<p>Pensa mais antes de agir</p> <p>Maior autocontrole</p> <p>Mudança na rotina em prol da maternidade</p> <p>Preocupa-se com o que transmitir</p>

	<p>bom exemplo agora. Se você é exemplo o filho já faz tanta coisa errada, imagina se não for? Porque não é só o exemplo que educa, mas ele é um fator grande (risos).</p>	<p>Deseja ser bom exemplo para o filho</p>
<p><i>A maternidade que provoca desejo de melhoras e de mudança.</i></p> <p><i>Embora inicialmente não perceba mudanças na rotina, agora já identifica: mudança de ambiente, de hábitos, nas relações com seus familiares.</i></p> <p><i>Destaca o “bom exemplo” em casa como fator importante na educação.</i></p> <p><i>Reflete sobre a repercussão de seus atos.</i></p> <p><i>Narra exemplo que toma como referência.</i></p> <p><i>Reflete a partir da história do outro e revela o desejo de não envergonhar o filho em relação à sua história e de seus atos.</i></p> <p><i>Percebe ideal de criação, dela e do esposo, que se converge.</i></p> <p><i>Envergonhar o filho =</i></p>	<p>P: Mesmo porque você tem uma percepção que o Chico recebe muito bem as coisas. Então você toma cuidado com o que você repassa para ele, é isso? Você diz que ele se adapta a tudo que você tem colocado. Daí você tomar cuidado porque ele pode naturalizar, é isso?</p> <p>38/V.: É, quando ele tiver maiorzinho entendendo as coisas, eu não quero nunca que aconteça isso de eu ir lá e colocar ele com o pai, né?</p> <p>39/V.: [...] Uma amiga minha foi mãe solteira. Ela sempre foi muito ponderada e aí o filho dela entrou na faculdade, daí a gente ficou conversando, até comemorando, e a gente estava bebendo cerveja e ela ficou meio de fogo e falou assim: V., a minha vida inteira eu quis me comportar de uma forma que o meu filho não se envergonhasse de mim (se emociona) Eu choro atoa... (risos) achei tão bonito, sabe? Ela disse que a vida inteira foi de sacrifício. Disse: “eu sempre pensei que eu queria viver de um jeito que ele nunca sentiria vergonha de mim...” (emociona). E eu acho que M. também pensa assim... Porque a relação dele com o pai não foi boa, ele não gosta do pai. Aí ele pensa que quer ser um bom pai pro filho dele nunca sentir essas coisas em relação a ele, as coisas que ele sente em relação ao pai...</p>	<p>Não pode falhar diante de um filho que já entende as coisas.</p> <p>História alheia: identifica-se com a mãe que não quer envergonhar o filho</p> <p>Pai deseja ser bom para o filho não sentir o mesmo que ele sente pelo pai</p>

<i>não ser amado pelo filho.</i>		
<i>O pai não deseja ser esquecido, pois experimentaria a morte, nesse sentido. Tal como o fez com o pai, no período em que aguardava seu filho e o “esqueceu”.</i>	<p>P: Ele fala isso? Como?</p> <p>40/V.: Ele se esqueceu do aniversário do pai. Eu estava grávida ainda. Aí ele falou: “eu quero ser um pai tão bom porque se o Chico esquecer o meu aniversário, eu morro” (se emociona).</p>	<p>Pai lembrado = pai bom e pai esquecido = pai ruim</p> <p>Pai não quer ser esquecido assim como esqueceu seu pai</p> <p>História do marido que esquece o pai e nomeia esse ato-falho como um assassinato</p>
<i>Contrapõe sua conduta profissional (de educadora) com a sua de mãe.</i>	<p>P: Com a experiência que você tem de vida, com a experiência profissional, com o conhecimento intelectual... O que você acha que tem que transmitira para o seu filho? O que vocêalaria ou faria para o seu filho? Para ele ser feliz? Igual você já falou que deseja para ele.</p> <p>41/V.: Eu acho que eu não vou ser muito permissiva. Até certa idade o filho tem que ter uma base e falar mesmo o que é certo e o que é errado. Porque eu não tinha filhos, eu permitia as coisas nos outros, mas agora é diferente com meu filho. Igual eu vejo os meus alunos que se são rebeldes, eu vejo que eles têm problemas justamente por causa dessa permissividade dos pais, né? Então! Eu sou permissiva com meus alunos, porque eles não são meus filhos, (risos) não é? Mas com meu filho, eu não quero ser permissiva assim!</p>	<p>Oferece base de certo ou errado</p> <p>Racionaliza seu comportamento permissivo</p> <p>Responsabilidade</p> <p>História dos alunos rebeldes por terem pais permissivos</p>
<i>É incisiva quanto à conduta que espera não ter com seu filho.</i>	<p>P: Então, algo que você acredita ser importante para transmitir para ele é o não?</p> <p>42/V.: É o não, na hora certa! Tipo, eu quero que ele tenha as escolhas dele, incentivar as boas, mostrar algumas boas e reprimir as ruins e as não escolhas, né? Eu não quero ser</p>	<p>Impor limite</p> <p>Estimular coisas boas</p>

<p><i>Deseja colocar limites na hora certa, dando a liberdade que ele necessita para fazer suas próprias escolhas.</i></p>	<p>permissiva assim com eles... Não ficar negociando, por exemplo: Ah, se você passar de ano você vai ganhar isso. Não! Ele tem que passar de ano porque tem que passar! Sabe?</p> <p>43/V.: [...] Eu percebi isso com meu sobrinho. Ele me respeita mais do que todo mundo lá de casa. Ele vê uma amizade em mim, mas ele tem respeito. Por exemplo: minha irmã falava assim pra ele: “K., vai tomar banho que a V. vai sair com você de carro!” Daí eu dizia: Eu não vou! Você vai tomar banho porque você tem que tomar! (risos) E ele vai tomar banho! A mãe dele tem que mandar umas três vezes ele tomar banho. E eu estava deitada no sofá. Eu só falei: “K. vai tomar banho pra você ir pra escola!” e ele foi.</p>	<p>e repreender as ruins</p> <p>Não ser permissiva</p> <p>Não negociar com filho</p> <p>Estabelece regras</p> <p>Constrói relação de amizade e respeito</p> <p>História da irmã que não consegue construir com o filho, relação de respeito e a amizade que ela construiu com o mesmo.</p>
<p><i>Muitas referências do que NÃO fazer.</i></p> <p><i>Se sente responsável pelo sobrinho e “treina” com ele a parentalidade numa relação transferência/contratransferência.</i></p> <p><i>Pontua a amizade e respeito como elementos importantes na criação.</i></p> <p><i>Narra a maternidade alheia.</i></p> <p><i>Questiona a falta de autoridade da mãe.</i></p>	<p>P: Porque você acha que funciona?</p> <p>44/V.: Porque eu criei isso... Ele foi vindo como que eu era. Parece que eu treinei um pouco ele. Porque eu também sinto ele um pouco minha responsabilidade. Ele é meu sobrinho. Igual eu falei, eu posso ser permissiva com os outros porque eles têm o pai e a mãe pra chamar na regulagem (risos). Entendeu?</p> <p>45/V.: Já com meu sobrinho ele sabe que comigo ele pode brincar, mas na hora de fazer as coisas, ele respeita. Eu quero assim também com meu filho. Aí, quando eu mandei ele ir tomar banho, a mãe dele não estava em casa. Quando ela chegou, ele estava prontinho. Daí ela veio me contar (risos) que ele disse: “ai mãe, a V. me mandou tomar banho. E ela é brava, mãe!” e eu nem tinha sido. Eu mandei uma vez e ele foi. É porque ele já viu a nossa convivência.</p>	<p>Relação transferencial com o sobrinho, seguida de associação.</p> <p>História da sua relação com o sobrinho associada à experiência e o exercício parental.</p> <p>Pais não permissivos</p> <p>História da sua relação com o sobrinho associada ao exercício parental.</p> <p>Atribui sentido à experiência</p>

<p><i>Atribui as regras e a educação exclusivamente à filiação, mas mesmo fora dela ela exerce essa função com o sobrinho. Justo porque ela vive a experiência parental com ele.</i></p> <p><i>Justifica o fato de impor regras ao sobrinho mesmo não sendo mãe dele. Talvez com intuito de explicar a permissividade dela na relação com seus alunos.</i></p> <p><i>Ela não se sente responsável por eles – diferente com o que ocorre com o sobrinho. A motivação maior desta justificativa é a incoerência, a qual ela elege como fator determinante para a problemática das relações interpessoais.</i></p>		
<p><i>Reflexão sobre a educação.</i></p> <p><i>“Olhar atencioso”.</i></p> <p><i>Justifica sua permissividade em relação às outras pessoas, mas não com seu filho – um assunto que parece latente.</i></p> <p><i>Respeito e autoridade construídos diariamente.</i></p>	<p>P: Você é firme com ele. Nem tem a ver com ser brava, né?</p> <p>46/V.: É... E é por eu não enganar. Tipo, se eu falar “vai tomar banho que eu vou passear de carro com você”. Se eu falei, eu vou! Eu não prometo nada pra ele. Mas se eu falar, eu cumpro! Uma vez, eu não sei o que eu falei pra ele, mas foi algo e ele duvidou. Daí eu disse: “que dia que eu menti pra você?”. E ele falou: “nunca!” Sabe? Eu vou prestando atenção nessas coisas que ficam e que são importantes...</p> <p>47/V.: [...] E eu fico vendo, igual você falou da minha profissão. Às vezes tem um menino custoso, e a gente manda chamar a mãe. E aí quando a mãe vem, a gente fala: gente esse</p>	<p>Transmite confiança</p> <p>Atribui sentido às experiências</p> <p>Respeitar a mãe é a base para educação</p> <p>História: mãe que</p>

<p><i>Coerência nas atitudes com as crianças.</i></p> <p><i>Outras histórias.</i></p> <p><i>Menino é um “ANJO” (aparece de novo quando se refere a uma criança que supera as expectativas que sua realidade lhe impõe)</i></p> <p><i>Questiona a falta de autoridade da mãe em relação ao filho.</i></p> <p><i>Valoriza o lugar da mãe.</i></p> <p><i>Questiona o quão cedo a mãe desiste do filho.</i></p>	<p>menino é um anjo! Era pra ele ser muito pior. Não respeita nem a mãe! Tem mãe que diz: não professora, eu não dou conta desse menino não! E o menino tem 10 anos...</p> <p>48/V.: Essa coisa de mãe... Eu acho que meu filho não tem que ficar me vendo chorar. Eu tenho que ser firme com ele! Ser amiga dele. Não ser frágil. Ser meiga com ele, mas não ser frágil. Porque eu ficava vendo minha irmã com meu sobrinho. Ele fez uma coisa errada e ela disse chorando: “está vendo o que você faz com a mamãe?” e eu falei pra ela: “seu filho não pode ver você chorando assim não! Quantas vezes você viu nossa mãe chorando? Principalmente na hora de chamar a atenção da gente? Minha mãe nunca chorou! Você tem que ser firme com ele! Que você tem que ter sentimento, mas não pode ficar chorando atoa.” Não, mas não era à toa. Ele tinha feito uma coisa errada e ela ficou chateada. Mas não tinha que chorar nessa hora!</p>	<p>não ocupa seu devido lugar</p> <p>História: mãe que se recusa a ocupar esse lugar</p> <p>História da irmã: falta continência e firmeza nas intervenções</p> <p>Ser firme sem ser frágil</p>
<p><i>Sua mãe como referência</i></p>	<p>P: Porque sua mãe era firme e forte, como você falou?</p> <p>49/V.: Era: firme, forte e meiga. Mas não é?</p>	<p>Tem a mãe como referência de conduta materna</p>
<p><i>Relação de confiança com o sobrinho.</i></p> <p><i>Aprende e reflete sobre a relação estabelecida com o sobrinho.</i></p> <p><i>Firme versus Frágil. Firme é a característica valorizada não mãe.</i></p> <p><i>Reconhece a regressão da irmã em relação ao filho.</i></p> <p><i>Toma a mãe como referência.</i></p>	<p>P: E se no momento que você estiver triste. Ele não pode ver você triste?</p> <p>50/V.: Não. Ele pode, mas não na hora de corrigir! Por exemplo: se eu tiver doente, ele vai me ver triste, doente, vai me ver chorar, mas não numa hora que tem que ser uma coisa que ele tem que aprender. Se você quebrou o relógio e ele não podia ter quebrado, aí você vai falar: “nossa meu filho, você não podia ter quebrado esse relógio!” (imita choro) Não é? Tem que falar: “oh, isso aqui custa dinheiro, você não podia ter quebrado isso aqui” (risos) Daí ele diz: “Ah, eu não vou quebrar isso aqui se não minha mãe chora” (risos), e não é isso!</p>	<p>Coerência nas intervenções com o filho</p> <p>Transmitir valores claros e coerentes</p> <p>Atentar-se às distorções dos valores ensinados</p>

<i>Pondera as emoções.</i>		
<p><i>Coerência=ideal na criação.</i></p> <p><i>Reconhece ser contadora de história.</i></p> <p><i>Coerência=transparência.</i></p> <p><i>Ser transparente não é ser frágil.</i></p> <p><i>Chorar à toa versus ser firme.</i></p>	<p>P: E o que você acha que faz uma criança respeitar os pais?</p> <p>51/V.: (pausa) Eu não estou sabendo a palavra (pausa) Acho que é você ser coerente. Não é? (pausa) Essa questão da criança saber até onde ela pode ir. Eu sempre cito exemplo de coisa que eu vejo, né? (risos) “Não com minha mãe pode!” Não é? Você ser maleável com o que pode ser, e você ter coerência, não é? Porque eu já vi. A criança é muito esperta, né? Vou falar do meu sobrinho. Que tem coisas que ele não faz com a mãe dele quando eu estou perto. De fingir, sabe? Ele vê que eu vejo que ele está fingindo. Você tem que educar ou mostrar que você tem que ser transparente. Que você pode ser transparente. Criar um clima, uma harmonia onde a criança pode se mostrar pra você, e você também pode mostrar ou o que acha daquilo. Ser coerente, sem precisar fingir...</p> <p>52/V.: Porque tem mãe que sabe que o filho é custoso. Só que quando chega lá na escola ela diz: “Bem que ele me fala que a professora está perseguindo ele!” Você vê que nem a mãe está acreditando naquilo que está falando. Porque ela conhece o filho que ela tem.</p>	<p>Esforço mental para nomear</p> <p>Demarca limites para a criança</p> <p>Reconhece tomar como exemplo referências externas</p> <p>Flexibilidade e coerência para estabelecer limites</p> <p>História da irmã: mãe não exige transparência do filho</p> <p>Estabelecer relação de confiança com a criança</p> <p>Permitir a transparência do filho para que ele não dissimule</p> <p>História: mãe nega a falha do filho e a desloca para o outro</p>
<i>O defeito do filho é “ferida narcísica”, por isso a resistência em</i>	P: E porque você acha que as mães fazem isso?	

<p><i>reconhecê-lo no filho, e então o desloca para o outro.</i></p> <p><i>Educar é garantir a segurança ao filho.</i></p>	<p>53/V.: Porque é mais fácil culpar o professor que o filho dela. Eu já vi mãe vendo menino mentindo e não desmascara o menino. Minha mãe criou a gente assim: “você está mentindo!” eu fui criado assim. Tem que desmascarar mesmo! E a criança vai vendo que ela pode ser transparente, mas aí você também tem que ser assim com a criança.</p>	<p>Justifica associando experiência</p> <p>Mãe deve nomear as atitudes do filho assim como sua mãe fazia</p> <p>Sinceridade na relação pais e filhos</p>
<p><i>Repetição de sua história. Identificação com o filho.</i></p> <p><i>Independência dispensa a atenção?</i></p> <p><i>Como se a mãe tivesse uma capacidade nata de educar, de ensinar.</i></p> <p><i>Era naturalmente coerente.</i></p> <p><i>Era exemplo.</i></p>	<p>P: Você sempre traz exemplo da sua mãe. Ela é uma grande referência para você, não é? Mesmo você falando que você passou despercebida e, quanto a isso, você quer fazer diferente. Mas as demais coisas, você sempre toma sua mãe como referência, não é?</p> <p>54/V.: Se eu tivesse muitos filhos, o Chico iria sofrer. A minha mãe fala que ele é muito parecido comigo de quando eu era pequena. Eu era a mais independente. E aí ela prestava mais atenção nos outros. Entendeu?</p> <p>55/V.: Só que nessas situações assim que ela tinha que mostrar, ela mostrava sem saber que ela estava mostrando. Igual, tem mãe que vê um apontador diferente nas coisas do filho e não pergunta. Mas ela perguntava: “Onde você arrumou esse apontador?” Coisas de vida... Ela nem imaginava que estava ensinando...</p>	<p>Projeta no filho seu sofrimento pela falta do olhar de sua mãe</p> <p>Identificação com o filho e com a mãe</p> <p>Sua mãe transmitia valores, regras no exercício de sua função.</p> <p>Percebe as transmissões inconscientes</p>
<p><i>Parece falar de sua infância com a mãe.</i></p> <p><i>Como se perguntasse: “mãe, eu sou boazinha porque você não me alisou!”: carinho estraga.</i></p> <p><i>Tenta buscar na história da mãe “o carinho”, a figura materna, alguém que a acolhesse.</i></p> <p><i>Reconhece a necessidade</i></p>	<p>P: Então, como você acha que sua mãe aprendeu tudo isso? Ela tem lembranças da infância dela?</p> <p>56/V.: Minha mãe é órfã. Ela deve ser uma exceção (risos) (pausa). Hoje eu ainda falei com ela: “mãe, eu acho que o Chico é assim bonzinho porque eu não fico alisando ele muito!” Daí ela falou: “Ah, não, minha filha, você tem que alisar”. Sabe? Daí eu falei: “eu sei, eu não sou desleixada. Eu só não fico paparicando demais não!” E ela disse que</p>	<p>Ter mãe é a condição para saber ser mãe.</p> <p>Desleixar X Paparicar</p> <p>Não paparicar para não estragar</p>

<p><i>humana de ser especial e desejado pelo outro – uma figura materna.</i></p> <p><i>Diz não ser desleixada com o filho, provavelmente porque cuida dele. Mas sua mãe lhe fala que cuidar não significa dar carinho. Ela recebeu cuidados, nada lhe faltou, mas nunca recebeu o carinho de uma mãe.</i></p> <p><i>A distinção das necessidades físicas das emocionais parece o caminho para elaboração de que os cuidados que ela julga relevante, na relação com o filho, não atendem à demanda emocional de uma criança.</i></p> <p><i>Percebe o carinho da mãe em relação às crianças.</i></p> <p><i>Vê a mãe dar carinho ao filho, além de ouvir da mãe a importância de dar carinho. Ouve declaradamente como também através da sua história.</i></p> <p><i>Incoerência da mãe?</i></p> <p><i>Revê: carinho estimula. Questiona o fato da mãe, ser tão boa, sem ter tido carinho.</i></p> <p><i>A mãe retifica sua história na relação com a filha.</i></p>	<p>mesmo assim eu tenho que paparicar. Daí eu disse: “mãe, quando você morava com as freiras, você tinha alguma que te adotou, que te dava mais carinho? Porque, até cachorrinho na casa da gente, tem alguém que cuida mais, não é? Daí ela disse que não. Que elas não a tratavam mal. Ela tinha tudo! Comia bem, tinha cama boa, mas assim, de carinho mesmo, nunca teve ao ponto que sentia que alguém via ela mais especial. Ela morava num pensionato... num lugar onde as pessoas que tinham dinheiro no interior, deixava as crianças lá. Era pago, e era caro! A mãe da minha mãe deixou ela lá, aí nas férias, todo mundo ia passear e ela ficava sozinha. Só que ao mesmo tempo, quando ela tinha uns 15 anos, tinha uma freira que levou ela pro Rio de Janeiro pra passear. Tinha tido uma moça lá na mesma situação da minha mãe, mas ela quis estudar. Porque minha mãe tinha tudo, mas não tinha aquele carinho que se tem com um filho, até com aquele que a gente adota. Eu pensei que tinha! Mas não tinha... Minha mãe terminou a quarta série e não quis mais estudar. Eu acho que ela precisava de estímulo, eu acho! Eu lembro que até quando ela ficou mais velha e foi terminar o ensino fundamental, ela ficava me mostrando as tarefas como se fosse uma criança, sabe? (risos). Dizia: “Olha aqui filha, eu fiz direitinho?” É porque ela não teve isso, não é? Nossa, é tanta coisa! Que a gente vê que é tão valioso e tem um significado.</p> <p>57/V.: Quando minha mãe tinha 15 anos levaram minha mãe pra morar em Brasília com um parente de uma das freiras, e lá eles perguntavam se ela queria estudar, se queria fazer medicina, se queria fazer direito... e minha mãe dizia, não! Daí eles falaram: “Ah, então faz o curso de cabelereiro”. Está vendo? Eles não tinham carinho, mas eles se preocupavam com ela, com o que ela seria. Deve pensavam, já que a gente criou essa criança ela pelo menos tem que ser alguém na vida! Sabe? Então eles levaram ela pro Rio de</p>	<p>História de sua mãe: teve tudo menos carinho</p> <p>Necessidade do olhar maternal</p> <p>Distingue necessidades físicas das emocionais</p> <p>Analisa que as faltas na infância refletem no futuro</p> <p>Percebe a regressão da mãe</p> <p>Reconhece que o seu olhar foi estímulo para a mãe</p> <p>Conclui que ausência de carinho é anestésico</p>
--	---	--

<p><i>A filha lhe dá a atenção que lhe faltara no passado. V. começa a associar e perceber o valor dessa experiência.</i></p> <p><i>A experiência parental da mãe desperta nela desejos antes inexistentes, como o de estudar, de produzir algo.</i></p> <p><i>Criar=fazer ser alguém.</i></p> <p><i>Ausência de carinho é anestésico dos sentimentos e das vontades. Tal conclusão pode ser entendida como recordação, e possível elaboração da ordem parental de sua infância, transmitida e atualizada na relação com seu filho.</i></p>	<p>Janeiro é lá tinha essa menina que passou pela mesma história, mas que se tornou advogada. Ela tinha até um fusca. Era na década de 70. Eles tentavam então incentivá-la, mas ela não queria. Eles queriam cuidar pelo menos da intelectualidade dela, pra ela saber se virar no mundo, preparada, mas ela nunca quis. Eu acho que ela estava anestesiada...</p>	
<p><i>Afeto=estímulo para a vida.</i></p> <p><i>Num processo de repetir e recordar, V. entrelaça sua história com a de sua mãe, mas perde os fios condutores no emaranhado. Ao final, já não se sabe a quem dirige às referências: a sua relação com a mãe (“ela não era percebida”), falava era de si, pois a história da mãe há relato de muitos tentando perceber seus interesses.</i></p> <p><i>Faltou à sua mãe carinho,</i></p>	<p>P: Olha só que interessante o que você está falando. Que uma criança não precisa só de oportunidade, né? Porque, você mesmo disse, que ela tinha escola cara, tinha comida boa para ela comer, tinha incentivo para crescer, mas faltava esse afeto, esse amor. Não tinha esse afeto...</p> <p>57/V.: Esse estímulo... Igual eu falo, ela não era percebida. Por isso que eu falo que eu quero perceber o que o Chico gosta. (pausa) E, mesmo assim, ela é boa, ela é amorosa. Principalmente com criança...(pausa) E tem criança que tem tudo, mas teve um amor mal dado, né?</p>	<p>Falta estímulo = falta olhar (além das necessidades físicas)</p> <p>Parece retomar a história da mãe quando lhe questionaram sobre o que gostava. Mas esse questionamento não foi suficiente para que ela se sentisse estimulada.</p>

<p><i>e não ser percebida em seus interesses, que parece ser o que ela se refere, completando: “[...] quero perceber o que o Chico gosta”. Essa sim é sua história.</i></p> <p><i>Ser percebido no que gosta tem a ver com a sua história, e não com a da mãe que lhe faltou carinho.</i></p> <p><i>O carinho que ela diz regradar a seu filho, mas se antecipa em dizer que não é desleixada, é substituído pelos cuidados semelhantes aos recebidos pela sua mãe.</i></p> <p><i>V. sabe que não é o suficiente. Sabe que por mais que o sujeito, que apenas recebeu cuidado, se torne bom, ele pode ficar anestesiado na relação com o mundo.</i></p> <p><i>Talvez a passividade vivida na sua infância seja a temida contra seu filho.</i></p> <p><i>Não precisa ter outros filhos para que o Chico fique sem seus carinhos, basta ser independente, resignado com a realidade que lhe é apresentada. Basta ser “agradecido”.</i></p> <p><i>É necessário dar sentido às faltas dela, da mãe e às possíveis faltas do seu filho.</i></p>		
--	--	--

APÊNDICE C – Notas sobre os comentários informais suscitados

Assunto	Fala direta ou indireta
As repercussões da gravidez na família, e em especial na relação do pai com seu esposo.	V. fala sobre as mudanças ocorridas na família. Diz que mudou sua conduta com as irmãs, para evitar discórdia diante do filho. Mas que seu pai anda mudado e provocando certos desconfortos que até afastam seu companheiro da casa de seus pais. <i>“Antes, quando eu falava mal do M., meu pai o defendia e não deixava. Hoje ele tá diferente, enjoado, que M. nem está gostando muito de vir aqui”</i> (na casa dos sogros).
As expectativas de M. sobre o filho, relatadas por V.	Fala sorrindo sobre os comentários do companheiro em relação ao futuro do filho. Parece achar engraçadas as expectativas do companheiro e tenta, mais adiante, explicá-las pelo fato dele ter tido uma infância interrompida e agora espera muito que o filho faça o que não pôde fazer. <i>“Não é mais skatista e nem músico. O M. agora quer que o Chico seja jogador de futebol (risos). Então eu disse pra ele que se eu perceber que o Chico tem habilidade pra isso, vou apoiar, incentivar em escolinhas e tudo mais... mas se eu ver que ele não tá pra isso, eu não vou forçá-lo, pois faria ele sofrer. Quando falei isso, ele pensou e concordou comigo.”</i>
A história infantil de M.	Fala do passado difícil, do desamparo financeiro, pois teve que trabalhar quando criança no bar com seu pai; e do desamparo afetivo, pois perdeu a mãe na adolescência: <i>Eu ia pro bar cedo desossar frango. Era o dia todo, nem dava pra brincar. Eu e meus irmãos passávamos o dia todo. Meu pai era muito bravo! A gente tinha que trabalhar. A gente não tinha mãe, pois ela havia morrido.</i>
Referências de V. sobre o nome do filho.	<i>“Você já reparou que todo Chico é legal? Deve ser por isso que ele é assim.”</i>
As justificativas de V. para as competências do filho.	Fora da entrevista, ela admite pensar que talvez, o fato de seu filho aceitar tão bem às adaptações – como, por exemplo, no desmame, em troca de uma mamadeira bem dada – seja um sinal de que Deus o prepara se acaso ela faltar. Prefere não falar a respeito desses sentimentos, pois remetem a tempos de angústia e medo sofridos durante a gestação.
A história do médico e o leite materno.	<i>“Minha mãe me acompanhava. Ele (o médico) dizia que meu bebê agora só necessita de leite materno. Minha mãe então lhe perguntou: mas doutor, nem um chazinho? O médico então lhe respondeu: se chá fosse tão bom, um dos peitos sairia chá e não leite.”</i> <i>“Uai, a gente dava chazinho sim! (risos) Não só chá, mas água de coco também. Minha mãe criou a gente assim. E assim a gente faz. Você precisa ver o quanto ele gosta de uma água de coco!” (risos)</i>
Comentário sobre a entrevista	Ao final da segunda entrevista, comenta o desconforto

	que sentiu: “parece que não ficou bom”. Isso ocorreu logo após ele encontrar dificuldades para expor suas ideias, já que elas, às vezes, se divergiam com algumas de suas atitudes.
Irmã que adotou uma criança que se orgulha de ser “preto”	Comentou o quanto ela acha interessante o sobrinho se orgulhar da cor. E se alguém tentar se referir a ele como moreno, ele diz: “Eu sou preto!”
Confiança na babá de Chico	Explica que precisou deixar o filho com outra pessoa para retornar às suas atividades laborais. Se sente feliz por encontrar alguém que gosta tanto do seu filho: “Eles amam demais o Chico!”
V. se posicionando como ego-auxiliar do esposo que sonha e deseja pelo filho.	Comentou que seu marido anda repensando suas expectativas em relação ao filho. Disse achando engraçado o comentário de M.: “Não é mais skatista e nem músico. O M. agora quer que o Chico seja jogador de futebol (risos). Então eu disse pra ele que se eu perceber que o Chico tem habilidade pra isso, vou apoiar, incentivar em escolinhas e tudo mais. Mas se eu ver que ele não está pra isso, eu não vou forçá-lo, pois faria ele sofrer. Quando falei isso, ele pensou e concordou comigo.”